

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**CIDADE POLISSÊMICA:
DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A
CIDADE DE GOIÂNIA**

Raquel Simão Victoi

Orientador: Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva

Goiânia
2013

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Raquel Simão Victoi		
E-mail:	rachelvictoi@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
Vínculo empregatício do autor	Não possui		
Agência de fomento:		Sigla:	
País:		UF:	
		CNPJ:	
Título:	Cidade Polissêmica: diálogos interdisciplinares sobre a cidade de Goiânia.		
Palavras-chave:	História da cidade, Goiânia, interdisciplinaridade.		
Título em outra língua:			
Palavras-chave em outra língua:			
Área de concentração:	Ciências Humanas, História		
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	10/05/2013.		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-graduação em História		
Orientador (a):	Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva		
E-mail:			
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: ____ / ____ 2013/

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Raquel Simão Victoi

CIDADE POLISSÊMICA: DIÁLOGOS
INTERDISCIPLINARES SOBRE A CIDADE DE
GOIÂNIA

Dissertação apresentada ao curso
de Mestrado da Faculdade de
Ciências Humanas e Filosofia da
Universidade Federal de Goiás,
para obtenção do título de Mestre
em História.

Orientador:
Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva

Goiânia
2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

V642c Victoi, Raquel Simão.
Cidade polissêmica [manuscrito]: diálogos interdisciplinares sobre a cidade de Goiânia / Raquel Simão Victoi. – 2013.
xv, 165 f.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de História, 2013.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas.

Apêndices.

1. Goiânia – Urbanismo – História. 2. Goiânia –
Arquitetura. I. Título.

CDU: 911.375.5

A Maria, Ana e Lourdes pelo
apoio, amor e confiança.

“Às vezes, basta-me uma partícula que se abre no meio de uma paisagem incongruente, um aflorar de luzes na neblina, o diálogo de dois passantes que se encontram no vaivém, para pensar que partindo dali construirei pedaço por pedaço a cidade perfeita, feita de fragmentos misturados com o resto, de instantes separados por intervalos, de sinais que alguém envia e não sabe quem capta. Se digo que a cidade para a qual tende a minha viagem é descontínua no espaço e no tempo, ora mais rala, ora mais densa, você não deve crer que pode parar de procura-la.”

Italo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1990.

“- As cidades também acreditam ser obra da mente ou do acaso, mas nem um nem o outro bastam para sustentar as suas muralhas. De uma cidade, não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas as respostas que dá às nossas perguntas.

- Ou as perguntas que nos colocamos para nos obrigar a responder, como Tebas na boca da Esfinge.”

Italo Calvino, *As cidades invisíveis*, 1990.

Agradecimentos

Ao professor Luiz Sérgio por tudo que construímos juntos e acima de tudo pela paciência, compreensão e generosidade que sempre oferece a todos que cruzam seu caminho. A professora Adriana Mara Vaz pela disposição e boa vontade na leitura e auxílio teórico. Ao professor Alexandre pela leitura compreensiva do trabalho.

Aos professores Leandro Mendes Rocha e Dulce Oliveira Amarante dos Santos pelo auxílio e confiança. Aos funcionários e amigos da Biblioteca Central da UFG pela ajuda e generosidade.

Aos meus amigos e familiares.

Sumário

Apresentação, 10

Capítulo 1

1.1- Paradigmas de leitura da cidade, 14.

1.2- Abordagem cultural da cidade, 20.

1.3- História urbana enquanto história dos usos e formas da cidade, 23.

1.4- Possibilidades de uma abordagem interdisciplinar, 30.

1.5- Teorias da cidade, 33.

Capítulo 2

2.1- Cidade panorama.

2.1.1- História do urbanismo de Goiânia, 61.

2.1.2- História da cidade através da atuação de seus administradores, 77.

2.2- Cidade vivida: transformações nos usos dos espaços, 88.

Capítulo 3

3.1- Olhar geográfico sobre as práticas urbanas

3.1.1- Cidade mediadora: reflexões sobre a cidade ficcional dos discursos oficiais, 97.

3.1.2- Cidade segregada: morte e vida dos centros urbanos, 106.

3.1.3- Cidade heterogênea: um enigma nos reflexos do lago, 117.

3.2- Urbanística da cidade

3.2.1- Cidade fraturada: as transformações da paisagem cultural do sertão goiano, 127.

3.2.2- Cidade ilegível: constituição física e imaginária de Goiânia, 144.

Conclusão, 156.

Referências Bibliográficas, 159.

Fontes Documentais, 164.

Resumo

A história urbana é o tema desta pesquisa. Foram feitas análises de algumas obras acadêmicas de três campos de conhecimento que tiveram como objeto de estudo a cidade de Goiânia, foram trabalhos realizados na História, Geografia e Arquitetura. A reunião destes estudos sobre a cidade foi concebida a partir de uma abordagem interdisciplinar dos estudos urbanos. A intenção foi apresentar o entendimento da cidade que cada um destes campos de pesquisa construiu, os fazendo dialogar entre si. Nesta situação de encontro, o exercício de confrontações de problemáticas, conceitos e abordagens distintas tem como propósito a busca por leituras renovadas da cidade, numa constante reavaliação dos caminhos percorridos. Um “pensamento empenhado”, para usar as palavras de Milton Santos, em estar sempre nos limites das fronteiras do saber, os testando e experimentando continuamente.

Abstract

The Urban History is the theme of this research. There were made analyses of some academic work from three different areas of knowledge – History, Geography and Architecture – which had Goiânia as objects of study. The organization of these studies about the city was designed from an interdisciplinary approach to urban studies. The intention was to present the city approach that each one of these areas had built relating them to each other. In this gathered situation the practice of confronting problems, concepts and different approaches has, as the main intention, the searching for renewed readings about the city in a constant reevaluation of the paths chosen. A “committed thought” – to use Milton Santos’s words – to be always in the limits of knowledge frontier testing and experimenting continuously.”

Apresentação

Pensar a história da cidade de Goiânia é a grande preocupação desta pesquisa. Início as reflexões sobre a cidade abordando os principais paradigmas de leitura da cidade e concluo esta etapa da reflexão com a perspectiva atual de abordagem da cidade que incorpora a categoria território em seu estudo.

Apresento também os princípios e diretrizes essenciais de algumas das principais teorias da cidade, que constituem matrizes de leitura da cidade. Na Escola Alemã: Simmel, Weber e Benjamin; na Escola Francesa: Haussmann, Le Corbusier, Castells, Lefebvre e o grande geógrafo brasileiro, que sempre se vinculou em sua formação e idéias ao ambiente intelectual francês, Milton Santos; Na Escola Anglo-Saxã: Howard; e entre os americanos: Escola de Chicago, Mumford e Sennett.

A leitura de Lepetit da história da cidade, enquanto uma história dos usos e formas da cidade, foi estabelecida como aporte teórico para o entendimento e definição de uma história urbana. Fica explícito portanto que o tema desta pesquisa é a história urbana, e o primeiro recorte foi estabelecido a partir dos trabalhos desenvolvidos sobre a cidade de Goiânia. A intenção foi analisar as leituras da cidade produzidas por três campos de pesquisa: História, Geografia e Arquitetura.

O primeiro grupo de trabalhos, que constituem o segundo capítulo, são historiografias. Eles foram escolhidos por terem desenvolvido as mais recentes pesquisas sobre a cidade, eu fiz portanto a opção por lidar com a nova geração de historiadores da cidade. O desejo de refletir sobre os novos horizontes da pesquisa urbana foi motivado por já existirem abundantes críticas sobre os historiadores ditos tradicionais que elaboraram histórias de Goiânia.

Os dois outros grupos de trabalhos, que compõem o terceiro capítulo, são dos geógrafos e dos arquitetos. São os campos de conhecimento, dentre as disciplinas que estudam a cidade, que possuem maior expressividade em pesquisas sobre Goiânia.

As escolhas dos trabalhos dos geógrafos e arquitetos se orientaram pela máxima afinidade de temas possível com as pesquisas produzidas pelos historiadores. Esta atitude se justifica pelo desejo de estabelecer um diálogo entre as diferentes abordagens da cidade destes campos de conhecimento, a proximidade das temáticas intensificaram as confrontações.

Esta abordagem interdisciplinar tem como principal objetivo proporcionar uma leitura renovada das interpretações dos historiadores, com a comparação de problemáticas e conclusões que se estabeleceram em cada uma das outras disciplinas.

Os trabalhos foram em sua maioria elaborados nos Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, com exceção do trabalho de Valva defendido na Universidade de Minas Gerais.

O diálogo possível entre estes trabalhos me fez constatar a afirmação de Lepetit, quando ele considera que o estudo da cidade evoluiu nas últimas décadas essencialmente, não pelo avanço das Ciências Humanas, mas pelo cruzamento de conhecimentos e abordagens distintas da cidade.

O aprendizado que me trouxe este exercício de intercâmbio de conhecimentos sobre a cidade foi imenso, cada autor contribuiu para um entendimento melhor da cidade. Estas contribuições foram maiores do que qualquer conclusão a que eu tenha chegado nesta dissertação.

Entre os historiadores encontramos uma abordagem da cidade que a enxerga numa escala dos mapas e se concentra naqueles que foram projetistas, pensadores e administradores da cidade. Há também o interesse de uma pesquisadora em se concentrar no cotidiano dos moradores, ela buscou construir uma história da cidade através de uma história dos usos da cidade.

Os geógrafos se concentraram em suas interpretações do urbano, na explicitação e crítica dos processos que produzem fragmentação e segregação sócio-espacial. A cidade enquanto espaço potencial de desenvolvimento da cidadania plena é o grande aporte dos geógrafos. Eles se esforçaram para retratar o modo capitalista de produzir e consumir os territórios da cidade, propondo em suas reflexões as possibilidades para uma nova realidade.

Os arquitetos trouxeram uma reflexão sobre a construção física e simbólica da cidade enquanto produto material da sociedade, com ênfase ora no edifício, ora nas escolhas urbanísticas que foram feitas para a cidade, criam condições para avaliar o tipo de urbanismo que encontrou adesão e se encontram nos espaços da cidade.

Estas são em termos gerais as leituras sobre a cidade metrópole que também tentamos desvendar ‘como Tebas na boca da Esfinge’.

Capítulo 1

1.1 – Paradigmas de leitura da cidade.

Buscar uma definição para a cidade se apresenta como tarefa impossível, não há uma definição completa e estática para o que é a cidade. Qualquer campo de estudo terá de lidar com esta condição migrante deste objeto de estudo, porém tais considerações não se restringem ao estudo da cidade.

Podemos resgatar o pensamento de Michel Maffesoli (1993), quando ele discorria sobre suas concepções de ciência, afirmando a impossibilidade estrutural de uma única teoria ou visão da ciência como desejava o positivismo. As situações sociais são baseadas no concreto, ou seja, na diferença. Qualquer pretensão de unicidade recusa a inabarcável complexidade da realidade social, que só pode ser compreendida com o auxílio de teorias que assumam a sua condição específica e parcial.

As coisas sociais apresentam-se possuidoras de uma lógica própria que escapa à razão dedutiva. Uma reflexão acerca do princípio da identidade entre pensamento e experiência ou idéias e vida nos remete a concepção que Maffesoli pondera, com o auxílio argumentativo de Durkheim, admitindo que esta forma de pensamento impede a ação quando se considera esta construção dedutiva dos fenômenos sociais em que se emprega esta ou aquela identidade para as pessoas e as coisas.

Ausentando do conhecimento da sociedade a experiência, conduz sempre esta forma de pensamento à morte. A teoria tendenciosa e simplificadora necessita de um corpo morto para dissecar, escrutinar, analisar e classificar, sem esta imobilidade cuja

melhor expressão é a morte ela resta sempre infecunda.

O que podemos reconhecer através dos tempos e espaços diferentes é a existência de uma pluralidade de razões que torna inviável quaisquer pretensões dos projetos de uma ciência positiva acerca de sociedades poliformicas e plurais. Deixando manifestas variabilidades e diversidades dos sistemas de representações e organizações das mesmas.

O processo que Maffesoli também adjetiva de processo de desencanto, de depuração, não se restringe somente ao objeto social, mas igualmente ao processo de conhecimento. O imaginário criador que reflete as experimentações e radicalidades de cada presente expressa, e de certo modo justifica, a multiplicidade de razões na compreensão da realidade.

Uma reflexão que se abre às potencialidades e ao frenetismo da experiência cotidiana, sem estabelecer um discurso monolítico que unifica e uniformiza a diferença. Um pensamento que aventura-se numa lógica de contrários em constante transformação. O “espírito da ignorância doura”, do politeísmo, do trágico, disposições para percorrer vestígios e não para estruturar sentidos únicos ao social.

O espaço contemporâneo é marcado por estas ambivalências e discontinuidades, levando a um ponto de destaque as dimensões comunicativas e intersubjetivas, a cidade condensa e potencializa estas dimensões.

As várias leituras da cidade produzidas pelos mais diversos campos de estudo, articularam-se, segundo Bresciani (1992) por muito tempo e para alguns até os dias de hoje, em torno de uma noção de crescimento e desenvolvimento enquanto pressupostos teóricos. De tal modo que:

“(...) a(s) cidade(s) seja(m) considerada(s) um fato histórico, sempre o mesmo, um fenômeno cujas transformações (materialidade e função)

constituem o objeto de pesquisa dos estudiosos.” (BRESCIANI, 11, 1992)

As posições que romperam com a noção de continuidade temporal, segundo a autora, são aquelas que se voltaram para a cidade vinculada à idéia de modernidade, disponíveis desde a primeira metade do século XIX. De acordo com esta posição a cidade é problematizada em torno de uma especificidade urbana, considerada como um espaço de tensões conceituais e sociais. Esta leitura orientou o conhecimento que se produziu sobre as cidades modernas e contemporâneas.

A autora estabelece uma interessante reflexão sobre as abordagens da cidade que se estabeleceram a partir deste período. A primeira abordagem concebe a cidade enquanto uma questão técnica e deseja retrata-la a partir de “dados sensíveis”. Há uma tradução destes dados subtraídos da realidade para categorias gráficas e numéricas de análise, produzindo diagnósticos de sua materialidade para projetar a cidade ideal do futuro. As avaliações da cidade expressas como diagnósticos nos remetem às concepções sanitaristas de estudo do meio ambiente, que estão na origem deste conhecimento da cidade. Como revela no seguinte trecho:

“A intervenção técnica da cidade participa de um movimento do conhecimento que partiu da circunscrição da doença e da observação dos corpos doentes para a modificação do meio físico em que a doença aparece. É por isso que a questão urbana nasce junto com a Idéia Sanitária-preocupações simultâneas com o meio formador do corpo físico e da moral do pobre, já que pela proximidade física poderia contaminar a população rica e reverter as expectativas dos benefícios do trabalho. Mentres sadias em corpos são.” (BRESCIANI, 14, 1992)

Nesta leitura o meio ambiente é reduzido aos seus elementos técnicos, os dados sensíveis cederam cada vez mais espaço para os dados técnicos, num grandioso projeto disciplinador.

A segunda abordagem traz a questão social como matriz para leitura da cidade. As revoluções e suas conseqüentes insurgências populares, de fins do século XVIII e início do XIX, colocam em pauta uma nova ordem que, concreta e utopicamente, são a inauguração de uma nova sociedade. A questão social está no cerne da política de uma cidade na qual impera um espaço politizado.

Este contexto, no entanto se altera e a ameaça das multidões ganha uma roupagem um pouco distinta em uma cidade enquanto espaço da produção, a cidade industrial onde a fábrica é o centro. O tema, agora permanente, das multidões apresenta uma acentuação das discussões e distinções entre público e privado. A fábrica e a Revolução Francesa da “Era da Máquina” marcam a maneira de pensar a cidade e uma forma de equacionar capital e trabalho na cidade ideal.

A terceira abordagem da cidade é pautada pela criação de espaços para a formação das identidades sociais enquanto identidades de classe. A cidade se apresenta dividida nestas representações, reflexo de uma sociedade dividida. O burguês entre dois mundos, dos ricos e dos pobres, constrói um espaço de atuação e uma identidade.

“(…) constitui sua identidade aprisionando a antiga noção grega de *polis* como espaço público em oposição ao *oikos*, domínio privado, numa reelaboração que define a esfera pública como lugar da ação política de proprietários acionistas da sociedade política em oposição à vida privada, agora recolhida para noção de intimidade” (BRESCIANI, 20, 1992)

A esfera pública, esfera social de vida da burguesia, e a intimidade são o terreno para a construção de uma sensibilidade burguesa.

Esta sensibilidade burguesa é justamente a chave para a compreensão da quarta abordagem da cidade. Ela imprime um outro olhar ao mundo, um “olhar armado” que distante do objeto que analisa produz um conhecimento das essências do homem e de seu mundo. Há um grande mergulho de toda a sociedade num universo psicologizante.

“A distância entre sujeito e objeto se repõe na impessoalidade do conhecimento intelectual do mundo feito através de livros, substituindo a figura do narrador como memória coletiva e a *mimesis* como forma de aprender fazer. O conhecimento do mundo se estende prodigiosamente na possibilidade aberta pelo campo dos conceitos universais, que têm a pretensão de tudo apreender que a tudo dão nome.

Pouco importa que conceitos forjados a partir das representações estéticas de situações europeias possam tornar inviável chegar se ao âmago das coisas, pessoas e costumes denominados exóticos, o olhar armado dará sempre a impressão desse sobrevoos que a tudo abarca mesmo em sua singularidade.” (BRESCIANI, 22, 1992)

A quarta abordagem ressignifica a questão social agora conduzida pelas organizações partidárias dos trabalhadores, a “idéia de determinação” no caminho para a construção de uma sociedade enfim mais justa e igualitária dá o tom do discurso. Com críticas severas a ideologia burguesa de eleição do povo e das representações políticas como parâmetro para a nação, que em verdade prescindia de uma verdadeira democracia. Nesta leitura da cidade tudo é politizado e incorporado a ação política.

A inserção de uma noção de territorialidade configura uma abordagem atual da cidade. O território nesta perspectiva incorpora uma idéia de subjetividade, posto que não existe território sem sujeito, neste sentido “O espaço do mapa dos urbanistas é um espaço; o espaço real vivido é o território.” (ROLNIK, 1992).

A concepção de um espaço-função de abordagens que produzem exterioridade entre produção social e econômica é rejeitada. O espaço é entendido como “marca” e está além de suas dimensões físicas, o espaço urbano é lido como um código.

“(…) o território não existe previamente, anteriormente à marca ou ao processo social ou coletivo que o produziu. É uma coisa só, não tem essa conotação de inferioridade e de subordinação. Isso significa que o espaço urbano, para além de sua existência física e material, é um código. Quando se fala em territorialidade, está-se falando simultaneamente de realidade física e de código, código-território. É uma idéia da não-independência entre estas coisas.” (ROLNIK, 28, 1992)

Nesta perspectiva Rolnik apresenta como tarefa fundamental do historiador urbano o entendimento dos significados dos processos de territorialização e reterritorialização em relação com os processos mais globais de transformação da vida social, econômica e política.

1.2 – Abordagem cultural da cidade.

A construção e evolução destas leituras foram acompanhadas pelas reformulações pelos quais passaram o conhecimento histórico. A ascensão da História Cultural nos permite então denominar e definir uma história cultural do urbano. O conhecimento do social neste paradigma se dá por meio do estudo das representações. Uma primeira definição de representação pode ser traduzida da seguinte maneira:

“(…) a representação é a presentificação de um ausente, que é dado a ver segundo uma imagem, mental ou material, que se distancia do mimetismo puro e simples e trabalha com uma atribuição de sentido.” (PESAVENTO, 2, 1995)

A cultura passa a ocupar uma instância globalizante como categoria central desta forma de pensar, Pesavento, S. define que “(…) a tarefa do historiador seria captar a pluralidade dos sentidos e resgatar a construção de significados que preside o que se chamaria a “representação do mundo” ”(PESAVENTO, 1995).

Esta posição designada como pós-moderna tem para Jörn Rüsen (2001) que admitir e incorporar algumas condições destas posturas teóricas, dentre elas a impossibilidade de processos compreensivos únicos, incorporando como inevitável a ficcionalidade e o relativismo para o conhecimento que se deseja ter do passado. Por compartilhar destas condições Pesavento afirma:

“Se a “passeidade” é algo que ocorre por fora da experiência do vivido e se os registros da sua ocorrência já nos chegam como representações de algo que já foi, a história a ser construída apresenta se como uma possibilidade entre outras de captar o passado” (PESAVENTO, 4, 1995)

A abordagem da cidade nesta perspectiva se compromete com a representação ou imaginário da cidade por todos os atores envolvidos nos seus processos de criação e recriação diários. As práticas sociais estão expressas nestas construções simbólicas, indissociadas de sua materialidade.

Alguns interpretes da cidade moderna como Simmel demonstraram como a grande cidade tornou-se expressão da vida mental de sociedades nas quais se apresentaram de forma acentuada mudanças nunca antes vivenciadas e que se refletem até os dias atuais, tanto no âmbito do conhecimento quanto da vivência urbana.

A cidade figura como uma realidade “suprapessoal”, nela a ambivalência é vista de maneira radical. O texto de Simmel *Ponte e Porta* discute os significados simbólicos dos atos de associar e dissociar, eles estão no cerne das socialidades que os homens estabelecem entre si e destes com o mundo que os cercam.

O desejo de junção se inscreve na concretude de um caminho, de uma estrada, uma ligação entre o começo e o fim. Com mais força ainda a construção de uma ponte simboliza as possibilidades de superação de uma separação que intervém na condição e concepção que temos dos elementos que ela mediatiza os unindo, conciliando, unificando.

Concebida como um valor estético, ela se reveste de um sentido último tangível em sua forma visual e por sua objetividade prática. A imagem da ponte acentua o aspecto de união, associação das correlações estabelecidas entre “divisão” e “reunião”, já a imagem da porta remete a co-existência deste par, diferentes faces do mesmo ato.

A porta se configura desta maneira como uma imagem de tensões fronteiriças, fronteira que constrói junções entre o espaço do homem e tudo que está fora dele. A ponte não imprime qualquer distinção àquele que a atravessa em uma ou outra direção, em relação a porta há uma radical diferença de intenções quanto ao ato de atravessá-la de fora para dentro ou de dentro para fora.

A porta marca um limite articulável de liberdade e isolamento, promove um corte na “uniformidade contínua”. As relações estabelecidas por estas construções materiais, a ponte e a porta, são traduzidas por Simmel da seguinte maneira:

“... o homem é o ser de ligação que deve sempre separar, e que não pode religar sem ter antes separado – precisamos antes conceber em espírito como uma separação a existência indiferente de duas margens, para ligá-las por meio de uma ponte. E o homem é de tal maneira um ser-fronteira, que não tem fronteira. O fechamento da sua vida doméstica por meio da porta significa que ele destaca um pedaço da unidade ininterrupta do ser natural. Mas assim como a limitação informa a forma, o nosso estado encontra sentido e dignidade com o que materializa a mobilidade da porta: quer dizer com a possibilidade de quebrar esse limite a qualquer instante, para ganhar a liberdade.” (SIMMEL, 5, sem data)

Esta leitura cria oportunidades de se construir encontros entre o dado objetivo com a subjetividade do eu na leitura da cidade, mais uma vez, uma leitura entre possíveis.

1.3 - História urbana enquanto história dos usos e formas da cidade

Considero neste item o debate da história urbana apresentado pelo historiador e sociólogo francês Bernard Lepetit. As evoluções deste campo de estudo no ambiente francês são consideradas em suas discussões sobre as possibilidades interpretativas que possuímos para compreendermos a cidade.

Os anos 60 e 70, segundo Lepetit, representaram para a historiografia um período de desafios na busca de novos caminhos para a solução de grandes impasses. A cidade emerge neste cenário como objeto de estudo que reclama autonomia e no qual a história urbana denota uma tendência a se constituir em história-problema.

Frente a uma história social concentrada na análise de grupos sociais, a história-problema constrói uma abordagem voltada às redes sociais, aos processos e estratégias. Desenvolve uma perspectiva em que a cidade é encarada como um sujeito de sua história, fazendo aflorar toda riqueza dos fenômenos urbanos para um novo campo de pesquisa.

Expectativas sociais se uniram a expectativas e evoluções internas às ciências humanas e mesmo anteriores a esta, na fala de eruditos locais. No caso das cidades francesas, os séculos XVI, XVII e XVIII foram marcados por grandes anseios de independência das cidades subscritas ao poder real. Congregações religiosas e destacados eruditos produziram histórias das cidades comprometidas com elogios da civilização citadina e exaltações de seus símbolos de grandiosidade. Possuíam uma visão do passado que garantia o presente e expressavam um interesse de valorizar os

índices de sua 'independência perdida'.

No século XIX novas gerações de eruditos locais se comprometeram na produção de histórias urbanas em sintonia com as críticas ao rompimento de uma antiga harmonia. Colocam em discussão as antigas tipologias construídas para se pensar a cidade em uma conjuntura de crescimento e transformação com a industrialização e reorganizações do tecido urbano, cujo exemplo mais expressivo foi o plano de Haussmann. Comunicam seus desejos de enraizamento no passado frente as novas organizações e dinâmicas sociais com um discurso fortemente marcado por um patriotismos chauvinistas.

A historiografia contemporânea se inscreve igualmente em tensão com as transformações quantitativas e qualitativas das cidades, que se tornaram fenômenos de grande proporção em um espaço de tempo relativamente curto. A existência de novos contingentes de habitantes, agravamento dos problemas sociais e efeitos nocivos de um padrão de desenvolvimento que demonstra ser insustentável faz Lepetit constatar que estas novas realidades geram novos rompimentos. Eles são enfrentados novamente com uma compensação nostálgica e orientam desejos de enraizamento, que constroem seus sentidos na recuperação daquilo que perdemos.

Neste amplo horizonte a atuação do Estado gera uma perspectiva diferente, as demandas do Estado são: compreender para prever e organizar para controlar o espaço urbano. A gestão pública investe recursos na produção de pesquisas acerca da cidade, reunindo um grande volume de conhecimentos de notável valor para os cientistas sociais e talvez sem precedentes em outros campos de pesquisa. Além de haver atualmente uma constante participação, direta e indireta, dos cientistas sociais em equipes de pesquisas orientadas por ações do poder público.

Houve, no entanto um primeiro período no qual os cientistas sociais tiveram uma

participação somena nestes trabalhos. Uma orientação tecnocrática das instituições públicas investiu numa forma de organização funcional do espaço urbano, ansiosos por regula-lo através de uma teoria da urbanização que não tardou malograr e abriu espaço para novas orientações.

Observou-se a construção de outros significados relativos às situações particulares de socialidades e para a multiplicidade de modos de vida locais. Tornou-se também cada vez mais evidente uma ampliação cronológica, a cidade é experimentada como uma conservadora temporal. A interpretação da cidade se torna hipersensível às múltiplas temporalidades inscritas no tecido urbano.

A história urbana como um campo de estudo se desenvolveu tardiamente, foi influenciada por discursos já constituídos há décadas por outros campos envolvidos em pesquisas da cidade. Os estudos históricos das funções citadinas, principalmente no cenário francês, foram orientados inicialmente por métodos e reflexões dos geógrafos.

Preocupados em compreender o crescimento das cidades e as configurações de suas formas urbanas, empreenderam classificações das cidades segundo os níveis e tipos de funções que exerciam passando a estabelecer tipologias e hierarquias urbanas.

Os historiadores puderam, a partir dos estudos dos geógrafos, formular diversas questões sobre os modos de funcionamento econômico das cidades e das características originais de suas formas urbanas pré-industriais. Entre os geógrafos prevalecia uma concepção no qual o presente encontrava sua explicação.

Alguns modelos, em síntese, das interpretações das formas urbanas que influenciaram a construção da posição dos historiadores são também importantes mencionar.

A primeira de orientação marxista enxergava no crescimento da cidade a expressão do desenvolvimento da lógica do capital refletida nas demandas do Estado.

Confrontavam a posição dos planejadores que enfrentavam estas mudanças da cidade em termos de inadequação das políticas urbanas. A prioridade das orientações teóricas sobre a observação empírica, e o amálgama da questão urbana com a questão social, são alguns dos traços das idéias de matriz marxista na história urbana.

O segundo modelo vem de um grupo de arquitetos e urbanistas fortemente influenciados pelo pensamento de Michel Foucault, em um momento em que “a história se faz urbana, a pesquisa urbana se faz histórica”. Alguns de seus problemas encontram eco também entre os historiadores, tais como: o repetitivo ganha mais força que o excepcional, o habitual mais que o monumental; novas indagações que a realidade do vivido inscrita até então em termos de leis urbanísticas podem apontar à pesquisa; a dialética passado-presente explicitada e reavaliada em seus determinismos; e a cidade vista em termos de espessura temporal.

A perspectiva de Foucault¹ possui algumas diferenças e uma visão bastante instrumentalizada da cidade. Avaliar o papel histórico da cidade organizada e disciplinarizada constitui um espaço de diálogo com os historiadores em seu campo de atuação. As relações sociais, as políticas urbanas e a organização do território são novos caminhos estabelecidos para a pesquisa urbana.

A afirmação da história urbana em um contexto de forte supressão das pretensões de uma história total faz com que a história urbana se desenvolva em seu início, de certo modo, como um remédio paliativo. A cidade se apresenta como um objeto de estudo para o qual se deseja uma compreensão que se encontre plena de possibilidades para uma nova aproximação da globalidade.

¹ “Pour Michel Foucault, la raison de l’attention au passé est autre. Elle trouve son origine dans un fonctionnalisme revisité. Historiquement, essentiellement aux XVIIIe et XIXe siècle, la ville est pour lui le lieu et le moyen d’un renforcement du pouvoir. Travers les réflexions du philosophe et des équipes qu’il anime ou inspire, la ville apparaît comme le lieu privilégié de la mise en place des méthodes de la disciplinarisation des classes inférieures. Cette mise en place s’opère, pour le plus grand bien de l’ordre social et la productivité du travail, au bénéfice des classes dirigeantes. (LEPETIT, 23, 1991)

A história urbana constituída enquanto história-problema se esforçou sistematicamente para superar novas barreiras que possuem dois aspectos básicos: a imersão da compreensão da cidade em uma complexidade obscurante e o risco de perda do objeto.

A cidade nesta abordagem não possui uma natureza específica, ela se torna um mero resíduo do social. Algumas posturas teóricas desta abordagem podem ser sintetizadas por: justaposição de vários estudos que promoveriam o desmoronamento do sujeito com o cruzamento de fontes, já que se considera que elas tratam da mesma coisa, a cidade moderna; primazia e evidência do arquivo colocadas a parte em nome da identificação e construção do objeto; a pesquisa representa uma cópia teórica simplificada e abstrata da realidade; além do estabelecimento de uma nova temporalidade com a eleição de eventos mais ou menos relevantes para o estudo que realiza de seu objeto.

A historiografia dos anos 80 possui, segundo Lepetit, as seguintes orientações: rompimento definitivo com uma história labroussiana, preponderante nos anos 50 e 60 e desenvolvimento de abordagens mais interessadas em processos que em situações estáveis. A pesquisa dos anos 80 se interessa pelos movimentos de alterações no sentido e uso das estruturas enquanto categorias de análise aparentemente imperiosas, determinadas como estudos das modalidades de mudanças das formas de organizações econômicas passadas.

Os objetos de estudo não são considerados como evidências e sim como imersos em um processo de construção no qual entra em jogo a economia dos sistemas simbólicos expressos nas práticas sociais dos indivíduos, aproximações teóricas evidentes com a antropologia cultural e com a micro-história. Esta perspectiva baseia numa concepção sistêmica da cidade o estatuto da história-problema que a análise

urbana possui. Esta concepção sistêmica possui um duplo sentido: a cidade fazendo parte de um sistema enquanto um de seus elementos e em outro nível cada cidade compõe sistemas cujos elementos adquirem sentido uns em relação aos outros.

Na década de 90 a história urbana continua reduzindo a questão urbana à questão social. Os elos sociais e as identidades, não das cidades como antes, mas dos indivíduos e grupos que nela residem, constituem a principal pauta de pesquisa.

As propostas de estudo da cidade por esta historiografia desejava substituir definitivamente as abordagens objetivantes pelas subjetivistas, uma análise de tipo estrutural por uma fenomenológica. Apresentavam interesses não em estabelecer critérios que diferenciasssem duas comunidades distintas e revelassem como se estabeleciam suas especificidades, mas se preocupavam com as práticas e com os imaginários que construía e perduravam diferenças. O método é articulado por uma preocupação com as redes, estratégias e meios pelos quais os indivíduos conformam suas identidades.

Lepetit enxerga nestas escolhas um certo retorno das estruturas. O direito e a instituição asseguram uma satisfatória adequação entre um espaço e uma comunidade de vinculação, os elos sociais encontram toda a sua força em uma rede institucional herdada. A cidade compõe seu sentido em relação a comunidade.

Nestas abordagens a comunidade urbana é uma comunidade cívica, nela as normas e as instituições são a matriz das identidades e orientações que mantêm a comunidade unida. A atenção deve então se voltar para o papel do sentido social conferido às instituições, enquanto soluções para as indefinições comunitárias.

Um programa atual estabelece a história urbana enquanto a história dos usos e formas da cidade, a historicidade dos sistemas considerados nesta análise é orientado por uma concepção temporal em que as sequências são traduzíveis pelos descompassos

e o rumo das trajetórias pela pluralidade das temporalidades.

Contrapondo-se a linearidade temporal e aos determinismos espaciais, presentes nos modelos culturalistas de urbanismo e nos modelos funcionalistas, que pretendem organizar o futuro projetando as tendências presentes. Retomam o ideal perdido da comunidade urbana, dando corpo novamente às formas de organização passadas da cidade correndo-se dessa forma o risco de produzir um conhecimento que expressa exterioridade entre a sociedade e seu território.

Estabelecer dissociações entre os estudos acerca da urbanidade e as pesquisas sobre a morfologia urbana resulta na perda da especificidade urbana. A cidade é feita de cruzamentos, ela nunca dissocia, ao contrário, coaduna e converge a um só tempo fragmentos de espaço e práticas provindas de diversos momentos do passado.

O problema é estabelecido não como uma preocupação em associar uma trajetória histórica e uma evolução futura, mas sim em estudar as modalidades de presentificação dos passados, posto que o presente só tem sentido nas práticas que reatualizam conjuntamente as estruturas sociais e espaciais ultrapassadas.

Os riscos de uma circularidade explicativa, com uma regressão ao infinito perdendo-se em infindáveis reapropriações, e de uma explicação finalista deve ser enfrentada através de uma análise hermenêutica. A conduta hermenêutica explora a própria distância temporal. As categorias que inscrevem temporalmente as formas urbanas e os usos sociais da cidade de maneira conjunta, além das modalidades de apropriação do espaço pelos cidadãos expressam que as analogias entre texto e cidade merecem ser desenvolvidas em suas consequências.

1.4 - Possibilidades de uma abordagem interdisciplinar.

As leituras da cidade de Goiânia, realizadas em pesquisas da História, Geografia e Arquitetura, são analisadas neste trabalho através de uma postura interdisciplinar. Utilizo a definição de interdisciplinaridade presente no pensamento de Bernard Lepetit, que a formaliza do seguinte modo :

“(...) proposita definir a interdisciplinaridade [...] como um processo controlado de empréstimos recíprocos, entre as diferentes ciências do homem, de conceitos, problemáticas e métodos para leituras renovadas da realidade social.” (LEPETIT, 42, 2001)

A interdisciplinaridade proposta por este autor não retoma perspectivas passadas de práticas unificadas das diferentes ciências sociais com um método que se pautava por um comparativismo generalista. Ela se inscreve antes num processo de evolução perene das ciências humanas em que cada disciplina mantém a sua especificidade, não abrindo mão portanto de sua identidade.

Neste complexo caminho cada disciplina apresenta lógicas e temporalidades que não coincidem e estão em constante movimento, não garantindo nenhum ponto fixo. As ciências sociais porém, estão envolvidas num mesmo tipo de conhecimento, o tecido social com suas diferentes tramas, por isso as relações são constantes e múltiplas.

A interdisciplinaridade é compreendida por Lepetit como uma espécie de “transferência cultural”, ela ganha na disciplina que a incorpora um papel diferente daquele que possuía na sua origem. Este papel e lugar que ela passará a ocupar irá depender de contextos distintos, portanto dos meios que as estão recebendo, similar ao que ocorre nas traduções. Toda transferência implica em transformações é sempre uma “traição parcial”. Ela também sempre guarda em si ambiguidades e incompreensões no entremeio de sua tradução.

Entre as principais vantagens que Lepetit enxerga no emprego da interdisciplinaridade, estão: a “designação de objetos novos”. O estudo atual da cidade é um grande exemplo das possibilidades desta postura teórica e metodológica.

“(…) a cidade é, em si mesma, um objeto complexo em que se manifestam todos os fenômenos de interação, um conjunto que é mais do que a soma de suas partes. A complexidade do sistema urbano e a evolução das formas de sua organização fazem da cidade um objeto específico, a compreender se historicamente por si mesmo. Sua emergência resulta menos do desenvolvimento da historiografia do que de uma confrontação cruzada das interrogações das ciências humanas.” (LEPETIT, 40, 2001)

A interdisciplinaridade proporciona condições para o desenvolvimento de novos saberes que promovam ampliação da inteligibilidade do real, produzindo críticas que resultem em avanços.

“A prática da interdisciplinaridade pode assegurar o distanciamento crítico de cada um dos modos de representação do real e talvez permitir que não se permaneça prisioneiro de nenhum. [...] A interdisciplinaridade aparece como um ponto de apoio para estes deslocamentos sucessivos.” (LEPETIT, 40, 2001)

Ela traz também condições e elementos para posturas mais complexas e melhor controladas na abordagem dos objetos. A contribuição reconhecida por Lepetit da história, se refere à capacidade de coordenar e explorar os “mecanismos temporais”, privilegiando os processos de mudança.

“Estes supõe que as temporalidades humanas são múltiplas, que a coincidência cronológica não basta estabelecer a verdadeira contemporaneidade, que os desníveis são criadores.” (LEPETIT, p.42, 2001)

O propósito da análise conjunta de diferentes leituras da cidade de Goiânia, tem por objetivo investir nas possibilidades de enriquecimento e questionamento da abordagem da cidade que os historiadores conseguiram encaminhar. As problemáticas abordadas por estes estudiosos são utilizadas de forma cruzada, as reflexões presentes em cada pesquisa fomenta comparações e críticas para a construção de uma perspectiva mais alargada de abordagem da cidade. Num exercício de trocas e confrontações possibilitadas por uma posição interdisciplinar.

1.5 - Teorias da cidade.

As principais teorias da cidade que estão presentes, em sua maioria, nos pressupostos teóricos dos trabalhos analisados são aqui apresentadas em seus termos essenciais. A exposição não abrange portanto todas as teorias da cidade, ela referencia alguns dentre os principais cientistas sociais que pesquisaram a cidade. A organização se orientou através da identificação de Escolas, seguindo a proposta de Freitag (2006), ficando dividida em: Escolas Alemã, Francesa, Anglo-saxã britânica e americana. O objetivo fundamental é compreender como cada um dos autores entende a cidade e produz uma leitura específica sobre ela.

Escola Alemã

Georg Simmel

Simmel afirma que os homens do século XVIII experimentaram um enfraquecimento progressivo das amarras que lhes prendiam a instituições que a muito lhes ofertavam sentidos às suas vidas, tais como o Estado, a moral, a religião e a economia.

Cada indivíduo ganha desta maneira maior liberdade para o pleno desenvolvimento de suas potencialidades, entretanto juntamente com toda esta

liberdade, há em igual proporção uma “especialização funcional” de todos os aspectos da vida destes indivíduos, tornando-os incomparáveis e dependentes das atividades uns dos outros.

O homem metropolitano tem que lidar com fenômenos que atingem a sua vida psíquica e têm como condição, a intensificação dos estímulos nervosos. Nestas condições o intelecto se superlativa como uma espécie de adaptação e preservação da vida subjetiva.

A metrópole para Simmel se configura como “sede da economia monetária”, aliada a racionalização, configuram novas realidades em que o princípio pecuniário e a razão pautam as relações do cidadão.

“(…) o homem metropolitano negocia com seus fornecedores e clientes, seus empregados domésticos e frequentemente até com as pessoas com quem é obrigado a ter intercâmbio social. Estes aspectos da intelectualidade contrastam com a natureza do pequeno círculo, em que o inevitável conhecimento da individualidade produz, da mesma forma inevitável, um tom mais cáldo de comportamento que vai além do mero balanceamento objetivo de serviços e redistribuição.” (SIMMEL, 15, 1967)

Pontualidade, calculabilidade e exatidão são comportamentos que permeiam todo o cotidiano, trabalho e relações. Todo este contexto engendrou na personalidade do indivíduo metropolitano um alto grau de impessoalidade e uma subjetividade altamente pessoal. Este comportamento foram designados por Simmel, como atitude blasé. As pessoas perdem o poder de discriminar e reagir com maior sensibilidade à suas experiências coletivas, que são “destituídas de substância”.

O comportamento social característico de um indivíduo metropolitano é orientado por uma espécie de auto preservação que se expressa numa atitude de reserva. Esta reserva guarda igualmente alguma dose de aversão. Estas condições indicam uma reunião de elementos que conferem uma liberdade ao indivíduo que não pode ser percebida nem experimentada em qualquer outro contexto ou condição.

A metrópole promove a mais expressiva divisão económica do trabalho, é local no qual cada indivíduo se torna um especialista, tanto mais insubstituível quanto for possível. Ela promove da mesma maneira um alargamento das necessidades e diferenciações do público cada vez mais maneirista, caprichoso e preciosista, que pretende essencialmente se destacar e chamar a atenção. Tais atitudes são, sem dúvida, acentuadas pela “brevidade e escassez dos contatos inter-humanos”.

O indivíduo desta maneira é impelido a um desenvolvimento cada vez mais unilateral que representa na sua personalidade perda e empobrecimento. Condição estabelecida pela cultura moderna de “(...) atrofia da cultura individual através da hipertrofia da cultura objetiva.” (SIMMEL, 26, 1967)

O projeto iluminista de desenvolvimento pleno do homem não se realizou da forma como foi idealizado. A cultura moderna promoveu antes o extravasamento de toda a vida pessoal.

Para nos aproximarmos da leitura de Freitag (2006) podemos sintetizar o que foi dito em teses fundamentais sobre a sua concepção de cidade que se expressa através de um dualismo entre metrópole e vida mental.

A cidade grande cria deste modo, as condições para aumento e complexificação da vida mental daqueles que a habitam.

As cidades grandes são centros económicos.

As relações e exigências da cidade grande são sempre pautadas pela razão instrumental e pela incessante multiplicação e circulação do dinheiro, implantam condutas e valores tais como: pontualidade, impessoalidade, calculabilidade e anonimato.

A grande cidade proporciona uma distância cada vez maior entre os indivíduos e a atitude preponderante é a indiferença, atitude blasé.

Ela se constrói como sede do cosmopolitismo onde não há muito espaço para grandes personalidades.

Ela proporciona a intensificação e complexificação da divisão social e econômica do trabalho, o lugar dos grandes especialistas.

A metrópole torna-se a expressão da vida mental de uma sociedade.

Max Weber

A investigação da cidade por Max Weber a compreende a partir da concepção de localidade e assentamento de casas reunidas, dispostas ou não lado a lado, mas essencialmente reunidas. Os critérios de análise de Weber estão relacionados com o tamanho, troca regular de bens e serviços e diversificação de funções.

“A localidade considerada sociologicamente significaria um estabelecimento de casas pegadas umas às outras ou muito juntas, que representam, portanto, um estabelecimento amplo, porém conexo, pois do contrário faltaria o conhecimento pessoal mútuo dos habitantes, que é específico da associação de vizinhança. Nesse caso só localidades relativamente grandes seriam cidades, e dependeria das condições culturais

gerais o ponto a partir do qual se deveria começar a considerá-las como tais.” (WEBER, 73, 1967)

Os diferentes tipos de cidade são frutos das análises destes elementos. Os quatro tipos localizados são: cidade do príncipe, de consumo, produtora e comercial. Na ‘realidade empírica’ não encontramos estes tipos puros, as cidades acumulam sempre funções, que se modificam e se complexificam ao longo do tempo.

Para Weber somente se desenvolveram cidades ou “comunidades urbanas” no Ocidente, pois somente elas eram: assentamentos com fortificações, com atividades comerciais, independência administrativa e jurídica e formação de associações, como fica claro no trecho a seguir.

“A comunidade urbana, no sentido pleno da palavra, existe como fenômeno extenso unicamente no Ocidente. Além disso existe em uma parte do Oriente Próximo (Síria, Fenícia, talvez Mesopotâmia), porém só eventualmente e em embrião. Para isso seria necessário que encontrássemos estabelecimentos de caráter industrial-mercantil bastante pronunciado, a que correspondessem estas características: 1) a fortaleza, 2) o mercado, 3) tribunal próprio e ao menos parcialmente próprio, 4) caráter de associação, e, unido a isso, 5) ao menos uma autonomia e autocefalia parcial, portanto, administração a cargo de autoridade em cuja escolha os burgueses participassem de alguma forma.” (WEBER, 88, 1967)

A tipologia das cidades foi construída no contexto de análise da sua sociologia da dominação, Weber produz uma tipologia da dominação e a define como de tipo carismática, tradicional e racional.

As cidades ocidentais eram centros de “poder ilegítimo”. A cidade medieval passou a incorporar associações ou guildas, que instituíram progressivamente relações

com a economia. Construindo um poder paralelo ao poder tradicional, portanto um “poder ilegítimo”.

A relação que se estabelece com o solo também se altera, a obtenção da propriedade do solo passa a ser possível para estas associações. Constitui-se um sistema cada vez mais complexo de tributos e mercados cada vez mais especializados. Além da constituição de leis que regulamentam a vida da cidade, com participação de seus habitantes.

Uma preocupação com a dimensão histórica da cidade é característica da leitura weberiana, enquanto configuração única, ela é dotada de uma especificidade histórica.

Walter Benjamin

Benjamin, segundo Freitag, não produziu uma sociologia urbana em um sentido estrito. Ele se torna uma referência no estudo da cidade por suas reflexões sobre a cidade grande, essencialmente Paris e Berlim, nas quais se manifestam de forma mais radical as influências do capitalismo em todas as dimensões da vida dos indivíduos.

A multidão revela personagens alegóricos, o flâneur, figura desenhada por Baudelaire, se tornou o mais expressivo e emblemático. A percepção da multidão observada pelo passante é a percepção do choque.

“As imagens em movimento constante substituem o pensamento e impõem uma atenção redobrada, sensibilidade pelo trauma. A percepção ferida adequa-se e exercita-se em um tipo de visão que não teme o fugidio, o disperso, o excêntrico. A contemplação não é mais possível no tempo da reprodutibilidade técnica.” (SILVA, 27, 1997)

Na multidão encarna-se a indiferença dos indivíduos, mas também anuncia-se um contexto que pode fazer nascer um novo tipo de individualidade treinada a lidar com as fragmentações e contradições extremas produzindo, a partir delas, reflexões. O flâneur representa também um novo tipo de sensibilidade, é aquele que deseja se afastar da multidão “resiste ao seu ritmo e a enfrenta, este é o herói trágico” (SILVA, 1997).

O flâneur é comparado por Benjamin ao viajante, cheio de narrações sobre os novos cenários da modernidade que se descortinavam num tempo de “dissolução da cultura”. As perdas anunciam a constituição de mecanismos de defesa, a grande cidade é o palco e modelo destas transformações.

Escola Francesa

Georges Eugène Haussmann

Haussmann foi acima de tudo um político habilidoso, através de seus trabalhos a frente das obras de intervenção na Paris do século XIX, inaugurou uma nova metodologia na realização de obras estruturais no espaço urbano.

O governo de Napoleão III é expressão de uma direita conservadora, que defendia o forte controle do Estado e promoveu uma série de reformas com uma grande

preocupação em restaurar e manter a ordem. Reformas que tiveram portanto, um caráter contra-revolucionário.

A urbanística se torna um grande instrumento de poder, uma urbanística definida por Benevolo (2009) como neoconservadora, orientou as reformas urbanísticas das cidades europeias nos séculos XIX e XX. O plano regulador concebido para Paris teve como propósitos fundamentais: assegurar a ordem pública e conquistar apoio popular com obras de grande magnitude. Pela primeira vez se colocava em prática um plano de grande magnitude para regulação da cidade moderna.

Além de se preocupar em eliminar a possibilidade de construção de barricadas por populares revoltosos, haviam outras urgências constituídas por uma cidade de características medievais e barrocas que havia crescido muito. A sua antiga estrutura em vários aspectos não suportava concentração e fluxo tão intenso de vida urbana.

Os trabalhos de Haussmann desenvolveram principalmente uma nova estrutura viária para a cidade, com urbanização, construção e reconstrução de edifícios nas imediações das novas vias. Uma grande preocupação com a circulação orientou a comunicação entre os principais centros da cidade com as estações ferroviárias e o planejamento de anéis e cruzamentos orientadores do trânsito.

As novas construções nestas áreas passaram a serem orientadas com os novos parâmetros, conformes à intervenção que se efetivava no espaço público. A preocupação com a moradia das pessoas de menor poder aquisitivo, se traduziu na construção de complexos de casas populares que não representaram uma solução para o problema, já que as ações do poder público se associavam aos interesses privados.

“Essas demonstrações isoladas de mecenatismo não alteram sensivelmente a situação das moradias operárias em Paris, dominada por uma especulação particular que é favorecida, por outras vias, em todos os sentidos, pelo poder imperial.” (BENEVOLO, 100, 2009)

Obras de grande relevância foram realizadas também nos parques públicos, redes hidráulicas com novos aquedutos, novas redes de esgoto, ampliação das instalações de iluminação pública, ampliação e complexificação dos transportes públicos. Os limites da cidade são estendidos de modo a coincidir com suas fortificações.

As áreas imediatas aos limites da cidade não foram reservadas, ficando suscetíveis as especulações, porém estas ações não ficaram restritas apenas aos limites da cidade. A valorização, do solo e dos edifícios, procedente de todas as obras realizadas na cidade pelo poder público não retornou para a administração da cidade, ela foi revertida aos proprietários particulares. Um exemplo gritante de transferência de rendas públicas para grupos privados, Benevolo ressalta este como um dos pontos mais negativos das intervenções de Haussmann.

“Se a operação pode ser considerada satisfatória no balanço global, não se pode dizer o mesmo em relação à distribuição destas riquezas. O mecanismo fixado para expropriações permite que os proprietários confisquem toda a mais-valia e produz, em termos substanciais, uma transferência de dinheiro dos contribuintes para os proprietários de áreas. E mais, o montante de indenização pela expropriação é estabelecido por uma comissão de proprietários, e frequentemente é desproporcionalmente alto, tanto assim que a expropriação é desejada e solicitada como fonte de enriquecimento” (BENEVOLO, 102, 2009)

O plano de Haussmann se afirmou como um exemplo por ter sido o primeiro a sistematizar e executar intervenções na cidade. Consoante às necessidades políticas e respondendo ao ritmo de crescimento da cidade, estabeleceu um ideal de ambiência urbana pautada por condições estruturais (redes de água e esgoto, iluminação pública,

transporte e circulação) e estéticas com a construção de espaços públicos embelezados e constituídos arquitetônica e paisagisticamente de modo a oferecer uma identidade para a cidade.

O modelo de cidade embelezada e modernizada ecoa por todo o mundo, a figura do Estado intervencionista e garantidor do desenvolvimento da sociedade é incontestável. No Brasil a grande expressão de administrador que executou este tipo de plano foi Pereira Passos, na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX.

Le Corbusier

Le Corbusier é um modernista, um dos seus principais representantes. Foi redator da “Carta de Atenas”, texto que se tornou síntese do urbanismo modernista do início do século XX. A idéia cerne do urbanismo progressista, segundo Choay (2005), é a idéia de modernidade.

O progressismo nas concepções de Le Corbusier se baseia numa idéia de homem como indivíduo-tipo e classifica as suas necessidades em termos de necessidades-tipo. A construção destas classificações oferece a oportunidade de construir uma ordem para a cidade e para a vida das pessoas em qualquer situação ou contexto.

O espaço é organizado privilegiando as formas abertas com cortes para vazios e verdes. O discurso sanitário está no cerne deste modelo, espaços saneados e

geometricamente organizados são essenciais para a vida dos indivíduos e para o adequado desenvolvimento de suas atividades.

Nestes parâmetros estão implícitos preocupações com a eficácia dos espaços, uma ordem voltada para a atividade produtora. Traduz um novo ideal de sociedade que classifica a população em tipos e os relaciona por suas atividades e renda para ocupação de determinados espaços específicos.

O espaço deste modo encontra-se conseqüentemente adequado a análise das necessidades humanas, traduzidas em termos de funções: a função de habitar, trabalhar, circular e a função do lazer. Os traçados das cidades, conhecidas até então, deveriam ser inteiramente alterados ou, nos termos de Le Corbusier, repudiados. Elas são entendidas como expressões de insegurança e desordem, um caos que deve ser disciplinarizado por seu “espírito de geometria”.

Os espaços, principalmente o centro da cidade, devem ser altamente densificados. As ruas resignificadas e vivenciadas de modo distinto, elas seriam essencialmente locais de circulação. A rua ladeada por calçadas e com cruzamentos pouco espaçados, definida por Le Corbusier como “rua-corredor”, deve ser abandonada.

Este modelo produz para Choay um espaço fragmentado e atomizado com suas densas unidades de habitação, “máquinas de morar”, e serviços, em meio ao verde e com ruas destinadas a circulação de veículos. Para a autora não há nestes espaços uma ambiência urbana, são antes “pequenas cidades verticais”.

Esta cidade é definida por Choay como “cidade-instrumento”, ela a denomina também de “cidade-espetáculo”, pela dimensão fundamental que a estética possui nela. A estética aceita por Le Corbusier rejeitava as expressões estéticas passadas e era composta por formas simples e despojadas.

“Consiste essencialmente na disposição dos elementos cúbicos e paralelepipedais segundo as linhas retas que se cortam em ângulo reto: o ortogonismo é a regra de ouro que determina as relações dos edifícios entre si e com as vias de circulação. [...] ao espaço fragmentado, mas ordenado, da cidade-objeto, corresponde rigorosamente o espaço dissociado, mas geometricamente composto, da cidade-espetáculo.” (CHOAY, 23, 2005)

Neste sistema-cidade o plano, redigido objetivamente pelo especialista, determina toda a sua existência e funcionamento, bem como o espaço e densidade que cada indivíduo ocupa e possui no tecido urbano. A cidade de Le Corbusier é vista por Hall como uma cidade altamente classista, com uma segregação prevista. Ela marca, no entanto gerações de arquitetos e planejadores da cidade moderna.

Os princípios afirmados pelo urbanismo progressista que se tornaram chave para a urbanística e arquitetura da modernidade são: um “domínio da paisagem sobre a cidade construída” (FREITAG, 2006); as áreas verdes passam a ser fundamentais para a paisagem da cidade e se integram às idéias de qualidade de vida e lazer; o papel fundamental das ‘boas’ condições do ambiente, ensolarado e arejado; além da clássica distinção entre as quatro funções da vida moderna nas cidades: habitar, trabalhar, circular e divertir-se.

Manuel Castells

A leitura da cidade que Castells realiza, segundo Gottdiener, entende o espaço como o produto material de certa formação social. Esta leitura marxista afirma que o espaço se encontra condicionado às forças produtivas e relações sociais de produção.

O espaço é especificado numa teoria da estrutura social, Castells adota a perspectiva de leitura estruturalista do marxismo de Althusser, utilizando-a para compreender e explicar as formas espaciais.

Castells aponta uma necessidade de se encontrar em termos teóricos uma abordagem capaz de responder as particularidades das formas de espaço específicas que a sociedade moderna criou. Há neste sentido um esforço para vencer algumas limitações da teoria marxista.

Isto não significa no entanto deixar de conceber a estrutura econômica como o cerne conceitual da leitura do espaço, fazendo com que as dimensões políticas e culturais estejam absolutamente inseridas na lógica engendrada pela economia, Gottdiener expressa estas posições como um “reflexo teleológico do funcionalismo estruturalista”

“(…) aspectos das relações sócio-espaciais são dominados pela estrutura econômica, pois é essa justamente a estrutura que domina o modo capitalista de produção de acordo com o esquema althusseriano. Isto é, Castells usa o elemento econômico para definir o urbano porque é preciso que tal definição se ajuste aos requisitos althusseriano de análise.” (GOTTDIENER, 122, 1997)

O urbano se torna neste modelo de análise uma expressão espacial da reprodução da força de trabalho, uma feição espacial dentro do sistema estrutural que produz e reproduz o ambiente construído das cidades.

Esta abordagem fez com que ele se concentrasse nos problemas resultantes dos processos de consumo coletivo na sociedade moderna. Os problemas urbanos, (habitação, transporte, saúde, educação, etc.) são colocados como questões urbanas e tratados em termos teóricos satisfatórios. Uma preocupação em explicar como o espaço é produzido se traduz em reflexões sobre a forma pela qual os seus problemas são produzidos, em muitos casos, demonstrações evidentes de crise do capitalismo.

A análise da atuação do Estado é fundamental para a compreensão dos desdobramentos do capitalismo tardio na perspectiva de Castells. O papel do Estado é administrar a “crise” estrutural do capitalismo, com as funções de acumulação e legitimação, estas relações são transpostas para o espaço.

As políticas urbanas foram incansavelmente analisadas e interpretadas, essencialmente como reflexo das relações de classes, ou para dizer melhor, como manifestações dos conflitos de classes. O estudo dos movimentos sociais tem importância fundamental em suas teses, Gottdiener traduz a abordagem de Castells dos movimentos sociais da seguinte forma:

“(…) o conflito político é basicamente uma forma do conflito de classes que se desloca para a comunidade e envolve preocupações com as necessidades de reprodução do poder de trabalho” (GOTTDIENER, 150, 1997)

A cidade se tornou resultado da atuação do Estado e da economia, os processos sociais urbanos são o foco de suas análises, Castells concebe a cidade de forma especular, ela reflete a economia e da política das sociedades.

Henri Lefebvre

A leitura de Lefebvre da cidade recorre a uma matriz marxista, ele constrói uma teoria marxista do espaço, que concentra nas práticas cotidianas as possibilidades de transformação social.

O espaço possui uma natureza multifacetada, é uma localização física e um ser e vir a ser social em constante transformação. Deste modo é tanto o espaço geográfico da ação quanto as possibilidades sociais de ação. O espaço possui no modo de produção o mesmo sentido ocupado pelo capital ou pelo trabalho.

O espaço não é concebido como continente das forças e meios de produção ele é concebido como produto destas relações. Neste sentido Gottdiener afirma:

“(…) além de haver um espaço de consumo ou, quanto a isso, um espaço como área de impacto para o consumo coletivo, há também o consumo de espaço, ou o próprio espaço como objeto de consumo” (GOTTDIENER, 129, 1997)

As relações espaciais estão plenas de contradições sociais que devem ser analisadas em suas especificidades e não inseridas nas contradições do processo de produção. Esta perspectiva teórica implicaria numa perda da especificidade das práticas espaciais.

O Estado para Lefebvre se utiliza do espaço para garantir o controle de lugares, a organização espacial representa no seu pensamento hierarquias de poder. O Estado e a economia transformaram o espaço orgânico em abstração isto, contudo criou possibilidades aos indivíduos de se tornarem conscientes das forças que promovem a homogeneidade do todo e a segregação das partes. Todo este processo promove o que

Lefebvre chama de “explosão de espaços”, que são as várias maneiras de articulação das relações sociais em espaços estratificados. Isto fica claro no seguinte trecho:

“(...) o espaço social perdeu sua unidade orgânica nas cidades das sociedades modernas – pulverizou-se em guetos distintos. [...] os guetos da elite, da burguesia, dos intelectuais, dos trabalhadores imigrantes etc., todos eles não são justapostos, são hierárquicos, e representam espacialmente a hierarquia econômica e social, setores dominantes e subordinados.” (LEFEBVRE, 182, 1982)

Na transformação revolucionária dos espaços devem ocorrer expropriações dos espaços da cidade, prevalecendo a liberdade de usar o espaço e o direito de fazê-lo plenamente. O espaço social dos usos conquista o espaço abstrato hierarquizado. As relações capitalistas produziram um ambiente fragmentado e gerador de forças destrutivas da vida, da natureza e do próprio ambiente construído. A “solução humanista” de Lefebvre implica em uma abordagem revolucionária da produção do espaço e das práticas cotidianas.

O espaço abstrato é produzido como qualquer outra mercadoria, portanto ele possui a expressão de um objeto material e de um processo que implica relações sociais numa tensão dialética. O Estado para Lefebvre também tem um papel fundamental na reprodução destas relações, neste sentido o planejamento urbano é enfaticamente qualificado como instrumento de poder.

O planejamento urbano traduz a manipulação de uma realidade urbana fragmentada e a produção e reprodução de espaços controlados, ele se constitui como um grande “inimigo” da vida nas cidades. A transformação da cidade se dá com a transformação da vida cotidiana.

O urbano para Lefebvre se define como uma forma espacial que sustenta o processo de reprodução do capital em geral, o papel do espaço passa a ser essencial em sua leitura da cidade. A questão urbana tem que necessariamente ser tratada através de uma reflexão sobre a ocupação do espaço, além da necessidade fundamental de “reconquistar o tempo” inscrito no espaço urbano, “o espaço não é senão a inscrição do tempo no mundo” (LEFEBVRE, 1974). O espaço não pode ser bem compreendido se esta dimensão for desconsiderada, um espaço é sempre histórico.

Milton Santos

Inserir Milton Santos no âmbito dos autores da escola francesa se justifica pela influência que os intelectuais franceses tiveram em sua formação, dentre estes Lefebvre. Além de sua grande importância no estudo da cidade no Brasil. Precisar o alcance e adesão do pensamento dos diversos autores que influenciaram Milton Santos extrapola o objetivo destas exposições. A preocupação central, a mesma que prevalece em relação aos demais autores, é a de expor os aspectos centrais da leitura que Milton Santos elaborou sobre a cidade.

Santos define o espaço como um conjunto de sistemas de objetos e de ações que são analiticamente indissociáveis. O espaço é funcional ao modo de produção, um fato social que deve ser analisado considerando-se sua natureza específica.

A teoria do espaço se encontra inserida numa teoria social, para expressar nossa especificidade, uma teoria da sociedade brasileira. Ele adota o conceito de rugosidade, este conceito evidencia a importância fundamental do tempo em sua análise geográfica da paisagem. Rugosidade é entendida como:

“(...) um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço.” (SANTOS, 68, 1988)

Santos deixa de considerar a paisagem como expressão das formas de organização econômica e política, para inseri-la como um componente analítico que entende a necessária conceituação do espaço.

A compreensão da totalidade social espacializada encontra-se vinculada a relação dialética entre estrutura, processo, forma e função. As formas espaciais são os aspectos visíveis de um objeto ou conjunto de objetos que possuem significações. As funções são atividades elementares materializadas nas formas.

A estrutura é compreendida como a inter-relação das dinâmicas e processos sociais em cada período histórico, o processo é portanto parte inerente do todo social que comporta multiplicidades temporais.

As formações e transformações dos espaços da cidade obedecem a uma lógica de acumulação capitalista e da reprodução ampliada das classes sociais (SANTOS, 1994). Estes processos se territorializam no espaço urbano, na sociedade moderna há uma complexificação das classes sociais que produzem um espaço multifacetado, num processo de reprodução ampliada do espaço.

Nas organizações sócio-espaciais estão implicadas em relações de poder, mantidas por grupos de dominantes, entre estes o Estado, que garantem espaços

fragmentados e segregados numa lógica de legitimação e continuidade da acumulação capitalista.

A leitura de Santos sobre a sociedade brasileira se volta com especial atenção para a população mais carente e excluída dos benefícios que o progresso da sociedade moderna trouxe somente para alguns. O seu pensamento se aciona para construir reflexões que apresentem a força das ações de cidadãos críticos na construção de uma sociedade em que os excluídos tenham direitos plenos e ocupem os espaços que merecem, quebrando com as hierarquias de poder em “rebeliões” que se expressem no território, na transformação do lugar que ocupam.

Escola Anglo-Saxã britânica e americana

Ebenezer Howard

Autor, ou para alguns apenas sintetizador de idéias que circulavam no início do século XX na Inglaterra e Europa (HALL, 2009), de um modelo de cidade que representava um modelo de uma nova sociedade, uma sociedade mais justa e igualitária. A cidade-jardim teve uma grande repercussão como modelo urbano em todo o século XX, mesmo tendo sido implantada de forma fragmentada e parcial.

A cidade-jardim traduzia a vida em sua comunidade harmônica e auto-suficiente, síntese de cidade e campo, estava ligada a um desejo de transformação da realidade dos bairros escortçados com a promoção de um saneamento ambiental e moral da sociedade, essencialmente das classes mais pobres.

Estas medidas se coadunaram com os interesses de administradores desejosos não somente no saneamento destes grupos, mas também na desativação de movimentos revolucionários. Retiravam da cidade e aproximavam do local de trabalho classes consideradas perigosas, deste modo a cidade-jardim funcionou também como um “remédio preventivo às revoluções” (FREITAG, 2006).

A cidade deveria ser auto-suficiente e pautar-se por uma integração harmônica entre indústria e agricultura, porém já nas primeiras experiências concretas a auto-suficiência se mostrou insustentável. A vinculação de uma cidade-jardim com a cidade grande foi fundamental para a sua sobrevivência e fez com que ela ao longo dos anos se transformasse em alguma medida, e em alguns casos, em um bairro satélite. As áreas destinadas ao cinturão agrícola foram diminuindo a cada novo projeto até se reduzir a um “anteparo verde”. Benevolo traduz a sua avaliação do projeto da cidade da seguinte forma:

“(…) a cidade-jardim demonstra ter condições de viabilidade, diversamente das utopias precedentes, porém, afinal, reduz-se a uma cidade como as outras, sujeita à atração da metrópole, de tamanho não estável e com uma ordenação fundiária não dessemelhante a normal. Resta a marca agradável da concepção originária na elegância dos traçados das ruas, na uniformidade das construções, na distribuição do verde.” (BENEVOLO, 358, 2009)

A evolução destes espaços não trouxeram soluções na proporção esperada. Para Benevolo, as áreas originais com o passar dos anos se assemelharam cada vez mais

aos subúrbios londrinos comuns, sendo ocupados principalmente por operários das indústrias.

O projeto não deve no entanto ser avaliado somente em suas dificuldades de viabilização e nos desvios de sentidos que sofreu e sofrem os projetos para novas cidades, fadadas a se desvirtuarem. A cidade-jardim sintetizada por Howard evidenciou de forma notável, por sua grande influência, a situação deplorável de vida das classes menos favorecidas nas grandes cidades do início do século XX.

Escola de Chicago

O núcleo original do grupo de sociologia urbana de Chicago foi constituído por Robert E. Park, Ernest W. Burgess e Roderick D. McKenzie. A sua leitura da cidade estabelecia o seu estudo através de pesquisas empíricas sobre os mais diferentes ‘problemas urbanos’ de uma Chicago que experimentara em poucos anos um crescimento muito significativo principalmente de população imigrante.

Estas pesquisas concretas indicariam algumas regularidades formais do comportamento humano. Os padrões urbanos são entendidos em termos de ‘natureza humana’, entendida como a tensão entre dois anseios, um “biótico” e outro “cultural”, que determinam as formas de organização espacial produzidas por forças de competição nos moldes do darwinismo social.

A luta pela sobrevivência suscitou a divisão funcional do trabalho, a ordem espacial da cidade é concebida como articulada em torno da competição econômica.

Quanto a dimensão cultural, esta era entendida como absorvida por um núcleo “biótico”. A abordagem da ecologia urbana possui uma ênfase comportamental.

As posturas teóricas desta Escola podem ser traduzidas sinteticamente da seguinte forma: o primado da ênfase biológica, a utilização de teorias darwinista para explicar o comportamento do homem citadino e consideração dos valores simbólicos restritos a psicologia social, pois o cerne era a competição econômica.

As relações e dinâmicas espaciais estão completamente condicionadas às forças de competição econômica e seleção funcional, a leitura que esta perspectiva produziu sobre a cidade foi frequentemente reduzida a quadros econômicos e processos biológicos.

Burgess chegou a formular uma teoria do espaço, as formas urbanas foram compreendidas através do modelo de zonas concêntricas, concebidas para explicar as mudanças nos padrões de uso da terra. Relacionou estas modificações nas dinâmicas da cidade aos processos de crescimento urbano, a expansão metropolitana foi teorizada através da noção de centralidade.

As centralidades engendram uma competição em seu entorno que marca toda a expansão da cidade em termos de centralização e descentralização. A aglomeração central era acompanhada por uma descentralização comercial, deste modo ele documentava as competições entre grupos distintos.

As reflexões sobre a organização social e o espaço foram teorizadas pelo modelo de zonas concêntricas de Burgess, o estudo da cidade por esta sociologia era traduzido através da análise dos problemas sociais, admitindo de forma somena a cultura em suas explicações.

Na geração da década de 50 da Escola de Chicago destaca-se, segundo Gottdiener, as teorizações de Hawley. Ele da continuidade a uma análise sócio

estrutural, desenvolvendo teorias do crescimento metropolitano que servissem de explicação para o arranjo morfológico da cidade. Uma cidade mais uma vez destituída de elementos culturais, sendo portanto fiel ao projeto original da Escola.

Os limites desta análise para a compreensão da cidade são consideráveis, a ênfase em elementos biológicos inscritos em processos econômicos e tecnológicos para a explicação de todos os fenômenos urbanos desconsidera a multiplicidade de fatores e configurações que estão implicados nos fenômenos urbanos.

Lewis Mumford

Mumford traduz a cidade como forma e símbolo do conjunto integrado de relações sociais, onde bens da civilização constituíram um complexo sistema de materialidade e imaterialidade. As cidades são produtos da terra e expressam a luta para sobrevivência a partir da agricultura permanente assim, o campo concentrou os elementos para o surgimento da cidade.

As cidades são também produtos do tempo, o tempo se torna visível para todos os lados para os quais se direcionem o olhar, a cidade é conservadora temporal. A cidade tornou-se desde o início o lugar do encontro e da multiplicidade. A necessidade de se fortificar trouxe para as cidades a possibilidade de estreitar laços, com uma proximidade maior se tornaram mais evidentes os fatores que uniam aldeias em unidades maiores, as cidades, estas unidades criaram novas identidades.

A cidade possui duas dimensões, ela é um fato da natureza, mas é também obra proposital é uma “obra de arte consciente” (MUMFORD, 1961). Nela espaço e tempo são transformados e modificados, são registros do momento histórico de uma sociedade.

O surgimento das cidades não está vinculado somente a fatores econômicos, como a agricultura, ampliação de rotas do comércio e diversificação de atividades. Ela está vinculada também a uma esfera social. A cidade representa a possibilidade mais radical de “humanização do ambiente natural e naturalização da herança humana”. Este meio de existência comum cristalizou e transmitiu a herança das civilizações que a construíram e por elas foram constituídas em suas comunidades.

Mumford aponta no entanto que os avanços dos meios técnicos contribuíram progressivamente para a decadência social. Os sucessos tecnológicos que a civilização Ocidental obteve não estiveram vinculados a um desenvolvimento harmônico das formas de associação e reunião coletiva, a grande capacidade de se organizar em assentamentos cada vez maiores provocou um crescimento populacional desordenado.

Os indivíduos que habitavam cidades cada vez maiores foram cada vez mais se dissociando como cidadãos, um crescimento sem um plano consciente resultou num desastroso caos. A cidade enquanto materialização de arte e técnica coletiva desapareceu e um ambiente que Mumford qualifica de rude e dissoluto surge trazendo uma vida social estreita e forçada. A destruição também se corporifica no espaço, construído de modo devastador.

Após todas estas constatações Mumford apresenta a necessidade de se construir uma nova civilização urbana, somente com uma tarefa desta magnitude se poderia vencer o quadro atual de nossas cidades. A busca de uma cidade ideal passa pela inauguração de outra civilidade.

Mumford reconhece os esforços dos utopistas do início do século XX para inaugurar uma nova sociedade e deixa evidente que seu esforço se assemelha ao destes indivíduos, pois somente o desejo de inaugurar uma nova sociedade pode reverter a realidade de nossas cidades.

Nossa memória histórica nos transmitiu experiências suficientes para desejar e alcançar a mudança, o conhecimento científico a muito está preparado para auxiliar nesta tarefa de reconstrução que deseja erigir um culto a vida.

“Em vez de nos apegarmos às sardônicas torres funerárias das finanças metropolitanas, cabe-nos marcharmos para os campos recém-amanhados, criar novos modelos de ação política, alterar para propósitos humanos nossos pérfidos mecanismos do nosso regime econômico, conceber e fazer germinar formas novas de cultura humana.” (MUMFORD, 21, 1961)

A cidade é investigada por Mumford, através da pesquisa histórica, deste modo ele constitui tipos históricos de cidades ocidentais: a cidade da antiguidade, medieval, da Renascença, barroca, da ilustração, industrial e a cidade contemporânea.

O autor objetiva localizar o “embrião” das antigas socialidades que deseja retomar e as encontra no cemitério. A necrópole não revela sentimentos mórbidos do autor, ele se atem às manifestações religiosas e zelo aos dos mortos que implicam em encontros e convivialidades dos indivíduos, este seria o embrião de uma cultura nova para a cidade ocidental contemporânea.

Richard Sennett

Sennett elabora um novo conceito de urbanidade que se pauta por uma síntese entre *urbs* e *civitas*, conceito elaborado a partir de formulações do urbanista espanhol Idelfonso Cerda (FREITAG, 2006). O pensamento de Sennett se organiza em pares que se complementam, Freitag enxerga esta postura teórica como familiar a Lévi-Strauss. Ele contrapõe a materialidade urbana às práticas de cidadania na vida dos habitantes das cidades.

A cidade para Sennett é entendida através de uma idéia orgânica, a cidade é um corpo vivo. Isto fica evidente em uma das suas obras mais conhecidas *Carne e Pedra*. Em muitas situações as medidas do corpo serviram de modelo para o desenho urbano de muitas cidades, a sua obra não se restringe somente a esta análise, ela se concentra na experiência corporal em vários períodos e contextos.

A história da cidade é deste modo construída através da experiência corporal dos indivíduos, o autor busca compreender como ela se expressou no urbanismo, na arquitetura e na vida cotidiana. Os eventos escolhidos pelo autor demonstram uma leitura da cidade que explora as tensões de contextos em que as experiências corporais e as práticas espaciais assinalaram mudanças no espaço urbano. O autor se utiliza de um paradigma da enunciação discursiva para analisar os sentidos das ações dos indivíduos no espaço, ou em outras palavras a significação dos corpos a sua fala. Desta maneira constroem-se determinadas compreensões do corpo vinculadas a determinadas configurações do espaço.

Sennett concebe a cidade como um espaço de questionamento sobre como nos relacionamos com a própria cidade, como lugar de uma coletividade, e entre nós

mesmos. Questiona como somos ou nos tornamos “seres humanos” considerando a aquisição deste ‘comportamento’ no âmbito desta coletividade urbana.

A qualidade de uma cidade pode ser medida nesta perspectiva, por sua capacidade de promover o aprendizado de valores positivos àqueles que integram esta comunidade.

Capítulo 2

2.1 - Cidade panorama

2.1.1 – História do urbanismo de Goiânia

No segundo capítulo analiso os estudos realizados pelos historiadores sobre a cidade. O primeiro trabalho a ser analisado *A construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968)* foi elaborado por Alexandre Ribeiro Gonçalves, esta dissertação de mestrado em História foi defendida em 2002 na Universidade Federal de Goiás.

O autor realiza um notável trabalho de pesquisa com grande volume de documentação analisada. Delimita dois momentos na sua interpretação sobre a construção do espaço urbano de Goiânia. O primeiro período se estende de 1933 a 1947, o grande protagonista de sua história é o Estado e o “Plano de Urbanização de Goiânia” é um documento fundamental para a sua análise, principalmente no que diz respeito ao surgimento e formação dos primeiros bairros.

O segundo período, de 1947 a 1968, é caracterizado por um impulso de urbanização marcado por uma forte atuação da iniciativa privada na formação de novos loteamentos. O autor apresenta uma tipologia do espaço urbano que o caracteriza em três tipos: cidade planejada, cidade legal e cidade marginal.

O surgimento da cidade esteve amplamente inserido nos processos de desenvolvimento econômico impulsionado, dentre outros fatores, pela ampliação da

malha ferroviária que fomentou a urbanização de várias regiões que margearam a estrutura ferroviária. A cidade de Goiânia nesta perspectiva é compreendida como uma cidade de fronteira, num estado também admitido como de fronteira. A sua origem e desenvolvimento comportaram tensões culturais, políticas e econômicas traduzidas frequentemente pelos cientistas sociais através da dicotomia atraso e progresso ou atraso e modernidade.

Goiânia se constrói envolvida por um discurso de Marcha para o Oeste, símbolo de um amplo processo de modernização regional e nacional. Com o conceito de modernidade possível o autor apresenta os elementos que indicam a especificidade da construção da cidade neste processo. Uma modernidade plena de ambiguidades, presente no urbanismo com o desenho urbano e na arquitetura com a art déco dos edifícios, em contraste com as imensas limitações e dificuldades na construção e consolidação da cidade.

A construção de cidades no início do século XX simbolizou segundo o autor um amplo processo de integração do território brasileiro inserindo conhecimentos, práticas, relações e políticas modernas que se disseminavam mundo afora e que estiveram presentes na expansão das fronteiras nacionais.

No início o autor discute as condições e participações dos autores e atores na idealização e início da construção da cidade. Considera a existência de interpretações que afirmam que o projeto inicial da cidade foi de autoria de Atílio Corrêa Lima, consubstanciados nos setores Central e Norte, e num segundo momento Armando Augusto de Godoy revisa e termina o projeto da cidade, que se encontra expresso no “Plano de urbanização de Goiânia” de 1938 como projeto original de Goiânia.

O autor defende a reavaliação destas informações, afirma ser mais correto considerar que o projeto original de Goiânia foi resultado de um esforço coletivo de

uma equipe da qual fazia parte de maneira destacada Atílio Corrêa Lima. Foi um trabalho feito a muitas mãos com a coordenação da Superintendência Geral de Obras e da Construtora Coimbra Bueno que incorporou as orientações técnicas de Armando Augusto de Godoy como consultor técnico.

A história dos profissionais que atuaram no planejamento e construção começa em 1933 com a escolha do local, Godoy é convidado para estes trabalhos mas não permanece para a realização do projeto da cidade. No ano de 1934 no lugar de Oscar Campos Júnior os Irmãos Coimbra Bueno assumem a direção da Superintendência Geral de Obras como administradores das obras, ao mesmo tempo em que sua firma é contratada como executora das obras.

Já no ano de 1935 Lima se afasta da tarefa de projetor da cidade e em 1936 Godoy é novamente convidado como consultor técnico pelos Coimbra Bueno, fato que agradava tanto o governo do Estado quanto os empresários da Construtora Coimbra Bueno e Cia Ltda.

Participam de maneira evidente na história da cidade construída pelo autor os profissionais que a pensaram e construíram, a história da cidade também se faz através de uma história dos profissionais que atuaram em sua construção.

A participação de Godoy é definida pelo autor, que se apoia na documentação contida no Arquivo Janssen², como limitada ao plano das idéias. Ele fornecia diretrizes teóricas, filiadas às vanguardas modernas das cidades-jardins norte-americanas, e no escritório dos Coimbra Bueno que possuía uma equipe de profissionais com diferentes formações, se realizavam todas as etapas para a concretização de todos os projetos.

O conceito do setor Sul foi estabelecido como de autoria de Godoy, mas segundo o autor quem assinou e, portanto foi co-autor do projeto do bairro foi Werner

² Museu Antropológico da Universidade Federal de Goiás – Arquivo Janssen.

Sonnemberg. Todo o trabalho de projeção e consecução foi realizado por este engenheiro.

Há um claro esforço do autor para construir um percurso histórico das idéias e modelos que foram incorporados na projeção da cidade. Quais foram os profissionais que atuaram em cada momento e o contexto de inserção destes preceitos da arquitetura moderna.

No início da construção da cidade, ainda na década de 30, a venda de lotes e a realização das construções, com a apropriação do espaço urbano da cidade, ocorre de forma a viabilizar as obras da cidade e ocupa-la com o máximo de celeridade possível para a efetiva mudança administrativa da capital.

“No relatório apresentado ao Diretor Geral da Fazenda pela Seção Cadastral, em junho de 1936, Solon de Almeida procurou demonstrar que a venda de lotes era uma opção rentável, que poderia auxiliar na viabilização da cidade.[...] Durante os primeiros anos da construção de Goiânia, uma das principais preocupações do Estado foi ocupar a cidade o mais rápido possível. Na verdade tal iniciativa se mostrou imprescindível para a consolidação dos planos políticos de transferência da capital, haja vista que havia uma ferrenha oposição na antiga capital, no sentido de evitar a qualquer custo a sua transferência. Um dos argumentos mais contundentes utilizados pela oposição era justamente a impossibilidade de se transferir todo o aparato administrativo para um local onde não havia moradias suficientes, nem edifícios suficientes que pudessem abrigar os diversos órgãos do Estado.” (GONÇALVES,72,2002)

Outra medida que expressava esta grande urgência era a doação de lotes com prazos estabelecidos para início e término da construção.

“O Decreto 326, de 1935, foi um dos primeiros exemplos de financiamento de moradia no país, antes mesmo das iniciativas dos Institutos de Assistência e Previdência (IAPs), que surgiram a partir de 1937. Naturalmente, foi um empreendimento tímido e sem uma vinculação social mais profunda, visto o número de famílias beneficiadas e o seu caráter

restritivo, pois privilegiava principalmente os funcionários públicos. Tal medida atendia muito mais os interesses de Pedro Ludovico em fazer funcionar a máquina administrativa em Goiânia e demonstrar aos dissidentes que a cidade era uma possibilidade real e viável.” (GONÇALVES, 80, 2002)

Foram construídas casas-tipo que traziam grandes inovações tecnológicas em um contexto no qual os métodos construtivos do período colonial eram preponderantes. Estas construções se transformaram em modelo para as demais, supriam as necessidades e anseios de ocupação física e consolidação política da nova capital.

Discorrendo acerca das modificações ocorridas no espaço urbano de Campinas narra a sua história da mesma maneira como o faz com a história de Goiânia. A história de Campinas, que progressivamente se transformou num bairro de Goiânia, é a história daqueles que empreenderam sua ampliação, a história de seus construtores. Podemos perceber isto quando o autor discorre acerca da inserção de preceitos da arquitetura moderna e dos processos que produziram uma modernização daquele espaço.

“O impulso de modernização que Goiânia trouxe já havia sido renunciado pela Estrada de Ferro. A fixação dos padres redentoristas também contribuiu sobremaneira para desenvolvimento de uma nova mentalidade cultural, acompanhada da chegada de jornais e revistas, do telégrafo, do telefone e principalmente pelo cinema. Evidentemente, estas inovações alcançaram também o campo da arquitetura. Os edifícios construídos em Campinas até então eram muito simples, lembrando as cidades coloniais, quase todos vinculados à tecnologia disponível. A antiga cidade incorporou rapidamente toda a atmosfera psicológica da construção da nova capital, a começar pelos edifícios construídos entre o final dos anos 30 e os anos 40, como o Cine Teatro Campinas, o Palace Hotel e o novo coreto, na Praça Joaquim Lúcio, além da ampliação do Colégio Santa Clara na Praça da Matriz.

Os engenheiros Geraldo Rodrigues dos Santos e Eurico Viana, além do arquiteto José Neddermeyer, foram os profissionais que mais projetaram no bairro neste período. Naturalmente, a tipologia dos edifícios se assemelhava aos da capital. A diferença estava na maior riqueza de detalhes construtivos das obras de Goiânia. A grande maioria dessas construções trazia uma modernidade de aparência, um certo tipo de fachadismo, haja vista que o processo construtivo pouco se alterou em função dos novos arranjos formais da fachada.(GONÇALVES, 109,2002)

No segundo momento do recorte temporal estabelecido, o autor aponta a expansão urbana de Goiânia nas décadas de 50 e 60 como o início da história do “desplanejamento” de uma cidade planejada. Este processo só foi possível porque o Estado, a quem cabia regular e administrar o espaço urbano, abriu mão de seus deveres em nome de interesses privados. Ele cedeu aos interesses de grupos de empresários do setor imobiliário que almejavam explorar os espaços, o direito de fazê-lo. Surgiram desta maneira, segundo o autor, dois conjuntos de bairros que representavam duas dimensões da cidade, uma cidade planejada e outra marginal.

O autor estabelece deste modo que as décadas de 50 e 60 podem ser caracterizadas pelo desinteresse do Estado em cumprir o que determinavam as leis, e porque não dizer, o bom senso para a continuidade do planejamento da cidade. Não arcando com as responsabilidades e custos da implantação e organização do surgimento dos novos bairros.

Fazendo com que os setores Sul, Oeste e Aeroporto previstos para fazerem parte da cidade desde o início não fossem implantados como se havia planejado, além de permitir o surgimento e adensamento de bairros não planejados, considerados portanto ilegais, como a Vila Operária, Botafogo e Macambira.

Considerando estes fatos, e como já dito anteriormente, o autor apresenta este período como o início do “desplanejamento” da cidade. Os argumentos que sustentam a sua história da construção e evolução do espaço urbano da cidade seguem a mesma organização cronológica e sentido argumentativo dos diagnósticos presentes no Plano Diretor de 1992, podemos perceber esta semelhança com os seguintes trechos, o primeiro de Gonçalves e o segundo do Plano Diretor:

“Entender a expansão urbana de Goiânia a partir das décadas de 1950 e 1960 significa montar a história do “desplanejamento” de uma cidade planejada. Os anos 50 assistiram a uma sensível mudança na construção do espaço urbano de Goiânia. A grande diferença do período anteriormente estudado, até 1947, é que a partir desta década a cidade começou a apresentar uma outra configuração, na qual surgiu uma outra estrutura urbana improvisada, sem nenhum mecanismo regulador que pudesse orientar seu crescimento. Goiânia passou por um novo surto de urbanização no qual o Estado, paulatinamente, deixou de regular e interferir no planejamento urbano da cidade e incentivou, de certa maneira, a atuação da especulação imobiliária e da iniciativa privada, que há muito esperava autorização para poder parcelar as áreas adjacentes ao núcleo original da cidade.

É possível caracterizar as décadas de 1950 e 1960 pelo descaso do Estado com as questões urbanas relacionadas à capital. Essa atitude irrefletida e a falta de interesse do poder constituído em arcar com ônus da urbanização da cidade contribuíram de maneira decisiva para o surgimento de duas grandes invasões em áreas pertencentes ao próprio Estado, na “Vila Operária” e na “Macambira”, além, naturalmente, da invasão que já existia no “Botafogo”. Ao mesmo tempo, a “explosão” de loteamentos particulares, desvinculados de qualquer preocupação maior com a cidade, veio dificultar o entendimento sobre a maneira que a cidade cresceu nesse período” (GONÇALVES, 115,2002)

“Até 1950, a nova cidade cresceu e se desenvolveu de acordo com as previsões do plano original, graças principalmente ao rigoroso controle exercido pelas autoridades administrativas do Município e do Estado. Portanto, sua tradição de planejamento vem de berço, assim como sua tradição de pioneirismo.

A cidade experimentou cerca de 20 anos de crescimento excepcionalmente acelerado, que coincidiu com administrações desatentas quanto ao cumprimento das determinações do Plano Urbanístico. As pressões demográficas, tanto quanto as pressões da especulação imobiliária, acabaram levando a cidade a desviar-se das rotas do desenvolvimento orgânico e harmônico, introduzindo no seu processo de crescimento graves deformações, que colocaram na ordem do dia a necessidade urgente de uma reformulação profunda do seu processo de urbanização.

Ciente da necessidade de reestruturação urbana, Goiânia tenta retomar sua tradição de planejamento, da qual resultaram, sem dúvida, suas valiosas qualidades, que hoje a caracterizam em termos de beleza, ambientação e funcionalidade – generosa arborização, amplas avenidas e ruas de largos passeios – dominando ainda toda a extensão da Área Urbana. Essas características foram incorporadas pelos planos subsequentes, onde se destaca o Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia – PDIG, desenvolvido no final da década de 1960.” (Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia, 1,1992)

Esta perspectiva revela tanto uma especificidade de sua pesquisa quanto uma determinada concepção da cidade que também está presente em sua interpretação. Esta concepção de cidade, que nomeia este subtítulo, se vincula ao conceito de cidade panorama elaborado por Michel de Certeau.

Certeau elabora sobre o espaço urbano interessantes reflexões. No início de um de seus textos ele apresenta o gigantesco edifício World Trade Center, hoje extinto e transformado em um símbolo de uma das maiores tragédias da história norte-americana, como um local que permitia a transformação dos cidadãos, comumente caminhantes ou passantes perdidos na circulação frenética da metrópole, em voyeurs.

O olhar do alto das torres expresso como um olhar totalizante, os olhos que abarcam toda cidade, que tudo veem. Um olhar divino “Exaltação de uma pulsão escópica e gnóstica. Ser apenas um ponto que vê, eis a ficção do saber” (CERTEAU,158,2009). Deste olhar ergue-se a cidade panorama, “simulacro teórico” que constrói um conhecimento totalizante da cidade, a este conhecimento as práticas são desconhecidas. O texto em que se inscrevem as formas e dinâmicas visualizáveis à distância compõem as artificialidades teóricas desta visão da cidade.

Certeau aponta três operações desta forma de pensar a cidade: a criação de um espaço próprio, que suprime o que não lhe cabe. O estabelecimento de um sistema sincrônico que desconsidera lapsos, ausências e opacidades. Além da constituição de sujeitos universais e anônimos. A cidade modula um espaço composto por elementos, propriedades e funções delimitadas para serem analisadas e classificadas. Estas operações não abarcam, no entanto tudo aquilo presente na vida da cidade que não pode ser controlado e programado.

A concepção que Gonçalves possui da cidade não se restringe a uma concepção de cidade panorama, mas a incorpora nas escolhas que faz na construção de suas

interpretações.

A caracterização deste período como o início do desvirtuamento do projeto original da cidade limita a análise do autor à atuação do Estado, com a conclusão de que este não cumpriu os deveres legais e sociais com a cidade e seus habitantes. Tal constatação a meu ver não constitui nenhum absurdo, mas deixa de abranger outras relações presentes nos processos de construção do espaço de uma cidade.

Entre tantos aspectos deste processo destaco a relação que dirigentes políticos, empresários e cidadãos comuns possuem com tudo aquilo que é público, principalmente o controle exercido pelos interesses e capitais privados sobre os interesses e bens públicos. A inserção destas reflexões fariam com que a compreensão das ações políticas e da relação com os espaços da cidade fossem ampliadas, nos possibilitando reconsiderar o início do desplanejamento da cidade como em realidade, mais um capítulo de uma história pautada por uma maneira parcimoniosa de se relacionar com o bem comum.

Elegendo uma argumentação consoante a dos planejadores da década de 90 o autor deixa igualmente de produzir crítica ao ideal de planejamento e gestão urbanos. Admite e evidencia a criação, desde o início da construção da cidade, de uma cidade marginal, mas não analisa as relações que tornam possíveis a existência e conformação destas realidades. Estas relações estão presentes nos próprios instrumentos de planejamento, as mesmas lógicas que criam a cidade marginal orientam o planejamento, administração e, em larga medida, a apropriação da cidade por alguns grupos.

A cidade legal na concepção do autor abrangia, como foi dito anteriormente, os setores Sul, Oeste e Aeroporto. O setor Sul foi implantado com enormes dificuldades e seus habitantes se apropriaram daqueles espaços de maneira completamente diversa daquela que havia sido planejada.

Os moradores começaram a habitar um setor onde não havia infraestrutura básica, tal como: rede de água, esgoto, iluminação pública, abertura de ruas, limpeza dos lotes e urbanização dos acessos e áreas verdes internas. Estas áreas não foram utilizadas pelos moradores que quase em sua totalidade utilizaram como frente para suas residências o lado que ficava para a rua. Expressão das contradições que permearam as apropriações dos espaços urbanos e que perpassaram não somente a ocupação destes setores, mas a ocupação de toda cidade. O Estado portanto ofereceu uma assistência mínima aos moradores, que padeceram enormemente com um setor sem estrutura e isolado do resto da cidade.

Os setores Oeste e Aeroporto foram implantados de maneira distinta, o setor Oeste se encontrava mais adensado que o setor Sul. Havia um interesse de crescimento da cidade na direção oeste onde se encontravam em implantação muitos loteamentos de propriedade de particulares, além de possuir um traçado mais fácil de ser implantado.

O setor Aeroporto foi projetado por Edwald Janssen no início da década de 50 e sofreu igualmente com a lentidão na implantação de infraestrutura básica e de urbanização dos espaços coletivos, que foram melhor consolidados no início da década de 70.

Os setores que fizeram parte do que o autor chamou de “cidade marginal” foram habitados pelos trabalhadores e posteriormente por imigrantes em busca de oportunidades de trabalho e melhorias para as suas vidas.

No início da cidade todos aqueles envolvidos na construção da cidade habitavam em moradias provisórias feitas em sua maioria de madeira, com o progresso da construção da cidade, espaços foram destinados para os altos funcionários envolvidos nas construções e para os funcionários administrativos.

Os trabalhadores pobres, com baixa qualificação profissional, não foram contemplados com um espaço nos projetos daqueles que planejaram a cidade, para estas pessoas não foram previstos lugares na nova cidade que se erguia. Estes trabalhadores criaram e construíram espaços para si, sempre precários no que diz respeito a infraestrutura e organização, sendo atendidos de um maneira indigna e insatisfatória pelas políticas públicas.

Os dirigentes políticos não reservaram espaços e recursos para acolher estes trabalhadores que foram indispensáveis na construção da cidade, a preocupação social com os mais pobres foi sempre atropelada por interesses econômicos de alguns grupos. O poder público aceitou e participou da existência destes lugares marginais cedendo quando pressões populares anunciavam situações e realidades limites.

A expansão do espaço urbano da cidade que se efetivou nas décadas de 50 e 60 é marcado pelo surgimento de novos loteamentos, estes loteamentos foram autorizados por duas leis promulgadas em 1947 e 1950. A lei municipal de 1947 aprovou o novo código de edificações de Goiânia que estendia a um raio de 15 quilômetros a partir da Praça Cívica a possibilidade de expansão urbana. A lei municipal de 1950 revogou a obrigatoriedade da pavimentação dos novos loteamentos mantendo somente a obrigatoriedade da instalação das redes de água e esgoto. Estas medidas tornaram o lançamento de novos loteamentos um empreendimento muito atrativo que foi, ao longo da década 50, vorazmente explorado.

O autor relaciona os loteamentos aprovados na década de 50 e implantados em sua maioria na década de 60, eles possuíram como característica comum uma enorme distância do centro da cidade, além da completa falta de infraestrutura.

Os altos funcionários que trabalharam na implantação da cidade e os proprietários de terra que estavam na região da cidade antes de sua construção estiveram

entre os que mais se beneficiaram, isto significa dizer entre os que mais lucraram. A aquisição de novas áreas potenciais de valorização e de desapropriação por parte do Estado foram convenientemente adquiridas por vários empreendedores.

A expansão da malha urbana de uma cidade exerce influência na ocupação dos espaços adensados e vazios, funcionando como centros de irradiação e atração, conceitos elaborados por Ernest Burgess. O autor utiliza estes conceitos para compreender a formação do espaço urbano considerando os setores Central, Leste e Campinas como os centros de irradiação que induziram o crescimento da cidade. Como centros de atração as regiões Oeste e a região Leste que atraíram igualmente para seus arredores o surgimento de novos loteamentos.

O autor reafirma a argumentação que orienta toda a sua pesquisa, definindo o fim da década de 60 como o fim da primeira fase de formação do espaço urbano da cidade, tendo o Plano Diretor coordenado pelo arquiteto Jorge Wilhelm como o marco de encerramento deste período.

A mesma forma de agir em relação ao bem público se corporifica neste período, dilatando os territórios da cidade com novos loteamentos. O autor não realiza no entanto qualquer reflexão mais aprofundada, limitando se a concluir que o espaço urbano não foi controlado como deveria pelo Estado, constatação limitada e limitadora para uma compreensão da história de uma cidade.

O Plano Diretor coordenado por Jorge Wilhelm não representa em minha opinião uma mudança na relação que se tem com a cidade, nenhuma das grandes pretensões de mudança da cidade foram atingidas, nenhuma crítica a esta forma de planejar a cidade, fadada a malograr, foi realizada pelo autor.

A exclusão urbanística tantas vezes citada sem ser nomeada pelo autor, encontra grande expressão na ocupação ilegal, a cidade marginal caracterizada anteriormente.

Segundo Ermínia Maricato, ela não é cabível aos princípios e orientações do planejamento urbano modernista/funcionalista.

Estas ocupações apresentam semelhanças formais com as formas pré-modernas de assentamentos, ‘invasões’ que se assemelham a burgos medievais. Elas são igualmente incabíveis ao mercado imobiliário, ausentes frequentemente das pesquisas oficiais, ausentes até mesmo das representações cartográficas.

Este comprometimento com apenas uma parcela da cidade, longe de contemplar a realidade da cidade, revela uma dupla condição para a ilegalidade. A ilegalidade tanto pode ser funcional quanto disfuncional. Funcional quando capturada por interesses de uma política clientelista ou por motivações econômicas de empreendedores imobiliários. Disfuncional para a ampliação da cidadania e das relações democráticas, da vida nas cidades e para o meio ambiente.

O planejamento urbano modernista/funcionalista para Maricato foi depositário de uma ideologia que atuou em larga medida para a ocultação dos problemas das cidades, a “cidade real” nunca figurou nestes instrumentos de planejamento e regulação urbanos, que acabaram por fomentar a criação e atuação de um mercado imobiliário restritivo e especulativo, contando sempre com a plasticidade da ilegalidade.

Deste modo Maricato conclui que o problema das cidades não é, nem foi no passado, fomentado pela falta de planejamento.

“Não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam problemas graves. Não é também, necessariamente, devidamente à má qualidade desses planos, mas porque seu crescimento se faz ao largo dos planos aprovados nas Câmaras Municipais, que seguem interesses tradicionais da política local e grupos específicos ligados ao governo de plantão. O “plano-discurso” cumpre um papel ideológico (Villaça, 1995) e ajuda a encobrir o motor que comanda os investimentos urbanos. No caso das metrópoles, além dos grupos locais, o capital imobiliário e das

empresárias contam sempre na definição dos investimentos que não obedecem a nenhum plano explícito.

Como convém a um país onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, o chamado Plano Diretor está desvinculado da gestão urbana. Discurso pleno de boas intenções mas distante da prática. Conceitos reificados, reafirmados em seminários internacionais, ignoram a maioria da população. A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não têm o status de temas importantes (ou centrais, como deveriam ser) para tal urbanismo. O resultado é: planejamento urbano para alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns...” (MARICATO, 124,2000)

Nos anos 60, 70 e 80 foram criados em âmbito nacional inúmeros planos para as cidades brasileiras. Ganham com o passar dos anos alcunhas diferentes, Plano Diretor, Plano de Desenvolvimento Integrado, Plano Urbanístico Básico, entre outros. Isto não representou no entanto uma melhoria de vida nas cidades. A proporção pode até mesmo ser apontada como inversa. A progressiva implantação de um sistema nacional de planejamento urbano com instrumentos e mecanismos de normatização cada vez mais complexos coincide com um acentuado crescimento da ilegalidade nas grandes cidades brasileiras.

A cidade não planejada cresceu sobre os olhos atentos daqueles que encontraram como solução para a cidade o seu planejamento urbanístico. Tais fatos fazem a autora lançar dúvidas acerca da relação e idéias estabelecidas, e aceitas por muitos, ao lidar com a cidade.

“Até que ponto é possível insistir na estratégia das elites urbanas brasileiras, de produzir um cenário de modernidade ou, agora, de pós-modernidade, em uma ilha, cercada pela não cidade? A dimensão que a pobreza e os problemas estão atingindo é que conforma a crise deste modelo.” (MARICATO, 142,2000)

Há deste modo uma insistência notória em concentrar os debates, e supostos avanços, no aparato legal. A legislação recebe uma grande ênfase nestas discussões e conseqüentemente no plano das ações. Agir sobre a cidade é frequentemente traduzido como legislar.

Os malogros das experiências anteriores não parecem ser levadas em consideração, uma memória que podemos ousar qualificar como atrofiada leva a uma impossibilidade de transmissão das experiências passadas mal sucedidas.

A existência de corrupção e controle do privado sobre o público, como evidenciado anteriormente, é também geradora de insucessos, insustentabilidades, atraso, violência e misérias. Contraposta aos grandes lucros de investidores imobiliários, construtoras e empreiteiras. O poder público agiu segundo Maricato em grande medida

“(...) segundo a lógica da captação das rendas fundiária e imobiliária, que tem como uma de suas conseqüências o aumento dos preços dos terrenos e imóveis. A escassez de moradias e a segregação territorial são produtos de um mercado que, entre outras coisas, vende o cenário como signo de distinção.

Ao invés de priorizar o caráter público e social dos investimentos municipais em cidades com gigantescas carências, os governos municipais o fazem de acordo com interesses privados, em especial de empreiteiras de construções pesadas e agentes do mercado imobiliário.” (MARICATO, 1999)

Há portanto uma observância e aplicação das leis que promovem em larga medida, e de maneira sempre renovada, uma acentuação das desigualdades. A imagem da cidade é no entanto frequentemente positiva entre seus habitantes, a imagem ‘oficial’ da cidade é sem dúvida uma referência.

“Uma intensa campanha publicitária leva uma ficção à população: o que se faz em território restrito e limitado ganha foros de universal. Os investimentos na periferia não contam para a dinâmica do poder político, como os próprios excluídos não contam para o mercado. E o que é mais

trágico, a priorização das políticas sociais frequentemente não contam para os próprios excluídos cujas referências são a centralidade hegemônica.” (MARICATO, 166, 2000)

Uma representação que transforma uma parte em expressão do todo, um simulacro a ser consumido.

2.1.2 - História da cidade através da atuação de seus administradores.

Esta pesquisa foi elaborada por Wilton Medeiros sob o título *Goiânia Metrópole: sonho, vigília e despertar (1933/1973)*, uma tese de doutorado defendida em 2010 na Universidade Federal de Goiás.

O autor começa a sua tese construindo os tipos sociais que fizeram parte da história da construção da cidade. O primeiro a ser mencionado é Pedro Ludovico Teixeira, interpretado como um tipo que concentrava em si duas feições, uma bricoleur e outra formalista. O bricoleur de sonhos e o formalista sintetizador de conceitos, construiu o plano de uma nova capital o inserindo numa idéia de “desenvolvimento geral do Estado”.

O discurso sanitarista esteve presente nos argumentos em prol da mudança da capital. O empirismo cientificista é matriz para o pensamento elaborado acerca da realidade social do país, o Brasil real foi descortinado por saberes, inclusive o médico, investido de autoridade e validade científica.

O combate aos grandes males sociais observáveis no Estado de Goiás está presente no Relatório de Teixeira enviado a Getúlio Vargas em 1933. Teixeira produz um diagnóstico geral dos problemas que impedem o progresso do Estado e comprometem a “conservação da nacionalidade”, nestes argumentos fica clara uma relação entre as concepções de região e nação.

A captação da atenção e de recursos federais é elaborada através de procedimentos conceituais e dados numéricos, informações apresentadas como uma visão imparcial da realidade que o Estado possuía. Estes conhecimentos compõem uma racionalização dos meios a adotar para a superação do atraso. A mudança da capital é deste modo ressignificada pelas razões do Estado e passa a ser traduzida como unidade central da transformação.

Todo o discurso técnico de implantação de uma nova cidade e onde fazê-lo passa para Medeiros por um processo de consagração, autoridade, consenso e homologação dos discursos técnicos e científicos.

O sonho no entanto não se dissipa, o discurso técnico e científico tem papel bem delimitado nos propósitos de Teixeira como afirma no seguinte trecho.

“(…) não é possível afirmarmos que a atmosfera de sonho foi dissipada em Pedro Ludovico, ou que a conceituação pulverizou o seu pensamento bricoleur. É possível percebermos que, operando no nível conceitual, Ludovico tornou inteligível e aceitável, nacionalmente e internacionalmente, a sua idéia de desenvolvimento geral do Estado.”
(MEDEIROS, 56, 2010)

O autor analisa também a obra “Como nasceu Goiânia” de Ofélia Sócrates do Nascimento Monteiro como importante documento deste contexto, para refletir sobre os processos que resultaram na construção da cidade. No livro de Monteiro o acontecimento que perpassa toda a obra é a mudança da capital, o autor a vê como fruto de um trabalho que ele denomina como de “historiadores modernos”.

Reunindo fatos e dotando os de um sentido processual, ela consegue construir quadros que retratam um lugar e um sentido na história da comunidade da qual ela fazia parte, enfatizando sempre o Estado como coordenador de todo o processo.

Esta história não possui no entanto, na opinião do autor, um sentido linear. Ela possui uma multiplicidade de percursos e leituras, é uma bricolagem, há uma intenção em sua história de transmitir toda a aura dos acontecimentos passados.

“(…) a autora produz uma sinestesia que perpassa a bricolagem de documentos, ao mesmo tempo em que procura dar veracidade ao processo da mudança. Além disso, transfere à obra propriedades de uma cidade moderna. Seja pelas discontinuidades entre imagem e texto, pelos múltiplos percursos possíveis de percorrer, pelo tom de euforia descrito em algumas ocasiões como celebrações por puro festejo, civismo ou civilidade, ou ainda pelas inúmeras impressões de velocidade e dinamismo nas realizações.”(MEDEIROS, 64, 2010)

O terceiro documento analisado é o segundo Relatório que Teixeira envia em 1939 a Vargas narrando a concretização dos projetos lançados no Relatório de 1933. Ele expõe as realizações e imagens do que foi construído de modo a comprovar como o Estado se desenvolveu a partir da construção de sua unidade central irradiadora de desenvolvimento e progresso. Todas as riquezas geradas, que incluíam a própria cidade, estradas e pontes, estão expressas num pensamento ufanista e conservador.

O conhecimento técnico e um discurso científico não deixam de modo algum de estar presentes quando Teixeira da conta do árduo trabalho que envolvia a construção da cidade. Neste processo coloca o Estado, conseqüentemente coloca a si mesmo, como grande protagonista, tudo se realizava sobre o seu controle.

A atuação dos irmãos Coimbra Bueno é quase completamente omitida no Relatório, mas para o autor merece destaque. A frente da Superintendência Geral de Obras e da empresa que viabilizou as obras da capital, conduziu alterações que são traduzidas por Medeiros enquanto uma mudança do “plano urbanístico” para um “plano de urbanização”, atitudes que respondiam às necessidades e urgências daquele contexto, como indica no seguinte trecho.

“(…) a equipe dos Coimbra Bueno se referenciou em uma base esquemática de desenho, o que teria sido a causa de uma “dependência gráfica”, ao contrário de Correa Lima, que operava a partir de uma tipologia. Contudo, não interessava, naquele momento, aprofundamentos na teoria urbanística, e sim, decisões ágeis para instalar um processo de urbanização.”(MEDEIROS, 78, 2010)

O autor estabelece estes eventos como a primeira “disjunção na relação entre urbanismo e urbanização” (MEDEIROS, 2010). O terceiro Relatório enviado a Vargas em 1943 reitera a preocupação em fomentar os processos propulsores do progresso e desenvolvimento, principalmente econômicos. Agora com o desejo de inserção de Goiânia no cenário nacional já que a cidade havia se concretizado e se constituía como o principal acontecimento a ser celebrado e festejado.

Todo o processo de urbanização foi legitimado, o urbanismo foi instrumentalizado e fez parte dos discursos num primeiro momento, mas não está presente no terceiro Relatório, como revela o autor.

“(…) é possível perceber, que passado o momento de instrumentalização do urbanismo, fortemente presente na construção conceitual dos Relatórios de 1933 e 1939, o relato de edificação da cidade passa a assumir, agora com o mesmo tom festivo de todas as outras comemorações, a finalidade comum de partícipe do concerto da Nação. Mais do que concretização dos conceitos abstratos e das idéias urbanísticas, o que se festejava era, portanto, a realização dos sonhos de urbanização. Na festa dos sonhos, a cidade se fez real” (MEDEIROS, 92, 2010)

Esta ausência é para Medeiros um prenúncio do “grande hiato da urbanística” nos discursos e decisões políticas do poder público, se instaurou o que ele denominou como um período de vigília. A visibilidade não se concentra mais somente na figura de Teixeira, ela se expande para outros atores em uma cidade cada vez mais complexa.

A cidade se configura nas décadas seguintes por um crescimento inorgânico. Um processo de urbanização intenso configurou a dispersão de loteamentos pelo espaço da cidade. O autor analisa este período através de documentos que tratam da atuação política e discursos de algumas personagens de grande visibilidade na política local. Estes atores também são interpretados através de tipos sociais. Jerônimo Coimbra Bueno, o sonhador; José Peixoto da Silveira, o escafandrista; Ewald Janssen, o urbanista e José Ludovico de Almeida, o interessado.

No período de atuação política de Bueno e Silveira a atenção destas personalidades, e do poder do qual eles eram representantes, se concentrou no processo de interiorização do país, com os projetos de construção da capital federal e de imigração para o interior do estado de Goiás. A atenção e interesse em continuar perseguindo metas condizentes com o plano da cidade foi, segundo o autor deslocada.

Bueno se envolveu intensamente com o projeto de interiorização da capital e, como dito anteriormente, estimulou a migração para Goiás com o intuito de colonizar o seu interior. Em seus discursos e ações políticas o processo de urbanização não configurava um problema. O sonhador engenheiro lançava seus olhares ao futuro do Estado e não da cidade. Estava sempre próximo das elites litorâneas, por suas constantes viagens ao Rio de Janeiro, o seu discurso tem um tom de quem “fala para o interior”.

Silveira toma posições um pouco distintas, o discurso médico é reatualizado nas discussões sobre a interiorização, numa fala que não é “para o interior” e sim “do interior”. O escafandrista estava preocupado com o conhecimento da realidade cotidiana

do homem do interior, sem no entanto se vincular ao movimento de Marcha para o Oeste.

Bueno, ao contrário, envolve-se de modo profundo com a grande marcha rumo ao interior e lança em 1940 a “Cruzada Rumo ao Oeste” na ocasião da visita oficial de Vargas. Com uma política dita “neo-bandeirista” estabelece planos para o aumento e complexificação das vias que irão conectar de forma mais rápida e eficiente o interior a capital do Estado. A cidade de Goiânia não era mais o foco de suas preocupações e sim a região da qual ela era o centro. A sua interlocução se estabelecia no litoral para ressoar nos sertões.

Os planos de desenvolvimento para o interior acabou por disseminar ou ampliar muitas cidades já existentes. Medeiros afirma que esta facilidade para implantar loteamentos se disseminou pela capital no mesmo período.

“Esta facilidade em lotear terras, aproveitadas para criar cidades no interior do Estado, foi transplantada para a Capital no final da década de 1940. O processo de urbanização, que ocorre a partir de 1950 em Goiânia, é decorrente da aprovação de loteamentos sem infraestrutura que iria caracterizar um período de “desplanejamento”, no dizer de Gonçalves (2002).” (MEDEIROS, 134, 2010)

Acreditando na grande capacidade ordenadora do planejamento urbano que estava disponível naquele momento, mas que no entanto não foi observado, o autor afirma a total ausência dos princípios urbanísticos como orientadores das ações de muitos dirigentes políticos mesmo entre aqueles que eram engenheiros. Neste contexto, a intensa urbanização de Goiânia era concebida, principalmente nos discursos oficiais, em termos positivos. Era traduzida como expressão da grande capacidade empreendedora do povo goiano, muitos dirigentes políticos inclusive foram empreendedores no lançamento de novos loteamentos.

Novos rumos, segundo o autor, se anunciavam com a contratação de Janssen, o urbanista. No início da década de 50 foi contratado pelo Estado para elaboração de um parecer para implantação do setor Leste. Os documentos elaborados por Janssen revelam um quadro geral da configuração do espaço urbano de Goiânia. As suas principais contribuições foram para a melhoria dos problemas do tráfego, propondo mudanças nos fluxos de circulação. Apontou também algumas medidas, de caráter técnico tais como tratamento de córregos e reservas.

Janssen denuncia também os males da urbanização desenfreada que a cidade então vivenciava, apontando a evidente desconformidade dos novos loteamentos com o plano da cidade. Afirma a necessidade da criação de cidades-satélites para que as ampliações futuras fossem planejadas e controladas, no entanto as medidas propostas por Janssen, como as presentes no plano original da cidade, não foram observadas e concretizadas como nos revela o autor.

“(...) as proposições de Janssen não foram implantadas, é difícil imaginar quem seriam de fato os seus interlocutores. Além disso, os documentos por ele produzidos revelam a impraticabilidade do urbanismo em Goiânia nesse período. Essa impraticabilidade se dava, sobretudo, devido aos diálogos surdos entre a Prefeitura Municipal, responsável por aprovar e fiscalizar os loteamentos, e o DVOP, responsável por dar continuidade ao Plano de Urbanização” (MEDEIROS, 152, 2010)

A atuação de José Ludovico Almeida, o interessado, figurou nesta trama como um cooperador na interiorização do país para a construção da capital federal. Protagonizou, segundo o autor, uma aceleração ainda mais acentuada da urbanização da cidade, de maneira completamente irrefletida.

Goiânia é símbolo e irradiadora de empreendedorismo, audácia e progresso. O desenvolvimento do Estado é o grande alvo de sua administração, o “homem sertanejo”

é exaltado de forma reiterada como grande edificador, todas as obras realizadas foram concebidas como expressão de um ‘progresso vertiginoso’ que o Estado vivenciava. Os princípios urbanísticos, segundo o autor, não geravam “vínculos consensuais”, a urbanização era positivada nos discursos oficiais.

A cidade possui neste contexto graves problemas, como as demais cidades brasileiras em iguais proporções. Para Medeiros, no final da década de 50, o arquiteto Luis Saia começa a romper com esta realidade, pois retoma-se os princípios urbanísticos enquanto fundamentação conceitual para a urbanização.

Esta será em sua opinião a condição do surgimento de uma “cidade pensada”, todos os processos envolvidos na evolução da cidade serão equacionados sob a batuta dos planejadores, a cidade será institucionalmente pensada. O município passa a comandar este processo dirigido antes pelo Estado.

O autor analisa a atuação política na administração da cidade de dois prefeitos: Hélio de Britto através do livro “História de uma administração” e Iris Rezende com o documento “Goiânia em ritmo de mutirão: a cidade que mais cresce no Brasil”.

A administração de Britto foi marcada por grandes urgências, tanto na construção de uma administração municipal independente do Estado, em um sentido burocrático e político, quanto na solução dos problemas da cidade. Recebem destaque a construção de um novo cemitério e do Mercado Municipal.

Britto tinha como principal objetivo a construção de uma nova municipalidade, esbarra desde o início em intenções e ações políticas discordantes no âmbito do governo Estadual, que tinha Mauro Borges a frente. O prefeito busca apoio e orientação técnica junto aos profissionais do IBAM e FGV, seus propósitos não poderiam ser mais claros.

“(…) é visível a manobra que faz para tratar, de modo emergencial, não a conquista do Oeste, mas sim a conquista da autonomia municipal, bem

como a promoção do saneamento financeiro e reestruturação administrativa municipal.” (MEDEIROS, 221, 2010)

Por todos estes déficits e carências somente foram possíveis medidas emergenciais e pontuais em relação à cidade e igualmente em relação ao Plano Diretor elaborado por Saia, que deixou para o autor de ser “explorado” pelo Prefeito. O Plano de Saia influenciou principalmente as tendências para a verticalização já existentes no início da década de 60.

Outra questão de grande proporção foram os problemas relativos a habitação, essencialmente das ocupações ilegais da cidade, à época foram firmadas parcerias com o governo estadual para que estas pessoas fossem instaladas em conjuntos habitacionais. Medidas muito semelhantes as que são adotadas até hoje para sanar problemas das populações de baixa renda que não possuem um lugar na cidade.

A administração de Iris Rezende se estabelece necessariamente em termos distintos. Rezende vem para instaurar um novo tempo, não para a municipalidade que se encontrava mais bem consolidada, mas para uma outra maneira de cuidar das pessoas e da cidade. Ele estabelece o “tempo mutirão”, uma estratégia política que conclamava a coletividade para promover a solução dos problemas da cidade. Os mutirões são a grande expressão de sua administração, traz uma prática comum a cultura rural para a cidade, que é vivenciada enquanto comunidade.

Os trabalhos e realizações deveriam sempre ser viabilizados com o máximo de urgência, o ritmo frenético e celeridade eram uma marca importante. A mensagem que se pretendia transmitir era que se buscava construir uma cidade melhor para uma população necessitada de melhorias. A figura do Bandeirante é retomada mais uma vez.

“(…) restabelecer a dimensão da construção da cidade como sonho a ser reinaugurado, restabelecido, rememorado, presentificado. De certo modo, é também a reinvenção do sonho da história; do realinhamento do tempo em paralelo ao espaço que estava sendo edificado em todas as dimensões. [...] é possível interpretar que o Bandeirante também estava simbolizando os mutirões que estavam sendo feitos nos lugares mais ermos de Goiânia.” (MEDEIROS, 245, 2010)

A continuidade no desenvolvimento de uma “civilização sertaneja” revela a continuidade da marcha “(...) o interior está em Goiânia; e tudo precisa ser urbanizado em ‘tempo mutirão’ ” (MEDEIROS, 246, 2010). A verticalização também é identificada neste processo de ressignificação da Marcha rumo ao Oeste.

No fim da década de 60 se realiza os estudos e levantamentos para a realização de mais um Plano Diretor, financiado em parte por verbas federais através da SERFHAU. Importa ressaltar nesta análise não propriamente o conteúdo do Plano, mas a interpretação do autor sobre a sua realização. Medeiros enxerga a realização do Plano Diretor no final da década de 60 como o fim dos hiatos urbanísticos que estiveram presentes na história da construção da cidade.

“Na precariedade da urbanística, proliferaram os personagens para os quais parar a repetição da urbanização não se configurava como desafio. Ao contrário, essa força da urbanização, que também os fortalecia, os motivava ainda mais em manterem o ciclo dessa repetição, até porque esta foi a fórmula para que se mantivessem “aprovados” e admirados como “exemplares” por um longo período, nos limiares e nos meandros de uma cidade nova de fronteira.” (MEDEIROS, 301, 2010)

O Plano Diretor coordenado por Jorge Wilhelm é, de acordo com a tese do autor, o fim deste longo período de “desplanejamento”. O autor deixa entrever em sua interpretação que o planejamento urbano é um importante instrumento na condução da

urbanização da cidade, mas não leva em conta o quanto ele tem se mostrado ineficiente nas últimas décadas na condução de soluções para os problemas da cidade, como argumentamos no sub item anterior.

Quase não menciona o quanto interesses econômicos estão envolvidos nos processos de apropriação do espaço da cidade e definitivamente não aponta o quanto os seus dirigentes continuam comprometidos em relações que impedem o desenvolvimento das cidades e sociedades de forma mais democrática.

2.2 – Cidade vivida: transformações nos usos dos espaços.

Esta dissertação de mestrado em História foi elaborada por Janete Romano Fontanezi com o título *Centro principal de uma capital planejada: forma, memória e história de Goiânia – 1933-1969* defendida no ano de 2004 na Universidade Federal de Goiás.

A autora propõe analisar a construção e apropriação de um espaço, o centro principal de Goiânia. A análise se realiza considerando-se três momentos distintos: a origem na década de 30, com sua construção simbólica; a construção física nas décadas de 30 a 50; e a sua consolidação na década de 60. Promove uma análise das concepções de centro e intenta verificar se as expectativas do planejamento realizado para este espaço, que se previa como centralidade, se cumpriram. O seu intuito é promover uma história dos usos e formas do centro da cidade.

O centro da cidade, segundo sua perspectiva, confere sentidos a um espaço ou sociedade, em Goiânia isto fica evidente tanto no plano urbanístico quanto na dimensão discursiva. A concepção, projeção e construção da cidade foram orientadas pelas últimas criações das vanguardas européias do século XX. Goiânia é conceituada pela autora como uma cidade moderna de fronteira.

A linguagem arquitetônica de uma cidade é permeada de significação, as formas físicas da cidade são preenchidas por estes símbolos. As formas urbanas são uma das dimensões da cidade, os modos de apropriação dos espaços da cidade pelos seus habitantes adicionam novos sentidos a estas formas. A maneira como a autora escolheu

para explorar estes sentidos construídos e reconstruídos dia-a-dia pelos moradores de Goiânia foi através da memória dos pioneiros.

Os centros não são necessariamente determinados por projeções urbanísticas, são constituídos nos processos de significação dos espaços. Um espaço para se tornar centro tem de ser vivenciado, esta vinculação com as vivências tornam estes espaços dinâmicos ao longo do tempo. Constroem-se e extinguem-se centralidades, ou mais frequentemente mudam de feição, passando por ressignificações.

A autora analisa alguns edifícios e monumentos da cidade enquanto ícones integrantes da centralidade que o Setor Central representa, demonstra também as diferentes especializações que foram criadas ao longo dos anos nestes espaços que sofreram mudanças identitárias. Revelando deste modo as capacidades de concentração, aglutinação e dispersão. “Espaço social que comporta multiplicidades de lugares” (FONTANEZI, 2004).

No primeiro período de seu recorte temporal, década de 30, os principais fatos históricos que marcaram a mudança da capital são narrados. A autora começa pelas disputas políticas que permearam todo o processo de mudança da capital, considerada essencialmente uma estratégia de poder encabeçada por Pedro Ludovico Teixeira. Relembra a relevância do discurso sanitarista, que construiu para a cidade de Goiás uma imagem negativa, a cidade foi desacreditada a continuar sendo sede do governo por implicações de ordem sanitária, econômica e de acessibilidade.

Desta feita chega se às Comissões que procederam na escolha do local e na inserção de idéias para a construção de uma cidade moderna, que fosse a ponta de lança da civilização, centro de progresso econômico, trabalho e de uma vida urbana planejada e organizada.

A autora se dedica a analisar a concepção de centro nos projetos de Atílio Correa Lima, Armando Augusto de Godoy e dos Coimbra Bueno. A concepção de centro nos projetos de Lima se concentra evidentemente no traçado do setor Central, como centro político administrativo e comercial.

A simbologia do centro marca a própria cidade, como centro de progresso e modernização para todo o Estado. O projeto de Lima encontra-se, segundo a autora, no período de transição entre o urbanismo higienista e moderno. Há porém alguns autores, que abordaremos a frente, que apontam o projeto de cidade de Lima como essencialmente barroco, com influências culturalistas das cidades-jardins.

O centro administrativo é orientador de todos os espaços que o contornam e sem dúvida traduz a própria concepção da cidade. Num sentido mais amplo, o poder está no centro. Coloca em evidência a praça central, popularmente Praça Cívica, com uma estrutura radiocêntrica, enfatizando os aspectos de monumentalidade e de circulação “os caminhos convergem para ele”.

O centro comercial visto como coração, em contraposição com o centro político-administrativo visto como cabeça, foi concebido para proporcionar os espaços de convivência e consumo da cidade. O encontro das avenidas Anhangüera e Goiás é ponto maior deste centro, que não se consolidou somente com as intenções de seus projetistas, ele se tornou um centro de encontro por ter sido vivenciado como tal pelas pessoas.

Acerca da concepção de centro de Armando Augusto de Godoy estão incorporados conceitos da cidade-jardim, das quais Godoy era adepto. Alguns princípios urbanísticos foram implantados no projeto elaborado para o setor Sul, no entanto a pesquisa de Gonçalves (2002) indica que o projeto não foi formulado por Godoy. Ele demonstra em sua pesquisa que sua participação ficou restrita ao âmbito das

idéias e diretrizes teóricas, de todo modo considera-se que Godoy contribuiu para se continuar imprimindo no desenho urbano da capital o pluricentrismo que a caracteriza.

As concepções de centro de Lima e Godoy são definidas na narrativa de Fontanezi em relação às concepções urbanísticas presentes no desenho e morfologia da cidade. A concepção de centro dos Irmãos Coimbra Bueno definida pela autora se refere, no entanto, a um espaço de atuação profissional e política destes personagens.

Os Coimbra Bueno segundo esta visão construíram centros de decisões, considerados como centros de poder em Goiânia, Rio de Janeiro e São Paulo. Cada um destes centros de decisões contemplava um aspecto do planejamento, construção e propaganda da nova capital. Configurando para Fontanezi “centros paralelos” de uma “centralidade móvel”

A autora reflete também acerca da apropriação de espaços da cidade através da memória dos pioneiros. As trocas e circulações entre Campinas e Goiânia, identificadas através de seu centro principal, revelam movimentos de uma fronteira intra-urbana. Esta circulação se fazia necessária pela infraestrutura ainda deficiente e em formação que Goiânia possuía promovendo um deslocamento cotidiano a pé, a cavalo, de bicicleta ou de “Tareca” para Campinas.

Outros espaços presentes na análise da autora são o Bairro Popular, com sua Vila Militar, e a região do Botafogo. Através dos depoimentos dos pioneiros a autora nos relata as populações mais humildes que se apropriaram destes espaços e suas principais referências no espaço urbano. Estes eram essencialmente espaços de habitação, consumo e lazer distintos das elites, o centro da cidade para estas pessoas era o local do trabalho e da oficialidade.

Destaca portanto as relações e vivências que os grupos construíram com o local e a maneira de morar, além da representatividade e orientação que o centro da cidade

portava. A relação de proximidade com a natureza que os moradores da cidade possuíam também revela como os espaços com feições ainda tão rurais eram qualificados com adjetivos que denotam prazer e beleza. Comportamento típico das cidades interioranas ou áreas rurais, nas quais os momentos de lazer eram realizados junto à natureza.

A autora apresenta uma exposição do período de construção da cidade que vai da década de 30 até o final da década de 50, confirma a idéia de que a cidade se manteve fiel ao seu planejamento inicial porque contou com uma atuação enérgica e vigilante por parte do poder público, realidade que se alterou nas décadas de 50 e 60.

Contudo, o que se encontra privilegiado na narração da autora é uma cidade vivida, como as experiências reveladas nos depoimentos dos eventos marcantes da história da cidade, tais como a Primeira Missa e o Batismo Cultural. Além das experiências do cotidiano dos moradores, como o encontro dos jovens nas ruas do centro da cidade e dos homens e suas famílias no Grande Hotel.

A autora também analisa o estilo arquitetônico que conferiu uma forte expressão de modernidade a vários edifícios do centro. Descreve a história da casa do Interventor e posteriormente governador Pedro Ludovico Teixeira que se transformou no fim da década de 80 em Museu Pedro Ludovico. Além de outros patrimônios materiais da cidade como o: Grande Hotel, coreto, relógio da Avenida Goiás e o Cine Teatro Goiânia.

As imagens urbanas, correspondentes aos discursos distintos da cidade, contidas nos depoimentos dos pioneiros, são apresentadas como diferentes leituras da cidade por aqueles que nela viveram e ocuparam espaços distintos. A autora as diferencia basicamente em quatro tipos: realista, poética, irônica e futurista.

Seguindo o percurso histórico traçado pela autora a década de 50 é apontada como marco de uma nova etapa de expansão da cidade caracterizada por uma atuação maior da iniciativa privada permitida pelo poder público. A autora concorda com os argumentos e explicações presentes no Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia de 1992, que indicam este período pelo aumento de poder dos empreendedores imobiliários e uma “perda de controle” do Estado na gestão do espaço urbano.

“A década de sessenta recebeu a Capital com [...] problemas de administração devido ao adensamento e expansão que extrapolava o traçado dos Planos Diretores e comprometia a idéia de ser Goiânia uma Capital planejada. Para tentar saná-los, dois planos-diretores foram elaborados: um no início da década, o de Luís Saia (1959-1961) e outro no final, de Jorge Wilhelm (1969).” (FONTANEZI, 181, 2004)

Apresenta de forma generalista como motivo para expansão da cidade, o desenvolvimento e progresso da região e do país como um todo. A autora cita o conjunto de fatores que o Plano Diretor (1992) relaciona, estas seriam as causas estruturais para a expansão da cidade.

Alguns fatos que representam as contradições e deficiências presentes na cidade ao longo de décadas são apresentados nos depoimentos, tais como: a inexistência da coleta de lixo, o fornecimento irregular de energia elétrica e a circulação intra-urbana realizada com um sistema de transporte público precário com larga utilização de bicicletas.

Na década de 60 torna se urgente a construção de uma autonomia administrativa travando se uma grande disputa política em torno destas pretensões autonomistas da municipalidade e dos interesses do governo estadual. Outra grande questão relativa aos problemas que a cidade enfrentava se traduzia, como dito anteriormente, com a busca de

soluções em termos de ‘falta de planejamento’, com a elaboração dos dois Planos Diretores, como ficou evidente na citação anterior.

O primeiro no início da década de 60 coordenado por Luís Saia e o segundo no final da mesma década por Jorge Wilhelm. Estes Planos se constituem como importante fonte de dados sobre a cidade, os diagnósticos sobre os problemas e soluções para a cidade são descritos de maneira sucinta pela autora, que não insere em sua análise críticas a estes instrumentos de intervenção, ação e avaliação da cidade. Acredito que as considerações que formulei sobre a pesquisa de Gonçalves (2002) são também bastante pertinentes a esta perspectiva de Fontanezi.

O centro da cidade neste período se constitui também como um espaço de lutas políticas. Estes espaços centrais passam a ser utilizados pelos movimentos sociais, principalmente de estudantes, um espaço conseqüentemente de embates violentos. Outras mudanças nos usos destes espaços se deram em relação às opções de lazer, com a inauguração ou extinção de locais que concentravam o entretenimento coletivo, bem como a clara demarcação de lugares exclusivos às pessoas de alta classe e outros destinados aos mais pobres.

Deste modo a autora consolidou ao longo da pesquisa que realizou, a construção de uma história dos usos dos espaços centrais da cidade, construindo os percursos históricos de apropriação e significação destes espaços pelos indivíduos. Esta ênfase teórica nas práticas urbanas é o motivo pelo qual optei por tipificar este sub item de cidade vivida.

As transformações nas formas da cidade são mencionadas de maneira mais restrita e corroboram em grande medida as avaliações técnicas e diagnósticos dos planejadores da cidade, essencialmente do Plano Diretor de 1992, como indiquei anteriormente.

O centro principal de Goiânia foi concebido para ser uma referência para a cidade e sempre foi, segundo a autora, consagrado e vivenciado como tal. Ele no entanto só atendeu e serviu as expectativas de um número maior de cidadãos na década de 60.

O seu estudo sobre a centralidade não contemplou uma análise das relações e dinâmicas da cidade que permitiram ao longo dos anos as ressignificações destes espaços. Processos que fizeram com que o centro histórico da cidade, no início destinado às pessoas de alto poder aquisitivo, fosse se transformando ao longo do tempo em um espaço democrático cabível às classes mais populares.

Capítulo 3

3.1 – Olhar geográfico sobre as práticas urbanas

3.1.1 – Cidade mediadora: reflexões sobre a cidade ficcional dos discursos oficiais

Esta pesquisa foi produzida no transcorrer de um curso de mestrado em Geografia na Universidade Federal de Goiás, escrita por Márcia Cristina Hizim Pelá e defendida no ano de 2009, e intitulada *Goiânia: o mito da cidade planejada*.

A construção de Goiânia é reconhecida pela autora como uma estratégia de poder, em um contexto de expansão do modo de produção capitalista expresso na modernização do território. Todos os processos implicados na construção, apropriação e planejamento da cidade sofreram o que a autora qualificou, com auxílio do conceito de Barthes, de deslizamentos de sentidos. As imagens ideais construídas para a cidade se chocam com uma realidade plena de contradições e carências que se agravaram na medida em que a cidade foi sendo construída. Contradições que revelam as relações que estiveram e estão implicadas no surgimento e evolução da cidade. O recorte temporal de sua pesquisa se estende de 1930 a 1950.

A autora apresenta a sua crítica ante ao que ela considera um mito, entendido como fabricação ideológica, da cidade planejada que se sustenta numa concepção de cidade como sujeito. Esta concepção de cidade está presente no discurso dos mudancistas e de propaganda da nova capital e marca portanto a história oficial de Goiânia. A cidade nesta perspectiva é concebida como agente transformador de toda a realidade econômica, social e cultural vivenciada pelo Estado no momento de sua criação.

As práticas sociais dos habitantes destes espaços que participaram de suas configurações são contempladas em sua análise. O recorte espacial foi estabelecido nos setores Central e Leste Vila Nova. A ocupação dos espaços tem, portanto um sentido mais amplo e não se restringe a lógica do capital.

A idéia da mudança da capital na década de 30 e a construção de uma nova cidade que abrigaria esta competência é entendida pela autora como uma estratégia de poder. Todo o plano da nova cidade encontrava-se inserido em um projeto ideológico, político e econômico de dimensões nacionais.

Criou-se, como já foi dito, no âmbito deste discurso um mito da cidade moderna e promotora do progresso, igualdade e solidariedade. Uma imagem ideal de cidade que persiste até os dias de hoje e deixa de mencionar desvios e contradições. As concepções desenvolvimentistas e integracionistas implicam num esquecimento do passado para a construção de algo novo. Estas sobreposições de culturas gestaram contradições que marcaram a cidade, estas contradições são abordadas nas análises da autora.

“As contradições entre o moderno e o tradicional, existentes na construção socioespacial de Goiânia, são um importante pressuposto para se compreender como questões socioculturais incidem diretamente na feição e no conteúdo do espaço goianiense no período de 1930 e 1950, pois, a partir daí, pode-se perceber as transformações que sofre um planejamento urbanístico que não leva em consideração as diferentes realidades históricas,

econômicas, culturais e sociais dos sujeitos que irão compor o território.” (PELÁ, 38,2009)

As referências culturais do Estado de Goiás eram tradicionais, o campo concentrava as atividades produtivas, a cidade possuía outro papel, ou sentido, vinculado às atividades e valores de uso e lazer. Todo o projeto de modernidade e de inserção do Estado na economia capitalista traduziu-se em vários âmbitos, inclusive no plano urbanístico e projetos arquitetônicos. O estilo art déco é expressão destes novos ideais de poder e de um novo padrão sociocultural.

A realização da vida ao longo da realização da cidade traz reflexões sobre os processos de apropriação dos espaços, entendidos como formas de controle simbólico sobre os espaços.

Os modelos estabelecidos e consolidados não excluem portanto resistências e disputas que constituem e alimentam “territórios disputados”, as casas em estilo neocolonial é um exemplo para a autora destas práticas culturais, que condensam multiplicidades temporais.

“(…) as práticas socioculturais se revelam a todo o momento. Seja na disputa de poder pelo e no território, seja na busca de garantia e perpetuação de tradições e costumes, ou mesmo na tentativa de sobreposição de uma cultura sobre a outra. Destarte, não existe processo desterritorializador completo, pois os seres humanos não “zeram” a sua história, a sua memória, a sua cultura. Eles as carregam consigo e, ao ocupar outros territórios, se adaptam, interagem e se integram através de relações sociais e, por com seguinte, se reterritorializam.” (PELÁ, 44,2009).

Outras tensões sociais revelam também o desenvolvimento desigual que esteve presente na construção da cidade, a autora se refere essencialmente aos trabalhadores que possuíam uma qualificação mais fundamental.

A cidade não era planejada para todos, além das precárias condições de trabalho, a população mais humilde não possuía um espaço oficial ou legal para a sua moradia e gozavam também de condições precárias para suas habitações. Não haviam espaços planejados para estes trabalhadores, estas populações se estabeleceram em áreas ilegais que eram uma forte expressão das incoerências e contradições da sociedade daquele contexto.

Estes espaços, no entanto não são somente expressões de desigualdades sociais, eles cristalizaram memórias e identidades de migrantes que também se enxergavam como fundadores da cidade. Esta perspectiva compreende que estas pessoas foram autoras na construção socioespacial do território. Todas as melhorias e desenvolvimentos, incluindo a regularização legal, das áreas e casas que foram por eles construídas e ocupadas, são traduzidas como conquistas obtidas com grandes sacrifícios numa longa história de lutas. Como evidenciado pela autora no trecho a seguir.

“(…) conclui-se que os ranchos de palhas contribuíram (tanto como as dos estilos art déco e neocolonial) para o processo de construção socioespacial do território goianiense entre 1930 e 1950 e os seus signos se encontram presentes na paisagem da cidade. Decifrá-los é lutar com uma certa inocência dos objetos (BARTHES,2001) e compreender que as práticas socioculturais se manifestam com muita força na produção social do espaço urbano.” (PELÁ, 55, 2009)

O cotidiano de vida dos sujeitos sociais envolvidos nesta trama é a maneira escolhida pela autora para construir uma leitura das representações sociais. No cotidiano se compreende que estão expressos as experiências e contextos de relações dos indivíduos, de modo mais alargado o cotidiano nos traz as representações de um lugar.

Os marcos espaciais de uma cidade estão absolutamente conectados com o cotidiano dos indivíduos expressos na paisagem. Revelam a imaterialidade do vivido

que os constituem. O estilo dos edifícios, como os espaços, são vivenciados e traduzem a produção espacial que se realiza no cotidiano.

A ocupação e formação do setor Leste Vila Nova revelam, segundo a autora, características e relações que remetem ao período colonial. O fato deste setor ficar às margens do rio Botafogo numa área que não fazia parte do planejamento da cidade faz recordar o modo de organização de várias cidades do interior de Goiás, como a própria Goiás, Pirenópolis e Pilar de Goiás. Nestas cidades o espaço oficial e o espaço marginal tinham a sua fronteira delimitada por um rio, que tanto os unia quanto dividia.

Leva-se em conta para a formação da cidade tanto os marcos espaciais instituídos oficialmente e que portanto simbolizavam este poder oficial, quanto os marcos estabelecidos à margem do poder oficial. A produção social do espaço comporta desta maneira, como qualificado inicialmente, deslizamentos de sentidos.

“(…) nos mostra que a cidade planejada e idealizada sob a égide da modernidade e com o desígnio de cidade-sujeito submergiu no turbilhão das diferentes práticas socioculturais, necessidades, interesses e desejos dos diversos grupos que a ocuparam, fato que resultou em deslizamentos de sentidos na feição e conteúdo do espaço urbano goianiense. [...] Planejadas oficialmente, com objetivos e interesses políticos, sociais, econômicos e ideológicos específicos (LEFEBVRE, 2001), ao serem concretizadas, são apropriadas pelas pessoas conforme as suas necessidades sociais, espaciais, históricas e culturais, ou seja, os objetos, por serem frutos das ações antrópicas, na maioria das vezes carregam múltiplos sentidos e múltiplas funções e, por conseguinte, estão sujeitos à (re)significação e (re)utilização.” (PELÁ, 71, 2009)

Deste modo o plano da cidade não foi seguido da maneira como se previa inicialmente. A autora defende a idéia de que práticas socioculturais com uma forte vinculadas ao universo rural direcionou as relações e práticas que o poder público e os

habitantes estabeleceram com a cidade. A história da estruturação espacial para Pelá é consoante à história da ‘desconstrução’ do plano inicial.

A cidade se viabilizou marcada por interesses externos de expansão das fronteiras nacionais do Estado Novo getulista e interesses internos de grupos políticos das oligarquias rurais, uma expressão renovada do coronelismo no Estado de Goiás. Além das práticas políticas, a economia também era essencialmente rural, não havia para a autora, as condições para a “(...) horizontalização de uma cultura urbana da cidade.” (PELÁ, 2009). Os exemplos que denotam práticas socioculturais ‘interioranas’ e rurais na política, na economia e cultura eram e são abundantes em Goiânia. Por fim os interesses econômicos da iniciativa privada também tiveram um importante papel na construção do espaço da cidade.

A importação de modelos que se percebeu na criação da cidade implicou na configuração de algumas contradições, existem na perspectiva da autora dois aspectos relevantes, quais sejam: o fato de terem menosprezado as origens dos sujeitos que a habitariam, provindos de regiões rurais ou interioranas, além de agirem como se as contradições do modo de produção capitalista não fossem influenciar nas práticas, relações e condições da construção da cidade.

Deste modo a imagem e idéia de Goiânia como uma cidade planejada passa a ser questionável como demonstra no seguinte trecho.

“O que se pretende afirmar é que ao analisar Goiânia a partir da paisagem, das representações sociais e do cotidiano verifica-se que as práticas socioculturais dos sujeitos que a ocuparam e as contradições e desigualdades econômicas de seu processo de ocupação desmistificam o mito da cidade planejada. Em outros termos, revelam os interesses ideológicos que estavam, pelo menos para uma parcela da sociedade, escusos nas entrelinhas dos discursos, traçados e compassos dos defensores da modernidade e progresso.” (PELÁ, 86, 2009)

As incongruências e contradições entre as realidades vividas pelos moradores da cidade e os discursos da cidade moderna se tornam evidentes em vários testemunhos. Memórias que revelam organizações sociais pautadas pela solidariedade e resistência na garantia do direito de permanência em um local ou em melhorias para as áreas invadidas, assegurando num sentido mais amplo um direito, mesmo que mínimo, à cidade.

Também na presença da figura do jagunço, personagem típico dos sertões, como aplicador da norma e mantenedor da ordem na moderna cidade. As condições de vida e as relações mantidas pelos moradores dos setores Central e Vila Nova eram completamente diversos, evidenciar estas diferenças e incorpora-las na história da formação da cidade condiz com uma leitura da cidade que não fique restrita a história dos grandes personagens que viabilizaram materialmente a cidade. Uma história feita com documentos que são eles mesmos expressões de poder de um grupo restrito de pessoas. Para a autora:

“A insistência de interpretar Goiânia apenas pela ótica oficial pode aniquilar a história de grande parte dos sujeitos que foram protagonistas na sua criação, bem como proporcionar uma verdadeira amnésia socioespacial e histórica sobre parte da memória da cidade.” (PELÁ, 91, 2009)

A ascensão de uma memória cultural que super valoriza o patrimônio material da cidade é mais um capítulo desta perspectiva de história da cidade.

“O que se presencia é a cominação de uma memória fragmentada e unilateral sobre a construção de Goiânia. Uma memória ‘oficiosa’ e ‘tendenciosa’ que, ao supervalorizar o patrimônio material em detrimento do patrimônio imaterial, estiliza a ideologia do poder oficial e alija grande parte da memória coletiva dos sujeitos sociais que construíram e ocuparam a cidade.” (PELÁ, 93,2009)

Em contrapartida a estas posições se pretende compreender a memória da cidade através das representações sócio-espaciais das pessoas que a construíram. Migrantes de diferentes partes do país e de condições socioeconômicas e culturais distintas com sonhos e desejos semelhantes em relação a cidade nova que se construía, mas que tiveram vivências e realidades destoantes. As dificuldades daqueles que possuíam um baixo poder aquisitivo e se estabeleceram nas áreas ilegais da cidade foi infinitamente maior.

Muito pouco foi planejado, organizado e previsto para estas pessoas que só possuíam um lugar na cidade legal no universo do trabalho. Estes foram testemunhos evidentes de desigualdades e segregações socioeconômicas e espaciais. Estas condições, no entanto não determinaram de forma unívoca a vida destas pessoas. Elas apresentaram uma grande capacidade de adaptação e inventividade para construírem a sua história.

“E foi exatamente esta inventividade, aliada às capacidades de (re)adaptação, de enfrentamento, de (re)existência e resistência, que outorgou a estes diversos e diferentes sujeitos o direito, ‘de fato’, de se (re)territorializarem, considerando que – apesar das dificuldades, contradições e desigualdades- foram estas prerrogativas que, congregadas ao desejo de prosperidade e à necessidade de melhores condições de vida, os constituíram sujeitos de suas histórias e, conseqüentemente, da história de Goiânia” (PELÁ, 104,2009)

A cidade para a autora não está portanto reduzida aos planos e planejamentos urbanísticos. Ela se abre para todas as lutas simbólicas de seu legado imaterial.

“As cidades são obras humanas e não sujeitos; por isso, haverá intervenções e alterações dos sentidos iniciais para as quais foram planejadas e construídas, já que as normas- que codificam o objeto e o

uso- não se impõem à vida e nem a vida se sujeita, incondicionalmente, às normas; o que há são intersecções” (PELÁ, 105,209)

A cidade ficcional dos discursos oficiais é contestada pelos sentidos contidos no cotidiano passado e presente de seus habitantes, que constroem deste modo contra discursos. Caminhos diferentes para se trilhar.

3.1.2 – Cidade segregada: morte e vida dos centros urbanos.

A pesquisa de Flavia Maria de Assis Paula se intitula *Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia: uma análise das centralidades dos setores Bueno, Oeste e Marista* elaborada ao longo do curso de mestrado em Geografia e defendida em 2003.

A autora reflete sobre as dinâmicas sócio-espaciais de Goiânia perceptíveis com na formação de novas centralidades. O deslocamento das ‘centralidades’ se direciona para espaços nos quais grupos de alto poder aquisitivo se estabelecem e circulam.

Os setores Oeste, Bueno e Marista traduzem em Goiânia estes processos, o recorte temporal de seu estudo foi estabelecido a partir da década de 90. Entre os objetivos de sua pesquisa estão: mapear a área de concentração das diferentes atividades profissionais e comerciais, bem como o funcionamento das mesmas, além da representação dos habitantes em relação a estes processos de expansão dos centros.

A cidade é compreendida como expressão da sociedade e de seus agentes, a observação da paisagem urbana possibilita a elaboração de reflexões sobre as dinâmicas do espaço urbano. A análise é pautada por uma preocupação com as relações de poder, utiliza deste modo a categoria território, além de privilegiar as ações cotidianas. As práticas sociais cotidianas são tidas como representações dos espaços vividos e destes espaços enquanto lugares. A análise da cidade é marcada pela relação entre ideologia, sociedade e espaço.

O início da cidade de Goiânia é inserido pela autora em um contexto de expansão da fronteira agrícola. Os projetos progressistas de modernização do país no início do século XX engendraram os movimentos de interiorização.

A cidade planejada se tornou símbolo desta modernização, a realidade na qual a cidade foi implantada revela, no entanto choques simbólicos e materiais entre moderno e tradicional. A paisagem e o cotidiano dos seus habitantes expressavam estes encontros entre realidades e relações agrárias com uma modernização introduzida nas concepções e traçados urbanos.

A autora pretende demonstrar que no plano inicial da cidade já estavam presentes elementos que conformaram situações de segregação e exclusão de grupos mais pobres que migraram para a cidade. O planejado e o vivido devem ser considerados em igual medida na compreensão da construção do espaço urbano, como pondera a autora no seguinte trecho.

“(...) o confronto do planejado com a realidade, o embate das diversas instâncias de poder presentes no interior da cidade e que modelam sua estrutura, o que acaba por dotar a cidade de problemas estruturais das mesmas dimensões dos que ocorrem nas cidades de crescimento espontâneo. O fato de ser uma cidade planejada não eximiu Goiânia de possuir problemas característicos das grandes cidades.” (PAULA, 24, 2003)

A construção e estruturação do espaço intra-urbano³ segue a periodização estabelecida pelo Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia de 1992, que apresenta cinco fases para a história da construção do espaço da cidade. Por último a

³ Conceito estabelecido por Villaça, F. (1998)

autora acrescenta uma sexta fase com o intuito de relatar a sua análise sobre a situação atual da cidade.

Na primeira (1727-1933) e segunda fase (1933-1950) a autora narra o surgimento e amadurecimento da idéia da mudança da capital até sua concretização no início da década de 30. Ressalta as orientações e participações que ela considera como centrais de Attílio Correa Lima e Armando Augusto de Godoy na elaboração do plano da cidade. No final do segundo período, início da década de 50, apresenta a expansão da cidade com a criação de novos loteamentos facilitados pelo afrouxamento das exigências legais para implantação de novos empreendimentos. A autora compreende que tendo agido desta maneira o poder público atuou também como empreendedor, como fica evidente no seguinte trecho.

“As exigências para novos loteamentos são reduzidas para locação e abertura das vias. Desse momento em diante, o poder público perdeu autonomia sobre o uso do solo em benefício da iniciativa privada. O número de loteamentos aumentou vertiginosamente e estabeleceram-se novas relações entre o Estado e a indústria da construção civil. Vale ressaltar que, até 1950, a estruturação do espaço obedeceu ao Plano de Urbanização proposto por Attílio Correa Lima e Armando Augusto de Godoy.

Nesse momento o próprio Estado exerceu papel de empreendedor imobiliário, já que a expansão da cidade se deu sob forte controle do Estado em duas direções, a sul e a oeste.” (PAULA, 30, 2003)

A terceira fase (1950-1964) é caracterizada pela consolidação do parcelamento do solo na direção sul da cidade. A quarta fase (1964-1975) é caracterizada pela atuação das políticas habitacionais financiadas com recursos federais que influenciaram na horizontalização ou extensão da periferia. Processos ocorridos principalmente pela concentração das áreas centrais, como desde o início, nas mãos de grupos sociais com maior poder aquisitivo. Além da horizontalização da periferia, os anos sessenta

marcaram o início da intensificação da verticalização, concentrada principalmente no setor Oeste.

A diferença de atuação política do Estado nas diferentes regiões da cidade é gritante, o poder público se encontra mais presente onde os empreendimentos da iniciativa privada mais atuam, e os beneficiam consideravelmente. Percebe-se neste contexto, não por acaso, um importante incremento da indústria da construção civil, processos impressos no espaço da cidade, com:

“(...) a fragmentação da estrutura do espaço urbano goianiense, bem como a distinção das políticas públicas em relação às classes sociais e o poder de influência que os mais abastados detinham sobre o Estado. Os interesses dos empreendedores imobiliários prevaleceram, e o Estado passou a financiar obras de infraestrutura básica nos lotes reservados na fase anterior, quando construiu grandes equipamentos urbanos em tais áreas (estádios, órgãos públicos, etc.)” (PAULA, 34, 2003).

Na quinta fase (1975-1992) a verticalização que se estendia aos setores Central e Oeste prossegue, são construídas unidades de habitação destinadas às classes média e alta. O solo urbano como mercadoria é produzido de acordo com o perfil sócio-econômico dos consumidores. O custo dos lotes na cidade se eleva consideravelmente obrigando as pessoas de menor poder aquisitivo a buscar habitações nos municípios vizinhos.

No início da década de 80 começam a se formar novas centralidades, são expressão destes fenômenos os grandes empreendimentos, como Shopping Center Flamboyant e Bougainville e hipermercado Carrefour. Aos agentes e grupos excluídos a autora também reserva um papel de protagonista, as invasões também são vistas como agentes indutoras da expansão urbana.

Na sexta fase se estabelecem as tendências atuais de expansão da cidade, a autora também compreende a cidade de Goiânia enquanto metrópole regional. A metropolização da cidade é seguida por uma reestruturação dos fluxos e atividades funcionais.

Paula apresenta a delimitação de novas centralidades existentes na cidade, quais sejam: sub centro de Campinas, Fama e alto do setor Oeste e setor Bueno. Na década de 90 já se afirmava um discurso de decadência do ‘centro histórico’ da cidade, com a criação de políticas para revitalização deste espaço que nem sempre foram concretizadas. Neste período se percebe também a abertura dos condomínios horizontais de luxo, empreendimentos que denotam a reestruturação pela qual passava o espaço da cidade.

Estas considerações levam a autora a introduzir reflexões acerca da segregação urbana. A constituição do espaço urbano de Goiânia é fortemente marcado pela segregação espacial, as diferentes formas de apropriação dos espaços indicam as relações de poder que estão implicadas em sua produção.

Vale ressaltar que a segregação não se expressa somente na distância que as moradias das pessoas mais pobres se encontram dos centros, ela está indicada em todas as condições e infraestrutura que as pessoas necessitam para viver em uma cidade. Engloba deste modo todos os aspectos da vida dos indivíduos, como fica evidente a seguir.

“As relações de poder são expressas assim, pelas diferentes formas de apropriação do espaço urbano”. Essa diferenciação pode ser vista em relação ao padrão das construções, ao valor diferenciado de troca e uso do solo urbano, aos lugares de moradia e lazer das classes sociais de uma dada cidade. Neste espaço e a respeito dele surgem discursos vários, que são manipulados de forma a deixar transparecer a imagem ideológica dos grupos de poder.

A segregação sócio-espacial é produto e condição da própria constituição desigual da sociedade. É através dela que se torna clara a luta de

classes que se dá no espaço intra-urbano. Ou seja, ela é um produto da existência de classes sociais, sendo ao mesmo tempo condição de sua espacialização no urbano.” (PAULA, 53, 2003)

A autora aponta como agentes desta segregação, o poder público e os agentes imobiliários. O poder público:

“(…) ao perpetuar políticas públicas, que tornam cada vez maior a segregação existente entre uma classe e outra. Isto fica bastante evidente no que se refere aos investimentos em equipamentos urbanos e infraestrutura básica (água, esgoto, asfalto, etc. – a energia é obrigatória), feitos com maior frequência para privilegiar bairros nobres.” (PAULA, 58, 2003)

Os agentes imobiliários:

“(…) quando procuram comercializar a qualidade de vida através do contato com o verde, ao induzir o processo de auto segregação das classes altas, ou ainda ao intensificar o processo de verticalização em uma determinada área, ou ao elevar os valores do solo urbano de outra. Por vezes tais ações pressupõem a retirada de uma população de menor poder aquisitivo de uma área recém valorizada, e a ocupação de outros locais ainda mais distantes e mais carentes dentro da zona de expansão urbana.” (PAULA, 59, 2003).

Todo este processo de segregação contribui com a perpetuação das diferenças de acesso a direitos e oportunidades na e da cidade. Deste modo os centros urbanos são historicamente espaços que concentram uma boa infraestrutura e aparelhos urbanos, além de condensarem grande número de atividades e comércios. Quando destinados às classes mais altas são reconhecidos como áreas centrais privilegiadas e supervalorizadas, com o passar dos anos, no entanto estas áreas se popularizam. Quando não são mais os espaços frequentados por pessoas de alta classe eles visivelmente se

‘deterioram’. A democratização destes espaços centrais os relega a serem vistos como decadentes.

Na consecução destes processos de ‘deterioração’ de algumas áreas centrais, novos centros surgem, estas reestruturações dos centros estão diretamente relacionadas a uma reestruturação da cidade. O centro urbano é conceituado pela autora da seguinte maneira:

“(…) o centro urbano designa ao mesmo tempo um lugar geográfico (o que não significa ocupar estritamente uma posição central em uma área urbana) e um conteúdo social, sendo, portanto, assim como a própria cidade, uma produção capaz de exprimir as forças sociais em ação e a estrutura de sua dinâmica interna. Desse modo a noção de centro exprime mais um conteúdo do que uma forma.” (PAULA, 71, 2003)

Um estudo do surgimento de novas centralidades se dá para a autora através da análise da dinâmica dos fluxos de atividades da cidade para isto ela utiliza também o conceito de centro expandido, definido como:

“O Centro Expandido caracteriza se como uma área de concentração de comércios e serviços que extrapolou os limites do núcleo central da cidade, estendendo se para outros setores circunvizinhos ao centro tradicional, entre eles os setores analisados nesta pesquisa. Essa inclusão constata a condição de tais setores, enquanto detentores de uma centralidade, e ao mesmo tempo revela que o centro da capital não é mais único, antes é um centro múltiplo e complexo.” (PAULA, 75, 2003)

Como já dito anteriormente o papel de protagonista na formação e regulação do espaço urbano, conseqüentemente da segregação espacial, é relegado ao Estado e aos

empreendedores imobiliários. Dois instrumentos de atuação do poder público na produção de novas centralidades são as operações urbanas e o zoneamento.

Contudo, como os demais instrumentos de ação e regulação que estão no âmbito de alcance do poder público, a utilização destes instrumentos ocorre de maneira parcial e insatisfatória. Os mais beneficiados não são os que mais necessitam, o bem de todos nem sempre é alcançado. As benesses com grande frequência alcançam em maior medida os espaços ditos ‘nobres’ da cidade, onde a população de classe média e alta habita e circula. Além de atenderem aos interesses econômicos daqueles que obtém lucros com o solo urbano.

Trazendo novamente a questão da formação das centralidades, observou-se com o decorrer dos anos uma crescente complexidade das áreas centrais, processos presentes em cidades que se metropolizaram, tais como: descentralização de atividades, que conduzem a formação de novas áreas centrais e a especialização funcional de alguns centros em algum ramo de serviço ou comércio.

A autora indica que os setores Marista, Bueno e Oeste passaram a concentrar o status de áreas centrais a partir da década de 80. Como novos centros passam gradativamente a concentrar atividades, profissionais liberais, serviços e comércios variados, além de entretenimento.

O valor venal dos imóveis localizados nestas áreas cresceram sensivelmente direcionando novos empreendimentos, com destaque para o processo de verticalização já nos anos 60 no setor Oeste e com intensidade nos demais setores ao longo das décadas seguintes.

As relações cotidianas são consideradas nas reestruturações e mudanças destes espaços, a apreensão destas realidades pelos habitantes destes setores, é considerada

como geradora de significados para estas novas centralidades e produtores de imagens da cidade.

Parte-se de uma visão da cidade enquanto “cidade cidadã”, idéia que possui um duplo sentido para a autora, e nos remete às relações de controle que o privado exerce sobre o público territorializando somente alguns espaços de cidadania plena.

“O termo ‘cidade cidadã’ possui pelo menos duas conotações neste trabalho. A primeira está ligada a possibilidade de uma cidade melhor e mais justa para um maior número de cidadãos, fato este intrinsecamente relacionado ao pleno exercício da cidadania. Cidadania significa exercer direitos e deveres, mas esse exercício não é o mesmo para todos, o que provoca no dizer de Santos (1987), a existência dos cidadãos e dos não cidadãos, tal fato conduz à segunda conotação do termo. Nesta segunda perspectiva a ‘cidade cidadã’ seria a parte da cidade que garante aos seus moradores e usuários o título de cidadãos, ou seja, ela está de tal forma dotada de infraestrutura (serviços, comércios, lazer, saúde, educação, etc.) e outras vantagens (locais, culturais, econômicas, etc.) que são capazes de atender com qualidade aos anseios dos que dela podem usufruir. É a cidade privilegiada de alguns; dentro da cidade real de muitos.” (PAULA, 152, 2003)

Esta idéia de cidade nos remete ao entendimento que a Geografia crítica estabelece como sentido de uma cidade e o papel de cidadãos críticos, sempre comprometidos com o bem comum. Diferentes posições na cidade e acerca dela implicam em imagens distintas. O conceito de imagem utilizado na interpretação da autora é definido da seguinte forma:

“A imagem é resultado de significados que acabam por se impor sobre outros, e muitas vezes espelha parte de um processo ocorrido na cidade, ou seja, a imagem enquanto um dado momento da paisagem deixa transparecer a dinâmica de estruturação interna dessa mesma cidade.” (PAULA, 163, 2003)

Faz referência explícita as atribuições de significados dos indivíduos. Imagens e discursos da cidade são também plenos de ideologia. A autora identifica ideologias que ela reconhece como dominantes nas imagens e discursos da cidade, bem como entre os moradores dos setores pesquisados.

As eleições públicas de imagens da cidade e de centralidades congratulam sempre a feição mais rica da cidade, acerca desta universalização do particular a autora pondera.

“(…) a busca por um símbolo para a cidade tem como pano fundo a universalização do particular. Na verdade, tal universalização do particular implica dizer que a imagem da cidade é a imagem das classes dominantes. Esta é uma questão pertinente ao planejamento estratégico, pois uma cidade degradada, suja, de pessoas pobres não é vendável.” (PAULA, 164, 2003)

A imagem positiva das novas centralidades se contrasta com uma imagem negativa do centro histórico ou tradicional. Há um processo dialético de descentralização e recentralização em constante curso nas cidades brasileiras.

Neste processo, a autora reconhece como atores protagonistas em cada uma destas áreas centrais, os que nelas habitam. O uso e acesso a estes espaços são controlados pelo mercado, neste sentido o cidadão é acima de tudo um consumidor que pode ou não pagar para usufruir daquilo que é desejado por muitos, mas sempre destinado a poucos. A multiplicidade de centralidades é expressão em Goiânia de fragmentação e segregação. Como revela a autora no seguinte trecho.

“Na verdade, essa centralidade múltipla torna o espaço intra-urbano da cidade de Goiânia ainda mais complexo, isso porque essa multiplicidade de ‘áreas centrais’ fragmenta e segrega os usos, além de tornar seletivo o acesso ao espaço urbano, o que por sua vez mutila a cidadania da maior parte dos seus habitantes. O direito à cidade, então, não é de todos, mas apenas de

alguns cidadãos. Entretanto, há sempre a possibilidade de criar resistências e conseguir meios de acessar os espaços ‘proibidos’.” (PAULA, 188, 2003)

Com o que foi exposto se percebe que a ênfase na leitura de Paula da cidade se dá através do trinômio: ideologia, sociedade e espaço.

3.1.3 – Cidade heterogênea: um enigma nos reflexos do lago.

A dissertação foi elaborada por Tadeu Pereira Alencar Arrais no transcurso de um mestrado em Geografia na Universidade Federal de Goiás com o título *Goiânia: os discursos no urbano e as imagens da cidade* e foi defendida no ano de 1999.

O autor propõe uma pesquisa que enxergue o urbano enquanto fenômeno linguístico e a cidade em duas dimensões fundamentais, quais sejam, como representação e materialidade do modo de produção capitalista de produzir e consumir espaços.

A sua pesquisa aponta para a heterogeneidade na produção e apropriação dos espaços que possuem, imagens múltiplas e a presença de discursos dominantes permeados por discursos marginais. Estes discursos marginais elaboram imagens distintas das imagens ideais da cidade, que correspondem quando muito a algumas de suas partes.

As imagens construídas pelos indivíduos, nas relações e processos implicados em seus cotidianos, são resultados da percepção das pessoas na construção de textos “não verbais” das formas da cidade e da vida de seus habitantes. Expressam os valores culturais individuais e coletivos, além do imaginário dos cidadãos.

O autor apresenta também uma definição para o discurso, concebido como uma forma do agir no mundo. Este entendimento leva o autor a refletir:

“(…) sobre a capacidade do discurso de reproduzir idéias e cristalizar práticas sociais. Dessa maneira o discurso não é neutro, ao contrário, é

ideológico e coercitivo, representa e comunica unilateralmente as idéias dominantes, por isso é intencional e persuasivo nas suas diferentes escalas (disciplinares e homogeneizadores e até mesmo ordinários).” (ARRAIS, 14, 1999)

O autor, com auxílio das reflexões de Foucault, considera que o mecanismo de sustentação dos discursos homogeneizadores é a disciplina. Uma disciplinarização que está presente em todos os espaços. Todos os indivíduos nesta perspectiva, estão sujeitos aos poderes eternamente controladores e vigilantes que percorrem todas as relações entre os indivíduos.

Há no entanto, em relação a estes mecanismos de dominação, possibilidades para a construção de resistências. Uma “contra-racionalidade” ou “contra-discurso” está presente nas idéias⁴ e ações daqueles que pensam e vivem nas cidades.

Partindo destas considerações, as imagens e discursos que produzem representações estão referenciando a totalidade de um lugar, a totalidade de um vivido.

Deste modo:

“Discursos e imagens [...] são maneiras de agir no urbano. Para entender o urbano é necessário compreender a constituição dos discursos e das imagens. É preciso olhar para o cotidiano. Considerar sua existência nessas mesmas imagens.” (ARRAIS, 16, 1999).

O autor identifica e analisa um discurso específico sobre a cidade que construiu uma imagem para Goiânia como “cidade ecologicamente correta” e “cidade das flores”. Imagens positivas construídas por duas administrações municipais na década de 90, a primeira gestão de Darci Accorci e a segunda de Nion Albernaz. Estas imagens são

⁴ As teorizações de Milton Santos e Michel de Certeau são grandes referências.

permeadas por estratégias de poder, a condição de cidade ecológica que Goiânia possui é apresentada como fruto das ações acertadas e eficientes da administração municipal.

Esta perspectiva não inclui qualquer problema ou contradição observável na cidade “O discurso ecológico, como fora o sanitarista tempos atrás, procura disciplinar e naturalizar os problemas da cidade.” (ARRAIS, 23, 1999).

A imagem positiva da cidade é constituída de fragmentos da cidade, uma parte se torna representação do todo. O discurso de cada uma das administrações não se difere substancialmente, criando ambas identificações com a qualidade de vida de uma cidade que possuía um meio ambiente preservado, oferecendo estes benefícios a seus moradores.

Analisando entretanto outras realidades e vivências, além dos fragmentos considerados por estas perspectivas oficiais, surgem outras cidades, diferentes daquela presente nos discursos hegemônicos. Cidades “(...) onde o índice de área verde por habitante não é tão importante quanto um local para morar.” (ARRAIS, 27, 1999).

Estas realidades colocadas como destoantes compõem “contra-discursos”. Trazem consigo os graves problemas ligados ao meio ambiente que a cidade apresenta, para citar apenas um exemplo, em relação aos seus mananciais e reservas de matas que historicamente não são, no sentido mais amplo, respeitados.

Buscar compreender estas outras cidades é em primeiro lugar não admitir negá-las, considerando como importantes estas outras dimensões do espaço urbano. Antes porém de buscar as imagens de Goiânia construídas na década de 90, para Arrais se justifica resgatar o urbano em Goiânia numa perspectiva histórica, relacionando também o conceito geográfico de cidade que ele adota.

O autor apresenta como entendimento contemporâneo mais comum da cidade entre os geógrafos “(...) a cidade enquanto forma e o urbano enquanto conteúdo.”

(ARRAIS, 1999). Esta diferenciação, contudo não toma os conceitos de modo indissociado, eles são inteiramente interdependentes.

A concepção inicial da cidade presente nos discursos oficiais apresenta a cidade como centro econômico e cultural para desenvolvimento e progresso de toda a região. Projetos que se vinculavam às tramas políticas regionais e nacionais. A imagem da cidade de Goiânia como moderna se devia a “predominância da técnica moderna”, uma modernidade que se efetivou de modo vertical, de cima para baixo, em uma sociedade eminentemente rural.

“(…) a idéia de edificar uma cidade cosmopolita na década de 1930 esbarrou num provincianismo e numa vida pacata, de ritmo lento, que não acompanhava a velocidade das construções arquitetônicas, a velocidade da precoce modernização.” (ARRAIS, 39, 1999).

A modernidade em Goiânia se estabeleceu como um processo específico de modernização. A cidade foi sendo em realidade construída aos poucos por todos que nela trabalharam e habitaram. Cumpriu um papel de crescimento e desenvolvimento regional como previa as políticas nacionais e locais. Com a construção de Brasília houve um significativo incremento na malha rodoviária e uma progressiva modernização agrícola que transformou a região centro-oeste em fronteira agrícola e Goiânia na metrópole do oeste.

A concepção de cidade de Arrais parte do cotidiano de seus habitantes, como fica evidente no trecho a seguir.

“Talvez a história do urbano comece justamente aí: na possibilidade de encontrar no cotidiano citadino as respostas possíveis para os problemas reais. Afinal é no cotidiano citadino que construímos e reconstruímos nossas representações sobre a cidade, formulamos nossas imagens e nossos

discursos, a partir de outros discursos e outras imagens, nem sempre inocentes, nem sempre verdadeiros” (ARRAIS, 46, 1999).

Uma imagem da cidade nunca abarca uma totalidade, é apenas uma fração do espaço total. Mesmo assim podemos pensar em imagens que remetem a totalidades, que as representem, quando se considera a relação entre cidade e lugar. Porém o que interessa a perspectiva do autor é analisar o que esta por trás destas imagens, procedendo de forma a relacionar a imagem da cidade à experiência urbana nos deslocamentos diários e esporádicos dos indivíduos frequentadores de dois parques, através da aplicação de questionários. São eles: o Parque Vaca Brava e o Parque Carmo Bernardes.

Ambos os parques estão situados na região sul da cidade. O primeiro parque analisado, Vaca Brava, é considerado um dos parques mais belos da cidade. A maioria dos seus frequentadores é de moradores das imediações com variações de grupos de acordo com diferentes períodos do dia. No período da noite os jovens, à tarde as famílias, de manhã os mais velhos.

Um perfil sócio-econômico aponta que os frequentadores possuem um alto poder aquisitivo e um alto grau de escolaridade. Há também aqueles que vão ao parque vindos das mais diferentes regiões da cidade, estes frequentadores vivenciam o parque mais intensamente como espaço de lazer. Contando quase sempre com um ritmo frenético e agitado que ocorre em torno do parque em função principalmente dos numerosos bares e restaurantes. Este lazer encontra-se por vezes vinculado ao consumo, o lazer neste sentido torna-se um consumo.

Outro dado importante se refere a boa infraestrutura que o parque possui, recebendo manutenções regulares. Há também uma grande densidade populacional em

seu entorno, uma das maiores da cidade. Prevalece uma imagem positiva do parque entre os usuários, mas nas reclamações e pontos negativos percebe-se uma recusa de uma visão homogênea e o destaque das questões negativas ficou para o quesito insegurança.

Prevaleceu uma imagem da cidade positiva, relacionada principalmente à qualidade de vida. Dentre os principais problemas apontados estão: violência, trânsito tumultuado, educação, saúde, desemprego e transporte público ineficiente. Em relação à experiência espacial traçada pelos deslocamentos dos indivíduos há dois aspectos a serem considerados. Num primeiro momento há locais para serem indicados pelos entrevistados, e em seguida o autor indica alguns locais para confirmação ou não do conhecimento destas localidades pelos entrevistados.

Os deslocamentos em sua maioria são em busca de diversão, as variáveis que influenciaram estes resultados foram a alta oferta de entretenimento na região e a faixa etária dos entrevistados, a maioria composta por jovens. Os locais indicados pelo autor, que apontam os dados subjetivos na percepção e orientação ambiental, são menos conhecidos quanto mais afastados se encontram do parque. Com destaque para o Bairro Vitória na região noroeste da cidade e frequentemente indicado como local que possui alto índice de violência.

Os deslocamentos indicam que os frequentadores do parque limitam-se a setores que não possuem sérios problemas de infraestrutura. A indicação de problemas não impede que a imagem da cidade positiva, deste modo o autor conclui:

“(…) que a imagem da cidade depende da percepção ambiental da própria cidade, bem como das condições reais de existência e modos de vida [...] É preciso advertir que esta imagem, essa “cidade ideal”, vista por um grupo de frequentadores entrevistados do Parque Vaca Brava não representa todos os olhares da cidade. Não representa todas as “falas da cidade”; todas as “línguas da cidade”; todas as “escritas da cidade” (Lefebvre:1969). Essa

imagem positiva representa uma escrita, uma língua e uma fala. Em outras palavras, ela representa a contradição entre o desejo de viver e o modo de viver, ela representa uma parcela do urbano em Goiânia, mesmo porque ela representa, quando muito, uma imagem de grupo.” (ARRAIS, 78, 1999)

O segundo parque analisado, o Parque Carmo Bernardes, nos apresenta outras realidades. Os frequentadores possuem em média um baixo poder aquisitivo e um baixo grau de instrução. A maioria absoluta mora nos arredores do parque que possui um padrão horizontal de moradias, portanto uma baixa densidade populacional. As condições do parque revelam uma pequena quantidade de equipamentos urbanos, o parque não foi completamente implantado, além da quase ausência de manutenções. Realizou-se também o esvaziamento do lago que o parque possuía devido ao mau cheiro ocasionado pelo lançamento de esgoto em suas águas.

O parque é utilizado, como afirmamos acima, pela população local para atividades físicas e brincadeiras das crianças. As representações positivas estão vinculadas à natureza e as negativas à falta de infraestrutura e sujeira. A maioria dos frequentadores têm igualmente uma imagem positiva da cidade e os dados subjetivos revelam que eles também não convivem com áreas vizinhas com graves problemas de infraestrutura.

Uma comparação entre os dois parques trazem distinções quanto ao perfil sócio-econômico, grau de instrução, padrão das edificações em torno dos parques, além da presença e conservação das infraestruturas. As diferenças revelam as contradições expressas na produção dos espaços, de um lado sobram investimentos e atenção do poder público e do outro lado carências de toda ordem, baixos investimentos e desinteresse do poder público. Deste modo o autor indica:

“Valor do solo urbano [é] demarcado pela imagem [...] o Parque Vaca Brava, representa a síntese da vida urbana ideal, da cidade desejada. Ao contrário, o Parque Carmo Bernardes representa e apresenta uma outra faceta do espaço urbano, uma outra forma de valorização do espaço público marcado por uma cumplicidade comunitária. A diferença entre os dois parques também está no uso, na apropriação por parte dos frequentadores, seja para o lazer ou para qualquer outra atividade. Está no cotidiano. No cotidiano que extrapola os limites da casa, do bairro, da cidade. Está, na realidade, na própria concepção de espaço público, comunidade, rua, lazer. Na própria idéia de cidade, a própria imagem da cidade.” (ARRAIS, 106, 1999)

Considerando que as imagens urbanas estão investidas de práticas sociais, que trazem consigo ideologias reprodutoras das relações sociais ou resistências, o autor ressalva o caráter seletivo e dinâmico da paisagem urbana. Chama a atenção para a necessidade de transcender a concepção de paisagem enquanto aspecto, para concebê-lo como significado, reflexões nem sempre acessíveis aos entrevistados.

“O que dificulta a compreensão do espaço a partir da paisagem é o entendimento da última enquanto aspecto, o que impede, devido a própria carga ideológica que está inscrita na produção do espaço, que os entrevistados do Parque Vaca Brava e no Parque Carmo Bernardes entendam que a produção destes espaços vai além dos limites dos próprios parques, dos próprios bairros. Que os parques, visivelmente diferentes, são a expressão de paisagens heterogêneas movidas por um mesmo processo, uma mesma relação” (ARRAIS, 110, 1999)

A imagem positiva da cidade, ligada à “qualidade de vida” e ao “verde” não corresponde às práticas espaciais dos indivíduos entrevistados. Esta imagem, enquanto síntese, oblitera contradições “(...) duas imagens majoritariamente positivas preocupa, pois são olhares de classes sobre a cidade, representações induzidas pela ideologia que transforma a cidade em mercadoria, em consumo” (ARRAIS, 1999)

A positividade das imagens e discursos é configurada por representações hegemônicas, a cidade passa a ser vista, como expresso pelo autor, como um objeto de consumo.

“(…) a cidade deixa de ser um local essencialmente de consumo, como fora tempos atrás, especialmente o centro, para transformar-se em objeto de consumo, signo de consumo, mercadoria vendida em partes, parcelas. Nessa sociedade terrorista (Lefebvre, 1991) consumimos a imagem, a representação metonímica e neutra da cidade por locais específicos. O Parque Vaca Brava é um exemplo disso, pois apresenta e representa Goiânia, uma determinada Goiânia. Distante dali o Parque Carmo Bernardes, que não apresenta, mas representa a cidade. Representa a cidade que não deve ser apresentada nos postais, uma vez que não é objeto do *marketing*. Essa é uma das formas de reprodução das relações sociais, que é fetiche, pois procura apresentar a mercadoria sem as contradições que estavam impressas na sua produção” (ARRAIS, 119, 1999)

Há no entanto a elaboração constante de discursos ordinários que apontam as contradições gritantes, presentes na realidade.

“(…) duas formas de construir as imagens e os mecanismos de persuasão e resistência, tendo como ponto central a produção do espaço, seja o cotidiano, o vivido, o percorrido, o planejamento que determina a localização dos elementos da paisagem urbana, bem como suas contradições. A neutralidade do espaço, da paisagem, da imagem, foi contestada. [...] por todos aqueles que enxergaram uma Goiânia além dos parques. O problema, assim, não é o que os parques representam, mas o que eles apresentam enquanto fetiche para os indivíduos. A dialética dos parques é a própria dialética da cidade. Devemos ser capazes de olhar para o lago do Parque Vaca Brava e observar atentamente o que ele reflete: para alguns é o *shopping* e os edifícios. Para outros, o lago reflete o Parque Carmo Bernardes, ou seja, a contradição na produção e apropriação do espaço urbano”. (ARRAIS, 121, 1999)

A segregação presente nestes processos e relações de diferentes grupos com a cidade está presente não somente nos locais de residência, ela se encontra também nas

possibilidades e, no seu avesso, nas impossibilidades de uso da cidade pelos cidadãos.

Neste sentido o autor afirma:

“Mais do que ir e vir, devemos reivindicar o ficar e o utilizar. Pensar no direito ao encontro entre a diferença, só isso poderá garantir a sobrevivência da cidade que se encontra ameaçada, mesmo que as imagens insistam em mostrar o contrário, em afirmar que o bárbaro foi vencido. O bárbaro, como demonstrou Munford (1998), não é mais aquele que vem de fora. Ele está dentro da cidade. Seu papel é semelhante ao do urbanista, com sua prancheta sem vida, riscando um parque aqui e um outro muito acolá, como se ambos não fizessem parte da mesma cidade. Da mesma forma o bárbaro destinou atenção diferenciada aos parques, por entender que isto poderia garantir a sua sobrevivência enquanto bárbaro, com isso, sem perceber, ele criou no urbano as condições necessárias para o seu desaparecimento” (ARRAIS,125,1999)

As resistências construídas no cotidiano tornam os praticantes da cidade em “sujeitos de discursos” que constroem sentidos para além das representações hegemônicas.

3.2- Urbanística da cidade

3.2.1- Cidade fraturada: a transformação da paisagem cultural do sertão goiano.

Esta dissertação foi escrita no transcurso de um mestrado em arquitetura por Milena d’Ayala Valva com o título *Do sertão que quer ser cidade: Goiânia e a paisagem cultural*, defendida em 2001 na Universidade Federal de Minas Gerais.

A autora inicia a sua análise definindo alguns conceitos fundamentais para a sua interpretação, os conceitos de lugar, paisagem e wilderness.

O lugar é definido como uma dimensão simbólica de criação da vida dos indivíduos, como fica evidente no seguinte trecho:

“O conceito de lugar está assim, na maioria das vezes, associado à dimensão simbólica que considera que essa noção resulta da combinação das necessidades humanas com um sítio natural determinado. Nesse sentido, a escolha de um lugar, ou mesmo a sua percepção, está além das características meramente físicas ou naturais, já que o que interessa é o significado mítico que lhe vai ser atribuído, transformando assim um lugar qualquer em um objeto realmente dotado de significado” (VALVA, 9, 2001)

A paisagem geográfica também tem o seu significado definido pela cultura. A cultura é articuladora de significados na paisagem e conta com uma variável fundamental, o tempo.

Já o conceito de wilderness indica uma forma espacial de perceber o mundo, uma concepção que tem significados múltiplos, pois estão condicionados a diferentes olhares e pode indicar até mesmo um determinado estado mental. A definição se relaciona também a certos estados da natureza, desse modo o wilderness “(...) era considerado como uma amplidão inculta, um deserto inacessível.” (VALVA, 2001). Em relação aos sentimentos a ele associados, a autora indica certo consenso.

“(...) existe um consenso quanto aos sentimentos que estes lugares provocam: desnorreamento e estranhamento. A percepção nestes locais fica geralmente abalada. A civilização está longe, e o que a rege não é mais a ordem e, sim, a perturbação. Assim percebida, as referências estão perdidas, não se tem uma orientação segura e, por isso, pode estar associada a locais variados, como oceanos, desertos e florestas.” (VALVA, 30, 2001)

Os tempos da cidade se encontram expressos em sua paisagem, na materialidade da cidade estão inscritas diversas temporalidades. Com a alteração da percepção temporal, também se modificam a percepção de espaço e distância. Uma dilatação dos meios e recursos técnico-científicos ressoa na paisagem, produzindo paisagens tecnizadas.

Esta pluralidade de temporalidades inscritas nas cidades indicam que não somente os espaços possibilitam usos distintos, há também possibilidades de usos diferentes do tempo. A memória sem dúvida está implicada nestas considerações, a autora define a relação entre memória e paisagem da seguinte forma.

“A memória possibilita a localização de outras camadas da história que estão contidas na paisagem. Existe uma memória que é voluntária e está

impregnada nos objetos que compõem o espaço, mas existe também uma que é involuntária e deve ser perseguida para se poder reencontrar o tempo” (VALVA, 63, 2001)

Considerando a paisagem da cidade como espaço fragmentado e possuidor de vazios, o encontro com o wilderness pode se dar também na cidade, porém a autora o utiliza com maior expressão para designar as áreas do país denominadas como sertão profundo “o lugar do vasto e do vazio”.

Havia na primeira metade do século XX, um discurso oficial que previa o avanço das fronteiras nacionais com a promoção do desenvolvimento e modernização destes espaços vazios que cindiam o país. A conquista do sertão profundo é a construção de um Brasil ‘inteiro’, a superação de uma incompletude impressa pelos vazios.

As narrativas deste sertão profundo nos foram legadas pelos viajantes, os ciclos de viagens se tornaram mais frequentes após a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil, em Goiás os viajantes chegaram a partir do século XIX. Os relatos se caracterizam por fortes impressões ligadas a imensas solidões, monotonia e tédio.

“(…) estava presente um sentimento depreciativo, intercalado, na maioria das vezes, com momentos de encantamento. No entanto, prevaleceu um olhar preconceituoso, cujos sentimentos de monotonia e tédio estavam sempre presentes.” (VALVA, 74, 2001)

Um rompimento nesta imensidão foi construído com a cidade de Goiás, anteriormente arraial Sant’Ana, um ajuntamento constituído por motivos econômicos, a exploração das minas de ouro. A cidade é caracterizada por um desenvolvimento orgânico, um dos primeiros marcos da paisagem da cidade é a Igreja, construída na

parte mais alta da cidade, onde com o passar dos anos as pessoas mais abastadas começaram a instalar suas habitações.

Acerca da urbanização da cidade, a autora estabelece quatro etapas mais importantes: a primeira fase, de 1727 a 1730, foi o período de descoberta do ouro no qual as “datas mineradoras” foram divididas, os indivíduos se estabeleceram no espaço em instalações simples e precárias nas margens do rio. A segunda, de 1730 a 1740, com o estabelecimento de ruas definitivas e concretização de edifícios, além da configuração dos espaços com uma separação da cidade entre mais abastados e os negros que viviam na parte mais baixa da cidade próxima ao rio. A atividade econômica estava restrita à exploração das minas, o cultivo de terras com fins lucrativos era proibido.

No terceiro período, de 1740 a 1770, há uma prosperidade econômica considerável, o espaço da cidade se encontrava estabelecido e foram demarcadas nesta fase a localização da praça, para o estabelecimento da Casa de Câmara e do pelourinho, além da e sede do governo na Praça da Matriz.

A última fase, de 1770 a 1800, a cidade vive um período crítico com o declínio da mineração, há um êxodo da cidade por parte considerável da população. Para conter este fluxo foi estabelecido “um plano de expansão” da cidade, dotando-a de equipamentos e estabelecimentos urbanos dos quais a cidade carecia, tais como o açougue, passeio público e novas Igrejas.

A autora estabelece o desenvolvimento da cidade de Goiás, arquitetonicamente e urbanisticamente, identificável com as cidades portuguesas, são segundo a autora, cidades portuguesas no Brasil. Deste modo:

“A irregularidade é uma marca constante do período colonial. É ela que caracteriza a morfologia das cidades. Vila Boa não foge à regra, possui uma irregularidade com certa linearidade. A topografia em Goiás é acidentada, mas não tão acentuadas como as cidades mineiras. O perfil aqui

é bem mais plano e, e consequência disso, pode-se perceber uma organização maior na conformação do traçado, apesar de este fato não apagar a herança medieval, já que a rua surge em função da construção dos edifícios” (VALVA, 84, 2001)

A maioria dos relatos dos viajantes, como já dito anteriormente, representam a cidade com uma imagem negativa. As observações se referem a arquitetura como medíocre e despojada, saltando aos seus olhos os aspectos miseráveis e corrompidos da população como um todo, inclusive de seus dirigentes, que não eram uma referência moral como deles se esperava. Apontam a grande ocorrência de miscigenação entre brancos e negras, num ambiente de degradação moral e libertinagem, com uniões até mesmo de clérigos com negras. Todos estes desvios dos códigos morais incluíam também um grande apego ao ócio, faziam ressalvas também à falta de educação e civilidade, principalmente da população negra.

A perspectiva dos habitantes da cidade, no entanto se difere das representações dos viajantes. Nela a autora enxerga as construções narrativas de uma cultura urbana pautada pela mescla de uma cultura portuguesa e sertaneja.

Nesta configuração da paisagem cultural da cidade, a natureza “domesticada” e “reinventada” ocupa um papel fundamental, esta paisagem inscrita no sertão traz uma tensão entre natureza e pedra, entre “telhado” e “vegetação”, a autora apresenta a sua visão da cidade analisando estas relações.

“Na cidade de Goiás, para onde quer que olhemos, esbarramos com o wilderness: a presença do selvagem está por toda a parte, e a cidade se comporta como um refúgio que abriga nossos temores e desejos” (VALVA, 87, 2001)

As habitações comportam grandes quintais, a proximidade da natureza ganha um sentido de desfrutar prazeroso dos pés de frutas com suas reconfortantes sombras, um prazer da vida rural garantida na vida urbana.

As ruas também tem uma feição especial que interferem nas concepções de espaço público e privado.

“Na cidade de terra, encontramos as mais interessantes referências. As ruas ali foram surgindo de acordo com a necessidade de se construir mais casas. É, portanto, os edifícios que geravam o caminho, uma nítida herança muçulmana. O resultado são dois alinhamentos de casas que se fazem frente, desenhando, desse modo, ruas tortuosas e estreitas. O espaço privado é responsável pela criação do espaço público.” (VALVA, 88, 2001)

Uma cidade orgânica de passagens e caminhos estreitos, uma cidade de becos, com toda a sua circulação e sociabilidades peculiares. Estes caminhos, muitas vezes labirínticos, levam aos espaços vazios para destaque de seus principais edifícios. Toda esta paisagem encontra se para Valva, emoldurada pela natureza que a envolve em todas as suas dimensões.

A idéia de abandono da cidade enquanto capital do Estado está presente no contexto de ‘decadência’ da atividade mineradora. Por todas as condições desfavoráveis relativas às condições sanitárias, de ordem econômica e de acessibilidade à cidade, a sua paisagem encravada entre serras sempre permeou o motivo da existência de todos estes problemas.

Um “mito do progresso” presente nos discursos oficiais apresentava as vantagens de construção de uma nova cidade-capital moderna que deixasse para trás os fatores e condições responsáveis pelo atraso geral que o Estado vivia, assim:

“A capital se transferiu para a cidade planejada e sonhada, e a antiga Vila Boa passou a ser conhecida somente como *Goiás Velho*, o símbolo do passado, o lugar da memória, o velho que representava o ideal e que foi abandonado em nome da modernidade.” (VALVA, 95, 2001)

Olhando a cidade de Goiás contemporânea a autora propõe mudanças de escala para reconhecer na paisagem da cidade um espaço liso e um espaço estriado. O perto e o longe nos apresentam duas cidades distintas, como fica evidente no trecho a seguir.

“A cidade que se vê do alto não é a mesma que se vê de dentro. Com a distância encontramos o espaço estriado, homogêneo: de dentro não enxergamos o horizonte, mas a presença e a sensação do wilderness trazem sempre a presença do espaço liso nesse universo do sertão. A mistura entre espaço liso e espaço estriado é percebida quando identificamos a força que os quintais estabelecem com a malha, porque a cidade também libera espaços lisos. Por meio dos seus becos, chegamos a eles” (VALVA, 97, 2001)

A construção de uma nova capital representava uma grande transposição de distâncias, com a incorporação do interior a ‘nação desenvolvida’, conquistando progresso e desenvolvimento para o Estado. O avanço das fronteiras nacionais e as disputas de grupos políticos pelo poder configurou o contexto de construção da cidade.

A idealização da cidade se concentrou na figura de Pedro Ludovico Teixeira e foi sempre marcada pelo elo, ou poderíamos dizer melhor pela tensão, entre velho e novo, tradição e modernidade. A idéia fundamental era transformar a cidade em polo de desenvolvimento para a economia do estado, com ampliação e desenvolvimento da infraestrutura necessária para a modernização e dinamização da economia do interior.

A preparação para o início da construção da cidade, já na escolha do local, põe em evidência a presença de uma nova racionalidade na relação com o sertão. A cidade

será vista como o lugar da cultura, do progresso e de esforços hercúleos para a superação do atraso. Sobre os significados que a cidade portava, a autora afirma:

“A cidade no sertão representava não só a materialidade física de um novo espaço, mas, acima de tudo, uma construção simbólica, uma vez que trazia a fantasia e a utopia. A cidade, enquanto cultura e ficção, surge quase como um esforço imaginário de fusão do espaço no tempo. Em uma única realidade estariam conjugados o passado, o presente e o futuro. Um único símbolo queria possibilitar ao Brasil de se fazer inteiro, unindo o litoral ao interior, trazendo o progresso ao sertão” (VALVA, 103, 2001)

A autora expõe de modo sucinto as principais concepções urbanísticas presentes no Plano de Attílio Correa Lima para a cidade, como a perspectiva constituída no desenho do centro da cidade que valorizava a monumentalidade de todo o conjunto arquitetônico do centro administrativo. A presença de zonas urbanas que pretendiam organizar as funções das atividades da cidade, há também uma atenção especial para as áreas livres da cidade que possuíam extensas áreas verdes nos planos originais da cidade.

A condução dos planos da cidade após a saída de Lima é entendido por Valva como de autoria de Armando Augusto de Godoy, mesmo deixando evidente que ele prestou consultoria a firma dos Coimbra Bueno. A sua análise se concentra somente nas concepções urbanísticas aportadas por Godoy. Dentre elas: alterações no zoneamento da cidade; a retirada do setor Leste; formulação do plano do setor Sul; e redimensionamento do sistema de áreas verdes, que passaram a formar um círculo de vegetação em torno da cidade, limitando o seu perímetro.

A imagem do traçado da cidade revela segundo a autora um sem número de influências da Europa e dos Estados Unidos, do “neoclássico aos pré-culturalistas”. Valva define o plano de Lima como possuidor de fortes referências da cidade barroca

nos ângulos que emoldurava a monumentalidade dos edifícios obtendo dessa forma uma ambiência barroca. Projetou também uma união entre paisagem natural e urbana própria ao movimento City Beautiful. Fica evidente, segundo a autora, a condição inédita destes projetos que uniram concepções clássicas e modernas em seu modelo de cidade.

“Apoiando se nos ensinamentos de Agache, Atílio acreditava na cidade pensada como arquitetura, onde o edifício se constitui como elemento fundamental na definição e na conformação dos espaços públicos. Mesmo fazendo referências nas paisagens do passado e se inspirando nos jardins e parques históricos, a proposta para Goiânia soube filtrar as influências e se tornar moderna.” (VALVA, 111, 2001)

Nas influências de Godoy, o traço marcante provém das concepções urbanísticas das cidades-jardim. Uma cidade pensada para se tornar centro de produção, trabalho e educação para todos, um local onde os homens poderiam se desenvolver plenamente física e espiritualmente.

A autora compara as duas posições, de Lima e de Godoy, com a identificação comum com as cidades-jardim.

“Analisando as intenções e referências dos dois urbanistas que criaram Goiânia, podemos dizer que ambos conceberam, de uma maneira ou de outra, a cidade como um jardim. A ambiência criada no centro da cidade, em função da vegetação proposta no centro por Atílio, traz a natureza mais contida e mais solene, muito em função da natureza da cidade. Projetado por Godoy, o setor apresenta traço mais livre, com seu desenho orgânico, [...] marcando a escala residencial e aproximando o homem do mundo natural.” (VALVA, 113, 2001)

Como já apontado anteriormente a autora⁵ só leva em consideração a atuação e concepções urbanísticas de Lima e Godoy sem mencionar em momento algum a atuação dos Coimbra Bueno e dos engenheiros e técnicos que faziam parte de sua equipe.

⁵ Apoiando-se em GRAEFF, E. (1985).

O tratamento arquitetônico que vários edifícios do centro da cidade receberam merece também ser citado, o art déco presente na experiência goiana é interpretada como expressão das novas formas de poder autoritário do século XX que se apropriaram desta arte e técnica. Possuem simplicidade e despojamento que retratam os recursos escassos para a sua implantação, não estando presentes portanto as suas versões mais complexas e elaboradas.

A arquitetura habitacional da maioria da população, no entanto é ainda mais simples. Ele incorporou no máximo algumas técnicas para a construção, como os afastamentos laterais do edifício no lote. Estas habitações eram despojadas da linguagem moderna pelos baixos recursos de seus proprietários. As famílias com alto poder aquisitivo, evidentemente em menor número, vivenciavam outra realidade. Moravam em habitações mais modernas e frequentemente dotadas com a linguagem arquitetônica da art déco.

Depois destas considerações sobre o período da construção da cidade a autora passa a descrever a paisagem da cidade a partir da década de 50. As mudanças observáveis a partir deste período modificou sensivelmente a paisagem da cidade. Com uma população inicial que possuía fortes raízes rurais, na década de 50 novos fluxos migratórios ajudam a acrescentar novos sentidos e feições à cidade, juntamente com a criação e aprovação de novos loteamentos. A atuação do setor imobiliário, criando “bolsões de especulação”, foi uma grande força transformadora dos espaços da cidade.

No final da década de 50 a autora apresenta como urgente a necessidade de planejamento da cidade.

“A cidade crescia em ritmo acelerado e o poder público não conseguia acompanhar nem resolver com eficiência todos os problemas e impasses. A necessidade de planejamento tornou-se urgente. Em virtude deste fato, a prefeitura, ainda em 1959, convidou o arquiteto Luis Saia para desenvolver um Plano Diretor para Goiânia” (VALVA, 122, 2001)

A autora não apresenta a participação do poder público na construção desta realidade para a cidade, não demonstra o quanto ele estava comprometido com os interesses privados desde o início da cidade. Valva não questiona igualmente a coerência e pertinência destes instrumentos de ordenação e regulação do espaço urbano.

A implantação do Plano Diretor coordenado por Jorge Wilhelm também é mencionado e muitas de suas resoluções são colocadas em prática, surtindo na opinião da autora algum efeito positivo para a cidade, ela considera que sem o Plano o desordenamento alcançaria proporções ainda maiores. Esta forma de planejar a cidade disponível na época é de um modo geral considerada positiva.

Na segunda metade da década de 70 e na década de 80 há um grande desenvolvimento da construção civil e uma intensa complexificação do setor de comércio e serviços, o surgimento do primeiro shopping neste período foi um marco. A cidade, mesmo com as inúmeras medidas adotadas nos seus Planos Diretores, apresentou um desenvolvimento muito desigual. Alguns anos foram suficientes para consubstanciar uma situação de cornubação com o município de Aparecida de Goiânia. Com estas considerações a autora conclui:

“A cidade planejada não é a mesma que compõe o cenário contemporâneo. As especulações imobiliárias e a pressão do mercado aceleraram o processo que consumiu durante todo esse tempo muito das determinações iniciais. O projeto da cidade está escondido na cartografia atual e correndo o risco de se tornar invisível”. (VALVA, 124, 2001)

A autora aponta para a frequente impossibilidade de detectar algo durável em paisagens que se encontram extremamente homogeneizadas. Comportando um espaço repleto de ruínas, enquanto “alegorias do passageiro”, para aqueles bens que não

sofreram uma completa desapareição como tantos outros que há muito tempo já foram consumidos.

Uma desconstrução da paisagem permitiu analisar as consequências destes processos. A Praça Cívica é a primeira paisagem analisada, o estilo e disposição dos edifícios presentes na praça e no seu entorno sofreram uma grande descaracterização. Com o passar do tempo foram inseridos edifícios com linguagens que descaracterizaram a concepção urbanística e arquitetônica da praça.

O Palácio do Governo foi deslocado em seu protagonismo pela construção do Centro Administrativo, hoje Palácio Pedro Ludovico. O olhar que partia da Praça do Cruzeiro encontrava o Palácio das Esmeraldas em alinhamento com o edifício da Estação Ferroviária, com a coluna do relógio em destaque. Este efeito de perspectiva não é mais visualizável.

As sucessivas reformas no prédio dos Correios fizeram com que se deixasse de identificar o estilo art déco em sua arquitetura, em relação aos jardins à francesa que a Praça Cívica possuía, também não foram preservados.

A Avenida Goiás foi analisada pela autora antes de sua revitalização, ela ressalva a desorganização na presença de comércio populares, os camelôs, além da ênfase, presente ainda hoje, na circulação dos veículos automotores. O relógio presente na Avenida Goiás também sofre com a má conservação de suas instalações e descuidos com o trato paisagísticos que dificultam a sua visualização.

Outro ponto marcante, e que atualmente constitui um caso exemplar de destruição, é a Praça do Bandeirante. O espaço de circulação de pedestres na praça foi simplesmente retirado, a estátua do Bandeirante jaz no centro da intensa circulação de ônibus e veículos. Estas mudanças se justificaram para uma melhoria do trânsito de

veículos no local, hoje este marco da história da cidade se configura, segundo a autora, como um lugar de passagem.

Houve igualmente uma descaracterização do Bairro Popular, originalmente uma grande unidade habitacional, tornou-se um setor com forte presença de estabelecimentos comerciais. Ao final deste percurso, a autora analisa a Estação Ferroviária, ela conserva suas características arquitetônicas originais, mas não se encontra incorporada a vida da cidade. Resta isolada até mesmo quando ocorre uma das maiores feiras populares da cidade, a Feira Hippie, o seu edifício não se integra a quase nenhuma atividade. A conclusão da autora reconhece nestes espaços e edifícios expressões das fraturas presentes nestes espaços.

“Ao olhar para a paisagem do centro da cidade é possível ainda encontrar as permanências que informam sobre os diferentes tempos que a cidade contém, mas é fácil constatar também que estas permanências estão plenas de fraturas. Os fragmentos da memória compõem as rugosidades da cidade. Essas formas que restam do passado se transformam na paisagem e registram a acumulação, a supressão e superposição por que o espaço esta sujeito a sofrer no tempo.

No centro a maior permanência é a do traçado que se mantêm ainda como na época em que foi projetado. Alguns edifícios estão intactos, principalmente os que contam a história do poder: outros, mais modestos, guardam somente pedaços, algumas formas, mas a grande maioria já foi destruída. A paisagem do centro contém o tempo da velocidade da mudança: a cidade nem se fez e já se reconstrói a cada ano.” (VALVA, 131, 2001)

Na década de 90 a autora reconhece como consolidada a formação de uma nova centralidade, que tem como um de seus principais eixos a Avenida 85 com a T-63, um espaço de oferta de comércios e serviços destinados à classe alta. A verticalização da cidade combinada com a abertura de condomínios está associada a sentimentos de insegurança cada vez maiores. A cidade tem uma expressão cada vez mais segregada, as moradias são mais um retrato destes processos, “A construção passou a ser projetada de

acordo com a renda da população. Em consequência, cria-se a cidade segmentada pela renda.” (VALVA, 2001)

A autora analisa alguns fragmentos da cidade que são o caminho para o encontro “com o tempo vazio”, o wilderness que sempre esteve presente na paisagem do Centro-Oeste. A ausência os identifica, além de haver uma impossibilidade de reconhecimento com o passado da cidade.

O primeiro fragmento a ser analisado é a Avenida Anhanguera. Toda a sua configuração original foi sendo modificada ao longo do tempo. A primeira grande transformação se deu na década de 60, a necessidade de ampliação da avenida foi solucionada com a substituição do canteiro central por coqueiros, retirando a vegetação original, e destruindo parte das calçadas. Em 1975 a segunda alteração ocorreu com a implantação de um Eixo Regional de Serviços proposto por Jaime Lainer. O projeto promovia os transportes motores na via, foram criadas duas pistas separadas por um canteiro central.

A última intervenção realizada em 1998 aconteceu para novamente privilegiar o trânsito. Mais uma vez a vegetação foi substituída, agora por pavimentação asfáltica, uma vegetação que deveria ser inserida nas calçadas revitalizadas ficou só no projeto, o aspecto da avenida ao final desta intervenção é designado pela autora como “eixo da destruição”.

“A avenida Anhanguera é um exemplo de espaço estriado que, com o tempo, tornou se liso. É hoje um vazio na cidade, ocupado por ruídos de automóveis e ônibus que dominam o lugar. A maneira mais fácil de reconhece-la atualmente é por meio da velocidade. Essa nova avenida corta Goiânia como se fosse uma cicatriz, revelando a existência de um urbanismo da desapareição, que constrói na cidade um não-lugar. A imagem do wilderness está ali presente como memória de uma ausência, do vazio que se criou no centro da cidade em uma das artérias mais importantes.” (VALVA, 143, 2001)

O segundo itinerário construído pela autora se refere aos fundos de quadra projetadas por Lima para o setor Central, estes espaços eram destinados as atividades de carga e descarga dos estabelecimentos comerciais, além de algumas servirem de parada de carros de aluguel. Hoje estes espaços não comportam estas funções, algumas tiveram seus espaços invadidos e fechados para uso de alguns comerciantes e instalação de bares e restaurantes populares. Estão de um modo geral mal conservados e degradados, espaços vazios que pertencem a cidade e são subutilizados ,a autora os qualifica como “jardins de pedra em ruínas”. O wilderness também se encontra no centro, mais uma situação de abandono e perda.

“(…) esses vazios opacos de concreto são recortes do percurso urbano, isolados e que parecem capazes de suspender o tempo. Os fundos de quadras do centro de Goiânia são paisagens ambíguas, um meio-termo entre a rua e o interior, o passado e o presente, a cidade e a natureza” (VALVA, 146, 2001)

Os jardins do setor Sul são mais um ponto de reflexão, os jardins internos do setor foram pensados para criar acessos exclusivos aos pedestres para as residências, proporcionavam espaços verdes de convivência e constituíam deste modo unidades de vizinhança. Desde o início o setor foi apropriado pelos moradores de modo distinto do que havia sido planejado. O espaço foi apropriado de acordo com as experiências de vida das pessoas, as casas foram construídas viradas para a rua e muitas vezes os fundos de lote serviram para a construção de mais uma residência para aluguel. As áreas verdes eram utilizadas para cultivo e criação de animais no início e posteriormente foram relegados ao abandono pelos moradores e pelo poder público que não dotou estas áreas desde o início de infraestrutura e urbanização. Todos estes motivos fizeram com que as áreas verdes não fossem assimiladas de acordo com o plano original.

Um projeto tentou reverter esta realidade na década de 70, o Projeto Cura dotou estas áreas de equipamentos e urbanização, mas não conseguiu ressignificar estes espaço para os seus moradores.

“A ideologia sonhada para o setor Sul é uma das rugosidades da cidade de Goiânia. O espaço projetado ficou como forma, e suas ruínas denunciam os processos de acumulação e sobreposição que acontecem ali. A paisagem do lugar é marcada pela solidão, pela vastidão de uma natureza que nasce para ser domesticada, mas que nunca deixou de ser selvagem” (VALVA, 151, 2001)

As áreas de reserva da cidade constituíram desde o início a identidade da cidade, a autora analisa alguns parques da cidade na sua jornada. As áreas originais de todos os parques considerados: Bosque dos Buritis, Areião e Botafogo. Foram diminuídas seja por conta de invasões ou doações por parte do poder público ou degradadas por falta de cuidados e pela expansão da cidade.

No início da década de 90, com a ocorrência da Eco 92, uma valorização de ações de responsabilidade com o meio ambiente deram origem a vários projetos de recuperação de áreas verdes e de embelezamento e revitalização de praças e jardins, marcada por um forte discurso de qualidade de vida. A natureza na cidade de Goiânia encontra se vinculada a vivência rural lembrando a cada momento as raízes da nossa sociedade.

O wilderness se vincula às sensações que o selvagem está distante, porém com as mudanças das paisagens de toda região os sentidos do wilderness tem também se transformado, segundo Valva ele tem se mostrado cada vez mais próximo da cidade. Ele está cada vez mais dentro de Goiânia, com sua paisagem marcada pelos contrastes e contradições do tenso encontro entre tradicional e moderno, entre cidade e sertão. Um cenário que com o passar dos anos se tornou cada vez mais homogêneo, formando o que

a autora denomina de “paisagens globais”. A autora considera que a introdução de alguns objetos na paisagem (parques, praças, monumentos, conjuntos arquitetônicos dos edifícios, entre outros) possibilitará um “reconhecimento profundo” dos lugares da cidade, mesmo àqueles lugares marcados pelo sentimento de perda e plenos, não de vida, mas de ruínas.

3.2.2 - Cidade ilegível: constituição física e imaginária de Goiânia.

O livro *Goiânia: cidade de pedras e palavras* foi escrito por Márcia Metran de Mello e publicado no ano de 2006 em Goiânia pela editora da Universidade Federal de Goiás. Em seu livro a autora aborda duas dimensões da cidade, a cidade real e a cidade imaginária, como duas dimensões profundamente implicadas da cidade. O traçado urbano, a arquitetura e os sentidos e significados que os habitantes constroem cotidianamente em suas vidas, constituem os espaços materiais e imaginários da cidade.

A forma de investigação do imaginário urbano eleito pela autora é a literatura, foram selecionadas crônicas publicadas ao longo de um ano em dois jornais da capital, *O Popular* e *Diário da Manhã*, através das quais a autora apresenta os discursos da cidade. Tarefa igual, de reconstrução de imagens e discursos da cidade, a autora se imbuí ao analisar o seu traçado e sua arquitetura.

A construção da cidade no sertão implicou em intensos choques de contrários, processos violentos de destruição e transformação, implicadas na “lógica da modernidade no sertão”. Destruições que instauraram uma nova realidade para toda uma região, uma “destruição criativa” para alguns e completamente sem coerência para outros. Neste sentido a autora recorda a opinião de Lévi-Strauss ao considerar a construção da cidade um ato de violência, uma cidade constituída artificialmente em um espaço ‘sem história’, no qual vivências tecidas na duração não participassem de sua origem.

Um processo de modernização que influenciou todo o Ocidente permeia todas as construções, a modernização do país com as políticas de desenvolvimento de seu interior fez avançar obras estruturais, como o avanço na construção da estrada de ferro que influenciou o desenvolvimento do Sudoeste goiano. A região se tornou polo de desenvolvimento e dela surgiram os novos grupos políticos que se contrapuseram aos políticos das oligarquias tradicionais, provindos em sua maioria da então capital do Estado, Goiás. Um cenário no qual o domínio econômico do Estado não coincidia com o poder político.

A nova capital surge portanto marcada por disputas de poder local e por políticas nacionais de progresso e desenvolvimento do interior como projeto de Marcha para o Oeste, Goiânia se configura como ponto estratégico para o progresso de toda a região e para as políticas de interiorização.

Pedro Ludovico Teixeira é designado pela autora como “herói empreendedor”, ator que protagonizou grandes transformações e estava cômico da grande tarefa e importância de sucesso de um vultoso empreendimento como o era a criação de uma nova capital para o Estado.

Entre os argumentos apresentados para a conveniência da mudança da capital, os discursos higienistas tiveram uma grande relevância, o entendimento de que a cidade de Goiás não oferecia padrões mínimos de higiene esteve entre os principais motivos para a decisão sobre a impossibilidade de que ela prosseguisse abrigando a capital do Estado.

O primeiro nome cogitado para planejar a cidade foi o do arquiteto francês Alfred Agache, a autora o aponta como continuador de Haussmann, impossibilitado no entanto de assumir o compromisso, houve a indicação de Atílio Correa Lima por seguir tendências urbanísticas semelhantes.

O plano de Lima possuía uma linguagem explicitamente barroca, com um ponto central em asterisco do qual convergiam as vias. Este ponto central em Goiânia era corporificado pelo centro administrativo, com destaque para o Palácio do Governo, outro dado característico das cidades barrocas. A cidade possuía também um traçado em malha quadriculada.

O urbanismo do ecletismo ou historicista retomou as formulações barrocas, que estenderam suas influências pelos séculos XIX e XX, como afirma a autora no seguinte trecho:

“Fortes influências do urbanismo barroco persistiram até o século XIX e XX, como a tendência à geometrização das formas, que denotava a necessidade de controle do espaço, e a abertura de grandes avenidas, muitas vezes arrasadoras do tecido urbano existente.” (MELLO, 40, 2006)

Há, segundo a autora, certa resistência por parte de alguns estudiosos em considerar o plano de Lima marcado por concepções barrocas, pois o arquiteto estava vinculado ao movimento modernista. Porém a sua adesão ao movimento era recente e toda a formação anterior de Lima assumirá estas matrizes barrocas de urbanismo. Os asteriscos se transformaram, mesmo depois das modificações de seu plano, em padrões para o traçado da cidade.

A influência de Armando Augusto de Godoy se concentrou, segundo a autora, na implantação, em um setor, do conceito de cidade-jardim. O setor configuraria um segundo núcleo da cidade. Separando o trânsito dos veículos, que ocorreria nos *cul de sacs*, e pedestres que utilizariam as áreas verdes internas, constituindo unidades de vizinhança. Este plano não foi observado pelo poder público e não esteve acessível aos moradores do local, sendo quase completamente modificado.

A integração entre cidade e campo proposta por influência de Godoy seria, para a autora, uma boa fórmula de evolução da cidade em uma sociedade com raízes rurais. Os benefícios de integração do urbano com elementos da vida no campo se bem observados, não teriam resultado em condições tão devastadoras de urbanização como a cidade vivenciou e vivencia até hoje.

A autora define o plano da cidade, com as diferentes intervenções que sofreu, como um “plano híbrido” de princípio barroco e com ideais culturalistas das cidades-jardins.

Qualquer consideração que se pretenda fazer sobre os futuros possíveis que a cidade teria tomado ou acerca das qualidades ou defeitos de seus planos, no âmbito de suas diretrizes e nas dimensões de sua aplicabilidade, não pode ser pensado sem nós considerarmos a sociedade plena de contradições no qual todos estes processos ocorreram, sob o risco de construirmos interpretações redutoras.

“Conforme o enunciado de seu plano, Goiânia poderia estar rodeada por um bucólico cinturão verde e seu crescimento organizado sob a forma de pacíficas cidades-satélites, não fosse ela uma cidade inserida num contexto político, econômico e social que esculpe a paisagem urbana ao sabor de suas contradições. Assim, os planos das cidades projetadas no Brasil, independentemente de seus valores intrínsecos, funcionam apenas como um arcabouço básico sob o qual se desenrolará um roteiro de crescimento próprio do tipo de sociedade que deles se apropriam” (MELLO, 46, 2006)

As cidades ideais estão, neste sentido, fadadas a se desvirtuarem, os projetos ideais para o futuro estão inseridos em sociedades contraditórias.

Outra concepção da planta urbanística da cidade circula no entanto entre os habitantes. Uma imagem que confere um sentido sagrado ao desenho da cidade, a “cidade sagrada” segundo a autora é vista pela projeção da imagem de Nossa Senhora

Aparecida no desenho da cidade. O manto da Santa é traçado pelas Avenidas Tocantins, Araguaia e Paranaíba, a cabeça da imagem é delineada pelo conjunto da Praça Cívica.

Houve uma “migração de significados” no imaginário da população que lê o desenho, de cunho historicista da cidade, através de um antropomorfismo com referência sagrada. A imagem da cidade ganhou um sentido diverso no imaginário da população, tais concepções estão claramente associadas a práticas sociais de um país em que a maioria da população é cristã, ao longo dos anos de existência da cidade esta imagem foi se consolidando, configurando assim uma reinvenção como afirma Mello.

“(...) o espaço urbano está sempre sendo reinventado simbolicamente na medida em que as práticas sociais vão produzindo novos conteúdos ideológicos.” (MELLO, 62, 2006)

As referências religiosas, no entanto não são os únicos motivos para a construção de um espaço sacralizado no centro que representa, no plano original, o poder político. Para a autora a simbologia política encontra-se enfraquecida, o que faz com que prevaleçam as referências simbólicas da Santa, a sua cabeça é que se encontra em destaque no centro do traçado urbano, assim a autora conclui que uma concepção medieval de cidade é a que prevalece no imaginário de parte da população.

“(...) Goiânia foi concebida, no seu núcleo, analogamente à cidade barroca, sendo o “palácio do príncipe” o seu foco principal. O imaginário da população, porém, preferiu que ela se assemelhasse à cidade medieval, fazendo valer a visão religiosa do mundo. No núcleo central está o palácio do governo, não existe a catedral, mas é lá que a mente divina, simbolizada pela cabeça da santa, está vigilante - visivelmente invisível - a abençoar a cidade.” (MELLO, 65, 2006)

A autora analisa também a construção de imagens e discursos sobre o estilo art déco, ela localiza três discursos que expressam significados distintos que se construiu

sobre a linguagem arquitetônica de alguns edifícios de Goiânia. Estas distinções são vistas pela autora como motivadas por jogos de interesses existentes na construção, preservação e destruição de acervos arquitetônicos.

O primeiro discurso do art déco é do início da construção da cidade. Em voga nas décadas de 30 e 40 em todo o país, o estilo art déco empregado em Goiânia teve na maioria das ocasiões em que foi empregado, um caráter “estilizante” presente nos detalhes.

São exceções a esta condição os edifícios do Teatro Goiânia e da Estação Ferroviária que alcançaram, segundo a autora, grande expressão estética. Foram essencialmente influenciados por edifícios britânicos das décadas de 20 e 30. Não podemos nos esquecermos também das principais obras como: o Palácio do Governo, Secretaria Geral, Grande Hotel, Igreja Ateneu Dom Bosco, a casa do interventor Pedro L. Teixeira e dos mobiliários urbanos como os que estão presentes no Lago das Rosas. Esta modéstia na presença, aplicação e complexidade do art déco deste período está diretamente relacionada aos escassos recursos que o Estado possuía.

Esta estética anunciava uma modernidade que se vinculava a um discurso de poder, como argumenta a autora.

“A modernidade inerente ao déco, entendida como progresso e desenvolvimento em Goiânia, era a “qualidade” que “autorizava-o” a ser porta-voz do poder, uma voz a mais a reforçar o discurso conveniente àquela época. Em outras palavras, o art déco representava poder porque era um ícone de modernidade. Dessa maneira, o discurso modernizador ecoava na paisagem da novíssima capital: uma mensagem a ser captada pelo olho, “escrita” por uma infinidade de códigos visuais agenciados no cenário urbano.” (MELLO, 81, 2006)

Uma parte considerável do acervo déco da cidade foi descaracterizada por reformas ‘descuidadas’ ou pela poluição visual de fachadas comerciais e demolições,

avaliadas apenas pelo critério da lucratividade, que deram lugar a edifícios com linguagens diferentes.

No final da década de 90 se articulou o segundo discurso sobre o art déco, inserido num processo internacional de revitalização e preservação, a recuperação do acervo déco de Miami Beach tornou-se exemplar. Os interesses econômicos de exploração do turismo fez com que o projeto se realizasse com grande sucesso.

O Projeto Goiânia 21 abordou a urgência e importância da revitalização do centro da cidade discutindo com relevância o acervo art déco. O projeto não foi concretizado, mas significou um avanço nos debates sobre o tema, além de resultar no tombamento de alguns edifícios, mobiliário urbano e traçado urbano do centro.

Houve um esforço de fornecer informações à população sobre o art déco e a importância de sua preservação, mas não resultaram em uma grande identificação e adesão da maioria das pessoas, a autora reconhece que a ressignificação do acervo déco atingiu principalmente a “elite”.

No rastro de todo este discurso de preservação, houve a construção de um “simulacro” do estilo art déco em empreendimentos imobiliários, este constitui o terceiro discurso sobre o déco em Goiânia. A autora apresenta como bom exemplo desta realização que incorporou este discurso, o lançamento de um edifício de apartamentos num bairro nobre da capital que evocava o art déco dos edifícios de Miami. Um empreendimento que lança mão de uma arquitetura de mercado que incorpora um estilo, comumente designado de *styling*, para obtenção máxima de lucratividade. O status de morar num edifício com estilo déco de Miami Beach é apresentado como símbolo de sofisticação, tornando-o mais atraente para ser consumido.

A autora estabelece uma simbologia comum a todos estes discursos em torno do “novo”.

“O *déco* da fundação da cidade é o alvissareiro de um “novo” tempo, da transmutação do “velho”, do “atrasado”, do Estado inadequado à modernidade. O *déco* da preservação do patrimônio é “o novo velho” descoberto por uma “nova” maneira de pensar que resultou na invenção de uma cidadela emergida dos destroços. O *déco* do *marketing* imobiliário também traz o “novo”, o “novo morar”, o “novo estilo de vida”. Em todos os três casos em última análise, o *art déco* é uma promessa de renovação, uma forma para se estar *up to date* com as marés das aspirações humanas, que são regidas por uma sociedade de consumo que cada vez mais transforma cultura em mercadoria.” (MELLO, 93, 2006)

Além do *art déco* a autora analisa as manifestações do estilo neocolonial em Goiânia, inserida num contexto de predominância do ecletismo a autora reafirma a argumentação de Walter Benjamin ao considerar a fantasmagoria presente na própria reprodutibilidade técnica, que leva a criação do novo voltando se para o passado não permitindo o surgimento de algo genuinamente novo.

O neocolonial em Goiânia surgiu no início da construção, década de 30, e não possuía vinculações com o barroco presente na cidade de Goiás da época da mineração. A estética barroca não foi desejada na nova capital, buscar o neocolonial servia como solução para uma nova situação. Buscava-se uma referência no passado para se criar uma estética adequada ao ambiente de modernização do Estado.

As moradias foram construídas para famílias de alto poder aquisitivo, estilisticamente foram consideradas simples, a autora as define como um “neocolonial simplificado”. Uma expressão ainda mais simples encontra-se nas casas-tipo que são, segundo Mello, versões extremamente simplificadas do neocolonial.

O gosto por este estilo, referindo-se as moradias de alto padrão, denota segundo a autora “gosto pela tradição” vinculada evidentemente às oligarquias rurais, além de certa “resistência ao modernismo”, a partir dos anos sessenta. A autora considera o estilo neocolonial como uma estética que pode ser considerada burguesa e não a afasta da condição fantasmagórica preconizada por Benjamin.

“A longa subsistência do estilo neocolonial não o redime de seu caráter fantasmagórico. O estilo é uma fantasmagoria não apenas por sua inadequação técnica nascida em sua base no século XIX, mas porque é o espectro de vaidades de prestígio e tradição, que quer se impor à paisagem. É preciso reconhecer que, indiferente às críticas estéticas e sociológicas, o estilo neocolonial compôs um panorama satisfatório para uma parcela significativa da população goianiense do século XX e, ao que tudo indica, também será modelo almejado pela Goiânia do século XXI.” (MELLO, 119, 2006)

A autora analisa em seguida a inserção dos princípios modernistas na Arquitetura dos edifícios de Goiânia a partir de fins dos anos 50 e início dos anos 60, esta inserção se processou através de uma geração de arquitetos que se formou no Rio de Janeiro e em São Paulo. As inovações trazidas sofreram resistência por parte de alguns, mas a adaptação a uma nova maneira de conceber e planejar os espaços foi o fato que gerou maiores dissonâncias. Uma racionalização dos espaços que não se adequava ao modo de vida de pessoas de origem rural, mais um exemplo de que as inovações trazidas pelo modernismo nem sempre foram assimiladas.

A arquitetura modernista tornou-se com o passar dos anos uma referência estética para as novas construções, que nem sempre foram executadas com qualidade, o que faz a autora denominar as expressões arquitetônicas de alguns edifícios como um “modernismo deteriorado”. Ela ressalva também que se produziu uma mescla arquitetônica infeliz, com a qual não é possível estabelecer uma identidade para o conjunto da cidade. A falta de qualidade, as traduções grosseiras e a presença de fachadas comerciais superdimensionadas, fazem com que se produza um conjunto que inspira desorganização e empobrecimento. Neste sentido a autora conclui:

“O “amálgama” denuncia o exercício corrente de uma mentalidade comercial, pouco criativa, voltada unicamente para o lucro, que dialoga de maneira muito primária com a cidade. Noutras palavras, as edificações são concebidas isoladamente, sem relação com o todo, de forma a garantirem

com o mínimo de investimento – material e emocional – o desempenho de suas funções.” (MELLO, 138, 2006)

O acervo arquitetônico modernista encontra-se em sua maioria deteriorado e restrito a alguns poucos edifícios, comprometendo desta maneira a identidade arquitetônica da cidade. Atualmente como afirma acima a autora, a maioria dos edifícios construídos atualmente estão inseridos numa lógica de minimização de custos e maximização dos lucros, gerando para a cidade um acervo pobre estética e materialmente.

A cidade se tornou com o passar dos anos pouco legível, não há “imagens profundas”, ligadas a recursos naturais ou arquitetônicos, em sua paisagem. Conferindo ao espaço da cidade um “marasmo” ou “monotonia” vencidos por alguns poucos elementos em sua paisagem.

Acerca da carência de “estruturas profundas”⁶ em sua paisagem a autora conclui:

“(…) infere-se que o espaço urbano de Goiânia não está satisfatoriamente constituído para figurar positivamente no imaginário de sua população. Há uma carência de estruturas mais efetivas que rompam com o marasmo produzido por sua massa arquitetônica inexpressiva e arte urbana inócua. De um modo geral não se configuram “estruturas profundas” que funcionem como suportes no tecido da cidade. Essa deficiência resulta na baixa “imaginabilidade” do espaço físico da nova capital.” (MELLO, 151, 2006)

Os últimos discursos e imagens analisadas pela autora foram produzidos pelas crônicas publicadas em dois jornais de grande circulação da capital, num total de 520 crônicas, 68 abordam, de um modo geral, a cidade.

⁶ Conceito formulado por Barthes, R.

Um assunto recorrente nas crônicas se refere ao “crescimento deletério” da cidade. Toda a vida atual na cidade é enfaticamente oposta, por um lado a uma recordação nostálgica da cidade de décadas passadas. A cidade de vida tranquila na qual as pessoas se conheciam mais e havia mais segurança. Por outro lado a vida pacata e sossegada do campo e das cidades do interior, a gostosa convivência próxima a natureza.

As contradições da cidade metrópole são sempre denunciadas, criticadas ou lamentadas. Como a inexistência dos personagens exóticos que antes perambulavam pela cidade. A perda da identidade, ser mais um numa multidão sem rosto, de uma cidade que imprime uma cultura do consumo que traz consequências como a perda da sanidade e um individualismo com grande distanciamento das pessoas.

A violência em suas diferentes expressões também é abordada, como nas depredações do mobiliário urbano, dos recursos naturais da cidade, como o exemplo do corte de árvores centenárias, além da relação violenta que impera no trânsito.

A cultura do morar também revela uma nova relação na e com a cidade. Os apartamentos são unidades habitacionais que rompem definitivamente com os quintais e portanto com uma “comunhão” com a natureza. A perda de espaço, sempre menor nos apartamentos, é proporcional a perda de privacidade e a convivência intensa com a contradição do distanciamento emocional inverso a proximidade física dos indivíduos nos edifícios de apartamentos.

A conclusão que a autora chega sobre a imagem da cidade construída pelos intelectuais da cidade é que Goiânia é de um modo geral representada de forma negativa. O imaginário da cidade presente nas narrativas cotidianas dos cronistas não fala da cidade ressaltando lhas qualidades e positivities em seu patrimônio ou da vida na cidade. Eles exploram as contradições e incoerências dos discursos de bem estar e

felicidade da vida nas cidades, defendendo muitas vezes ideais de vida idílica plena de sentido. Uma vida completa e inteira sem as fragmentações da vida na metrópole.

A autora conclui o seu estudo da constituição “físico-imaginária” da cidade produzindo também uma imagem da cidade, para Mello Goiânia se tornou uma cidade ilegível, uma cidade modesta demais por ser ela capital do Estado.

Carente de “estruturas profundas” que a torne mais legível, que a identifique em torno de uma forte expressão da paisagem gerada por um recurso natural ou arquitetônico. A autora se mostra francamente aberta à idéia de planejar e pensar a cidade como uma cidade-jardim.

A cidade ilegível se traduz como uma cidade predatória que deve ser modificada com soluções democráticas que contém com concursos públicos e organização de equipes multidisciplinares para se pensar soluções e respostas eficazes aos desafios da cidade metrópole.

Conclusão

O interesse com a história da cidade desta pesquisa se consolidou através de uma reflexão teórica, que encaminhou uma investigação das leituras da cidade que alguns historiadores, geógrafos e arquitetos realizaram sobre Goiânia, a conjunção destes estudos foi marcada pela interdisciplinaridade.

As reflexões teóricas sobre a cidade feita nos capítulos iniciais munuiu nosso olhar para acompanhar os argumentos e teses formulados por estes pesquisadores, localizando e apresentando também as posições que consideramos atuais para a história urbana.

Evidenciar as principais teorias da cidade presentes nas pesquisas analisadas tornou possível localizar as influências teóricas mais relevantes que marcaram as leituras de Goiânia.

Entre os historiadores pude perceber um grande avanço na pesquisa de documentos ainda quase desconhecidos pelos cientistas sociais, como é o caso dos documentos presentes no Arquivo Janssen, além de novas leituras para documentos ‘clássicos’, mas pouco revisitados como o livro “Como nasceu Goiânia”. O cotidiano dos moradores interpretado através dos depoimentos dos pioneiros nos trazem as

possibilidades de uma história menos ‘oficiosa’ de Goiânia. Neste sentido, identifiquei uma forte presença do discurso dos planejadores da cidade, com uma adesão dos pesquisadores aos argumentos presentes nos documentos produzidos pelo planejamento urbano municipal. Estes documentos portanto nem sempre foram interpretados de modo a considerar suas limitações explicativas e suas estratégias ideológicas.

A escolha por parte dos historiadores de uma efetiva compreensão e incorporação da impossibilidade de dissociação das práticas urbanas em vista das transformações das formas espaciais trariam renovações. O estudo das centralidades, como um exemplo, demonstrou isto mesmo que a ênfase no Estado presente nas interpretações dos geógrafos mereça revisões.

A compreensão da evolução da cidade tem que incorporar a meu ver, o fato do projeto original da cidade estar desde o início fadado a se desvirtuar, um projeto de cidade, portanto um ideal de cidade, foram realidades de uma sociedade que não merecem serem estabelecidas como ideais para a atualidade nem enfrentadas com nostalgias pela perda de um controle impossível de se estabelecer. Nos vale antes como um horizonte, para pensarmos o que desejaram para a cidade e o que desejamos para ela contemporaneamente.

Interpretar a cidade implica em considerar as sociedades que se estabeleceram aqui para se construírem juntamente com a nova cidade. Concebendo que não é possível considerar a formação e evolução de seus espaços sem admiti-los como fragmentários e descontínuos. As reflexões de geógrafos e arquitetos apontam estes caminhos.

Por fim podemos considerar que com o cruzamento de problemáticas e abordagens da cidade encontramos um primeiro passo para tentarmos problematizar as teorias da cidade a qual nos filiamos e as conceituações e problemas que privilegiamos na história da cidade que temos produzido.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. O estudo geográfico da cidade no Brasil: evolução e avaliação. In: CARLOS, Ana Fana A. (org.). Os caminhos da reflexão da cidade e do urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

ANDRADE, Marta Mega de. Prática do espaço, experiência do corpo: Sennett e a cidade. In: Anais do Museu Paulista, v.4, jan.-dez., p.291-308. São Paulo: Edusp, 1996.

ARANTES, Otília (org.). A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.

ARGAN, Giulio Carlo. A história da arte como história da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Projeções urbanas: um estudo sobre as formas de representação e mobilização do tempo na construção de Belo Horizonte, Goiânia e Brasília. Tese de doutorado em História. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

ARÓSTEGUI, Julio. A pesquisa histórica: teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

ASSIS, Arthur Oliveira Alfaix. O que fazem os historiadores quando fazem história? A teoria de história de Jörn Rüsen e do Império a República de Sérgio Buarque de Holanda. Tese de mestrado em História. Brasília: UNB, 2004.

BACHELARD, Gaston. A poética do espaço. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARROS, José D'Assunção. Cidade e História. Petrópolis: Vozes, 2007.

BARTHES, Roland. Semiótica e urbanismo. In: A aventura semiológica. São Paulo: Martins Fontes. 2001.

BENEVOLO, Leonardo. História da arquitetura moderna. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BENJAMIN, Walter. Paris no segundo império. In: Obras escolhidas III. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar. São Paulo: Companhia das letras, 1986.

BERNARDES, Genilda Darc. Considerações sobre o plano de Goiânia. In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte (org.). Relações cidade-campo: fronteiras. Goiânia: Editora da UFGO, 2000. p 155-180.

_____. Goiânia cidade planejada/cidade vivida: discurso e cultura da modernidade. Tese de doutorado em História. Brasília: UNB, 1998.

BLOCH, Marc. Apologia da história. São Paulo: Jorge Zahar, 2001.

BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.) Goiânia: cidade pensada. Goiânia: Editora da UFGO, 2002.

BRANDÃO, Helena H. Negamine. Introdução à análise do discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

BRAUDEL, Fernand. O mediterrâneo e o mundo mediterrânico à época de Felipe II. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza. São Paulo: Brasiliense, 1994.

_____. Permanência e ruptura no estudo das cidades. In: FERNANDES, Ana (org.). Cidade & História. Salvador: UFBA, 1992.

BURKE, Peter. Variedades de história cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALVINO, Ítalo. Cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPOS, Francisco Itami. Mudança da capital: uma estratégia de poder. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.). Goiânia: cidade pensada. Goiânia: Editora da UFG, 2002.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Ensaios de Geografia Contemporânea. Milton Santos: obra revisitada. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLS, Manuel. A questão urbana; tradução de Arlene Caetano. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer; tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. A cultura no plural. Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. L'absent de l'histoire. Paris: Mame, 1975.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro Bertrand, 1990.

CHAUL, Nasr Fayad. A construção de Goiânia e a transferência da capital. Goiânia: Editora da UFG, 1999.

CHOAY, Françoise. O urbanismo. São Paulo: Perspectiva, 2000.

- _____ A alegoria do patrimônio. São Paulo: UNESP, 2001.
- COULON, Alain. A escola de Chicago; tradução Tomás R. Bueno. Campinas: Papirus, 1995.
- DOMINGUES, José Maurício. A cidade: racionalização e liberdade em Max Weber. In: SOUZA, Jessé (org.). A atualidade em Max Weber. Brasília: Editora da UNB, 2000.
- FOOT HARDMAN, Francisco. Trem Fantasma. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FRAMPTON, Kenneth. História crítica da Arquitetura Moderna; tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica Júlio Fischer. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREITAG, Barbara. Teorias da cidade. Campinas: Papirus, 2006.
- GAREFF, Edgar. Goiânia: 50 anos. Brasília: MEC-Sesu, 1985.
- GOTTDIENER, Mark. A produção social do espaço urbano. São Paulo: EDUSP, 2001.
- HALL, Peter. Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbano no século XX; tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2009.
- KOHLSDORF, Maria Elaine. A apreensão da forma da cidade. Brasília: Editora da UNB, 1996.
- KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.
- LAMAS, José M. Ressano. Morfologia urbana e desenho da cidade. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LE CORBUSIER. Planejamento urbano; tradução Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana; seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro; tradução Cely Arena. São Paulo: EDUSP, 2001.
- _____ La ville: cadre, objet, sujet. Vingt ans de recherche en histoire urbaine. Paris: Le Courrier du CNRS, 81, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. A revolução urbana; tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

- LINCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- MACHADO, Maria Cristina T. Pedro Ludovico: um tempo, um carisma, uma história. Goiânia: Editora da UFGO, 1990.
- MACHADO, Roberto. Ciência e saber: trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro: Graal, 1981.
- MAFFESOLI, Michel. No fundo das aparências. Petrópolis: RJ, Vozes, 1996.
- _____. El conocimiento ordinario. Compendio de sociologia. Cidade do México, México: Fondo de cultura economica, 1993.
- _____. Notas sobre a pós-modernidade: O lugar faz o elo. Rio de Janeiro, RJ: Atlântica, 2004.
- MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. Como nasceu Goiânia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1959.
- MOURA, Edna Aparecida Santana. História dos Planos Diretores de Goiânia 1933-1995. Dissertação de mestrado em História. Goiânia: UFGO, 2003.
- MUNFORD, Lewis. A cultura das cidades. Belo Horizonte: Itatiaia, 1961.
- _____. A cidade na história. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- NASCIMENTO, Ofélia Sócrates do. Como nasceu Goiânia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.
- PALACÍN, Luiz. Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás. Goiânia: Oriente, 1976.
- PÊCHEUX, Michel. Semântica e discursos: a afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário das cidades. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- _____. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. Estudos Históricos, vol.8, nº16, p. 279-290. Rio de Janeiro, 1995.
- RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Campinas: Papyrus, 1994.
- RIBEIRO, Maria Eliana J. Goiânia: os planos, a cidade e os sistemas de áreas verdes. Goiânia: Editora da PUC-GO, 2004.
- RIBEIRO, Luiz César de Queiroz & PECHMAN, Robert. Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- RONCAYOLO, Marcel. Cidade, região e território. In; Enciclopédia Einaudi, vol. 8. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986.
- ROSSIAUD, Jacques. O cotidiano e a vida na cidade. In: LE GOFF, Jacques (org.). O homem medieval. Lisboa: Presença, 1990.

RÜSEN, Jörn. Razão Histórica. Teoria da História: os fundamentos da ciência da história; tradução Estevão de Resende Martins. Brasília: Editora da UNB, 2001.

_____. Reconstrução do passado: os princípios da pesquisa histórica; tradução Estevão de Resende Martins. Brasília: Editora da UNB, 2007.

SALGUEIRO, Heliana Angotti. Cidades capitais do século XIX. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. Técnica, espaço e tempo – globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SENNETT, Richard. Carne e pedra: o corpo e a civilização ocidental. São Paulo: Record, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. Orfeu extático na metrópole. São Paulo sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Luís Otávio da. História urbana: uma revisão da literatura epistemológica em inglês. 6º Seminário de História da Cidade e Urbanismo, Natal, CD-ROM.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da; CHAUL, Nasr Fayad. As cidades dos sonhos: desenvolvimento urbano em Goiás. Goiânia: Editora da UFGO, 2004.

_____. História dos bairros de Goiânia. In: _____. Relações cidade-campo: fronteiras. Goiânia: Editora da UFGO, 2000.

_____. A construção de Brasília: modernidade e periferia. Goiânia: Editora da UFGO, 1997.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Gilberto. O fenômeno urbano. São Paulo: Jorge Zahar, 1967.

_____. Ponte e porta. Traduzido por Simone Mendonça Maldonado.

SOUZA, Candice Vital e. Batismo Cultural de Goiânia: um ritual da nacionalidade em tempos de marcha para o oeste. In: BOTELHO, Tarcísio Rodrigues (org.). Goiânia: cidade pensada. Goiânia: Editora da UFGO, 2002.

VILLAÇA, Flavio. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Intitute, 1998.

FONTES DOCUMENTAIS

I. Teses e Dissertações

ARRAIS, Tadeu Pereira Alencar. Goiânia: Os discursos no urbano e as imagens da cidade. Dissertação de mestrado em Geografia. Goiânia: UFGO, 1999.

FONTANEZI, Janete Romano. Centro principal de uma capital planejada: forma, memória e história de Goiânia 1933-1969. Dissertação de mestrado em História. Goiânia: UFGO, 2004.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. A construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968). Dissertação de mestrado em História. Goiânia: UFGO, 2002.

MEDEIROS, Wilton. Goiânia metrópole: sonho, vigília e despertar (1933-1973). Tese de doutorado em História. Goiânia: UFGO, 2010.

PAULA, Flavia Maria de Assis. Descentralização e segregação sócio-espacial em Goiânia: uma análise das centralidades dos setores Bueno, Oeste e Marista. Dissertação de mestrado em Geografia. Goiânia: UFGO, 2003.

PÉLA, Márcia Cristina Hizim. Goiânia: o mito da cidade planejada. Dissertação de mestrado em Geografia. Goiânia: UFGO, 2009.

VALVA, Milena D'Ayala. Do sertão que quer ser cidade: Goiânia e a paisagem urbana. Dissertação de mestrado em Arquitetura. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

II. Livro

MELLO, Márcia Metran de. Goiânia: cidades de pedras e de palavras. Goiânia: Editora da UFG, 2006.